

PRODETUR SALVADOR

**REQUALIFICAÇÃO URBANO AMBIENTAL DA ORLA MARÍTIMA
DE SALVADOR - STELLA MARIS, PRAIA DO FLAMENTO E PRAIA
DE IPITANGA**

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

VERSÃO FINAL

**Salvador – BA
Maio de 2020**

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 4 |
| 2 | DESCRIÇÃO DA OBRAS Requalificação Urbano e Ambiental da Orla Marítima de Salvador, trecho Stella Maris, praia do Flamengo e praia de Ipitanga | 5 |
| 3 | MARCO LEGAL | 30 |
| 3.1 | Política Nacional de Assistência Social | 30 |
| 3.1.1 | Política Nacional de Proteção Social | 31 |
| 3.2 | Direitos Humanos..... | 32 |
| 3.2.1 | Contexto e definição dos direitos humanos | 33 |
| 3.3 | Aspectos Legais na Esfera Federal | 34 |
| 3.4 | Legislação Estadual..... | 48 |
| 3.5 | Legislação Municipal | 49 |
| 4 | POLÍTICAS E SALVAGUARDAS | 51 |
| 4.1 | Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas | 51 |
| 4.2 | Responsabilidades Institucionais para a Gestão Socioambiental | 54 |
| 5 | PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS | 58 |
| 6 | PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS | 62 |
| 6.1 | PDPGAO - Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras..... | 62 |
| 6.1.1 | Procedimentos e Diretrizes | 63 |
| 6.1.2 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 67 |
| 6.2 | PCAO - Programa de Controle Ambiental de Obras..... | 67 |
| 6.2.1 | Objetivos | 68 |
| 6.2.2 | Procedimentos do Gerenciamento Ambiental das Obras..... | 68 |
| 6.2.3 | Atividades de Planejamento Ambiental de Obras | 70 |
| 6.2.4 | Atividades da Fase de Obras | 71 |
| 6.2.5 | Inserção do Programa no Cronograma | 86 |
| 6.2.6 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 86 |
| 6.3 | PCS - Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas | 86 |
| 6.3.1 | Objetivos | 86 |
| 6.3.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 87 |
| 6.3.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 90 |
| 6.3.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 91 |
| 6.4 | PCPC – Programa de Consulta Pública Comunitária | 91 |
| 6.4.1 | Chamamento e Mobilização Social | 91 |
| 6.4.2 | Roteiro das Consultas e Reuniões | 91 |
| 6.4.3 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 93 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 6.5 | PEA - Programa de Educação Ambiental..... | 93 |
| 6.5.1 | Objetivos | 93 |
| 6.5.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 93 |
| 6.5.3 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 94 |
| 6.6 | PGV - Programa de Gênero e Vulnerabilidade..... | 94 |
| 6.6.1 | Objetivos | 95 |
| 6.6.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 95 |
| 6.6.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 95 |
| 6.6.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 95 |
| 6.7 | PCIE - Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços | 95 |
| 6.7.1 | Objetivos | 96 |
| 6.7.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 96 |
| 6.7.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 97 |
| 6.7.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 97 |
| 6.8 | PDETCO - Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra | 97 |
| 6.8.1 | Objetivos | 97 |
| 6.8.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 97 |
| 6.8.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 98 |
| 6.8.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 98 |
| 6.9 | PCPE – Programa de Controle de Processos Erosivos..... | 98 |
| 6.9.1 | Objetivos | 99 |
| 6.9.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 99 |
| 6.9.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 99 |
| 6.9.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 99 |
| 6.10 | PQA – Programa de Qualidade da Água..... | 99 |
| 6.10.1 | Objetivos | 100 |
| 6.10.2 | Atividades Propostas / Abordagens | 100 |
| 6.10.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 101 |
| 6.10.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 101 |
| 6.11 | PRCC - Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil..... | 101 |
| 6.11.1 | Objetivo | 101 |
| 6.11.2 | Atividades Propostas / Abordagem..... | 102 |
| 6.11.3 | Inserção do Programa no Cronograma | 105 |
| 6.11.4 | Responsável pela Execução/Implementação do Programa | 105 |

1 INTRODUÇÃO

O Município do Salvador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o Contrato de Empréstimo nº 3682/OC-BR, visando o financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR SALVADOR. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) é o órgão executor do Programa e para coordenar, supervisionar e gerir operacional e financeiramente foi criada uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP).

O PRODETUR SALVADOR está inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, que busca o desenvolvimento da atividade turística nos estados brasileiros, de suas capitais e municípios, com mais de um milhão de habitantes, cuja execução se dá por intervenções públicas através de projetos e ações que fortaleçam a atividade do turismo sustentável, constituindo-se, dessa forma, numa importante alternativa econômica geradora de emprego e renda, além de apoiar a implantação, recuperação ou adequação da infraestrutura pública e a sua conservação.

O PRODETUR SALVADOR busca promover o desenvolvimento do turismo, visando o aumento da renda e do emprego formal da população de Salvador, com ênfase na cultura local e nos afrodescendentes, aumentar os gastos dos turistas em visita à cidade, assim como a parcela desses gastos que beneficia à população local e, particularmente, à população afrodescendente, mediante o incentivo ao turismo cultural e de sol e praia, à melhoria da infraestrutura e o apoio institucional à gestão do turismo.

Estes objetivos correspondem respectivamente aos 04 componentes do PRODETUR SALVADOR:

- Componente I – Produto Turístico Competitivo e Socialmente Inclusivo, que está voltado para o incentivo aos produtos de turismo cultural e de sol e praia, em áreas de Salvador com comprovado e significativo potencial turístico e inseridas na área de abrangência do Programa, mediante a valorização dos principais atrativos turísticos que são bens públicos e a estruturação de cadeias de valor competitivas e socialmente inclusivas da comunidade afrodescendente.
- Componente II – Comercialização Turística, que contemplará ações que visam melhorar o posicionamento turístico de Salvador como destino cultural e de sol e praia, procurando aumentar a proporção de turistas de lazer que visitem a cidade influenciados pela promoção turística.
- Componente III – Fortalecimento Institucional, voltado à gestão turística dentro da Prefeitura, visando integrar ações orientadas a fortalecer a capacidade de gestão do turismo a nível municipal, favorecendo a atuação do COMTUR – Conselho Municipal do Turismo e incentivando uma maior participação da comunidade afrodescendente no setor.
- Componente IV - Gestão Ambiental, dirigido a melhorar a gestão ambiental no setor de turismo, por meio da melhoria da gestão dos resíduos sólidos e da gestão do litoral nas áreas turísticas que serão beneficiadas pelas obras do Componente I.

Previsto no componente I do Prodetur Salvador está a obra de **Requalificação Urbano e Ambiental da Orla Marítima de Salvador, trecho Stella Maris, praia do Flamengo e praia de Ipitanga** e, com a finalidade específica de orientar as ações sociais e ambientais da referida obra, foi elaborado este Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). O **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)** é um instrumento de gestão para gerenciar os riscos e impactos ambientais e sociais das obras financiadas pelo BID, em especial aquelas classificadas na categoria B. E nele são desenhados os programas que detalham medidas preventivas, mitigadoras e corretivas e que estabelecem procedimentos de ações socioambientais para atuarem sobre os impactos ambientais e sociais adversos ou

negativos, e na potencialização dos impactos positivos (cuidados e medidas que visam garantir e amplificar os impactos benéficos causados pelo Programa).

Este documento está baseado nas análises diagnósticas e prognósticas dos Estudos Ambientais elaborados para o Prodetur Salvador, incluindo o PGAS elaborado no ano de 2016. Neste documento também são incluídos os órgãos e entidades que têm a contribuir e participar da gestão socioambiental da obra, em consonância com suas competências no âmbito da administração pública municipal.

A aplicação do PGAS contribuirá para uma assistência técnica à Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT, através de sua agência executora do Programa, e demais entes relacionados com as intervenções, a fim de cumprirem as salvaguardas sociais e ambientais regidas pelas políticas operacionais do BID.

2 DESCRIÇÃO DA OBRAS REQUALIFICAÇÃO URBANO E AMBIENTAL DA ORLA MARÍTIMA DE SALVADOR, TRECHO STELLA MARIS, PRAIA DO FLAMENGO E PRAIA DE IPITANGA

O Programa prevê intervenções físicas de requalificação urbano ambiental no trecho de Stella Maris, praia do Flamengo e praia de Ipitanga¹, compreendendo trecho de praia, desde a rua Professor Carlos Ott em Stella Maris, seguindo de forma contínua pela faixa de areia entre as edificações e a linha de preamar até o limite com a rua Santo Antônio de Ipitanga, na praia de Ipitanga. As obras de requalificação ocorrerão em ambiente de orla de praia, gerando impactos sociais e ambientais de diversas naturezas, mas, em grande parte, restritos a área diretamente afetada e de entorno imediato do empreendimento. O período de obras está previsto em 18 meses.

A comunicação aos afetados e a comunidade interessada ocorreu, inicialmente, na fase de elaboração do projeto, entre os anos de 2014 e 2015, quando foram realizadas oficinas de apresentação de estudos e diagnósticos do projeto e, conseqüentemente, validação do projeto. Atualmente, entre 2018 e 2019, foram retomadas as apresentações e divulgação do projeto de requalificação, bem como a validação das intervenções previstas no projeto, junto à comunidade e demais entidades civis, tendo em vista o lapso de tempo entre a elaboração do projeto e o início previsto de sua execução.

A obra de requalificação está dividida em três trechos, a saber:

- Trecho I – Stella Maris: Rua Carlos Ott até a Rua Poeta Bráulio de Abreu, com 1.100 metros de extensão;
- Trecho II – Flamengo: da Rua Poeta Bráulio de Abreu até a Alameda Cabo Frio, com 2.115 metros de extensão;
- Trecho III – Ipitanga: da Alameda Cabo Frio até a Rua Santo Antônio de Ipitanga, com 1.600 metros de extensão

As figuras a seguir ilustram os trechos de inserção das obras:

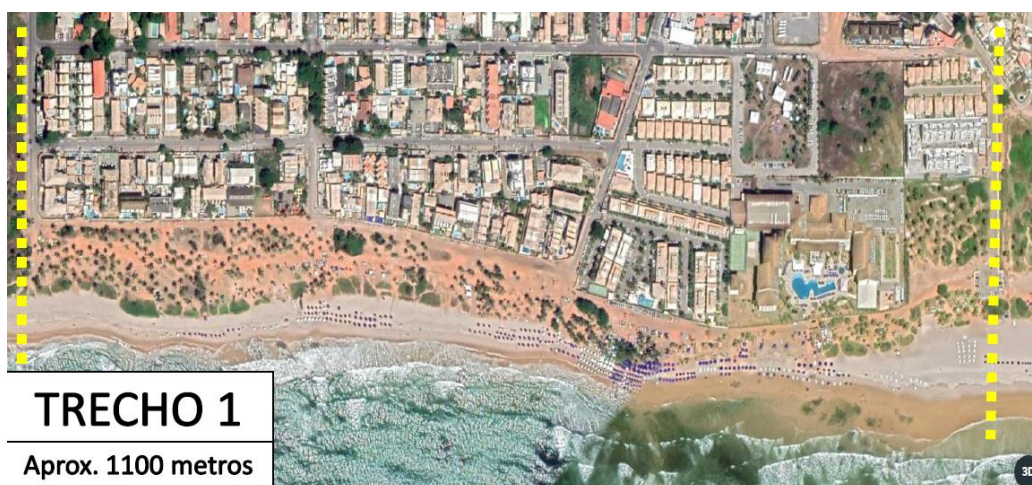
¹ Tais obras serão identificadas neste documento simplesmente como obras de requalificação de Stella Maris

Figura 1 – Trechos de inserção das obras de Stella Maris



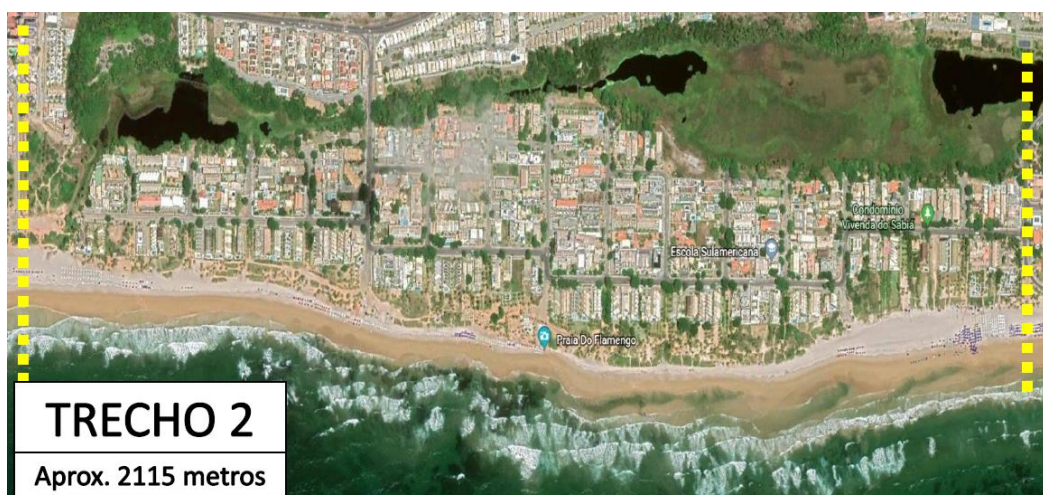
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 2 – Detalhe da área de inserção do Trecho I – Stella Maris das obras de Stella Maris



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 3 – Detalhe da área de inserção do Trecho II – Flamengo das obras de Stella Maris



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 4 – Detalhe da área de inserção do Trecho III – Ipitanga das obras de Stella Maris



Fonte: UCP/PRODETUR

A área de influência do empreendimento envolve os bairros contíguos à área da obra, abrangendo população residente, casas de veraneio e comércios voltados ao turismo (hotéis, pousadas, restaurantes etc.)

A figura a seguir mostra a área de influência e a área de intervenção previstas.

Figura 5 – Área de influência e de intervenção



Área de intervenção

Área de influência

Fonte: UCP/PRODETUR

O empreendimento visa prover a garantia de acesso às áreas públicas com infraestrutura adequada, inclusive em conformidade a NBR 9050/2015 – Acessibilidade. Objetiva, também, o respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade. As figuras a seguir apresentam modelos arquitetônicos da implantação prevista.

Figura 6 – Modelos arquitetônicos da implantação



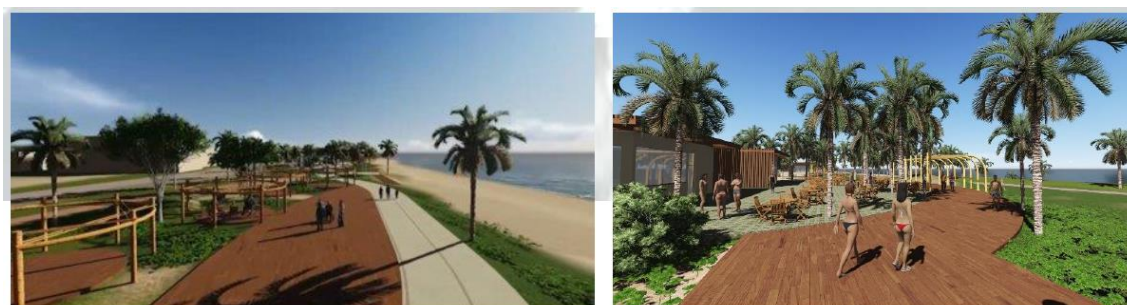
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 7 – Modelos arquitetônicos da implantação



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 8 – Modelos arquitetônicos da implantação



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 9 – Modelos arquitetônicos da implantação



Fonte: UCP/PRODETUR

No projeto foi priorizada a utilização de espécies nativas para recomposição da mata de restinga característica da região. As vegetações existentes serão preservadas, inclusive com a preocupação de protegê-las durante todo o período da obra, com isolamento e sinalização.

Onde for necessário remoção de espécies, estas serão remanejadas para áreas remanescentes, preferencialmente, dentro da própria área de intervenção.

São previstas infraestruturas de lazer, envolvendo a implantação de praças, quadras e parques infantis. O projeto também prevê a implantação de ciclovia, ciclofaixas nas vias exclusivas de veículos motorizados, passeios para pedestres, espaços e vias compartilhadas e trilhas.

Quiosques para uso de comerciantes e infraestrutura para salva-vidas e atendimento em caso de emergência também estão estrategicamente definidos.

Figura 10 – Modelo de projeto de quiosque



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 11 – Modelo de projeto de estrutura para salva-vidas e atendimento



Fonte: UCP/PRODETUR

Os equipamentos urbanos previstos em cada trecho estão listados a seguir:

Trecho I – Stella Maris:

- Ciclovias;
- Quadra de saibro – futebol;
- Quadra de areia – voleibol;
- Espaços de convivência;
- Decks;
- Pista de skate infantil;
- Espaço de yoga e tai chi chuan;
- Espaço de expressão cultural;
- Espaço de piquenique;
- Centro de apoio ao surfista;
- Unidades de postos de salva-vidas;
- Módulo de apoio ao salva-vidas;
- Banheiros;
- Quiosques;
- Unidades para venda de coco de 10m²;
- Unidades para venda de acarajé de 10m²;
- Unidades de 30 m² (concessão).

Trecho II – Flamengo

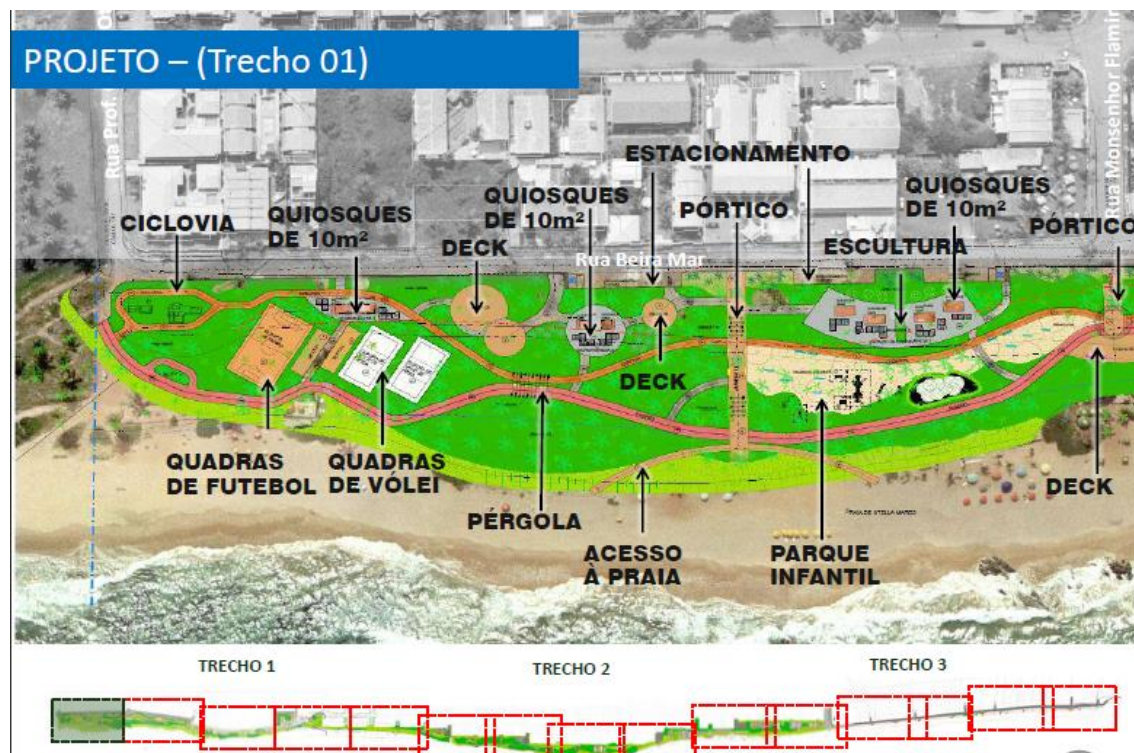
- Quadra de areia vôlei (requalificação da quadra existente);
- Quadra de futebol (requalificação da quadra existente);
- Espaços de convivência;
- Espaço multiuso;
- Trilha;
- Arquibancada;
- Parques infantis;
- Pistas de patins;
- Pista de bicicross;
- Arena;
- Unidades de postos de salva-vidas;
- Módulo de apoio ao salva-vidas;
- Banheiros;
- Quiosques;
- Unidades para venda de coco de 10m²;
- Unidades para venda de acarajé de 10m²;
- Unidades de 30 m² (concessão).

Trecho III – Ipitanga

- Espaço de convivência;
- Pista de skate;
- Quadra de vôlei;
- Quadra poliesportiva;
- Unidades de postos de salva-vidas;
- Módulo de apoio ao salva-vidas;
- Banheiros;
- Quiosques;
- Unidades de 30 m² (concessão);
- Unidade de 50 m² (concessão).

As figuras apresentadas a seguir mostram o detalhamento da implantação da obra.

Figura 12 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



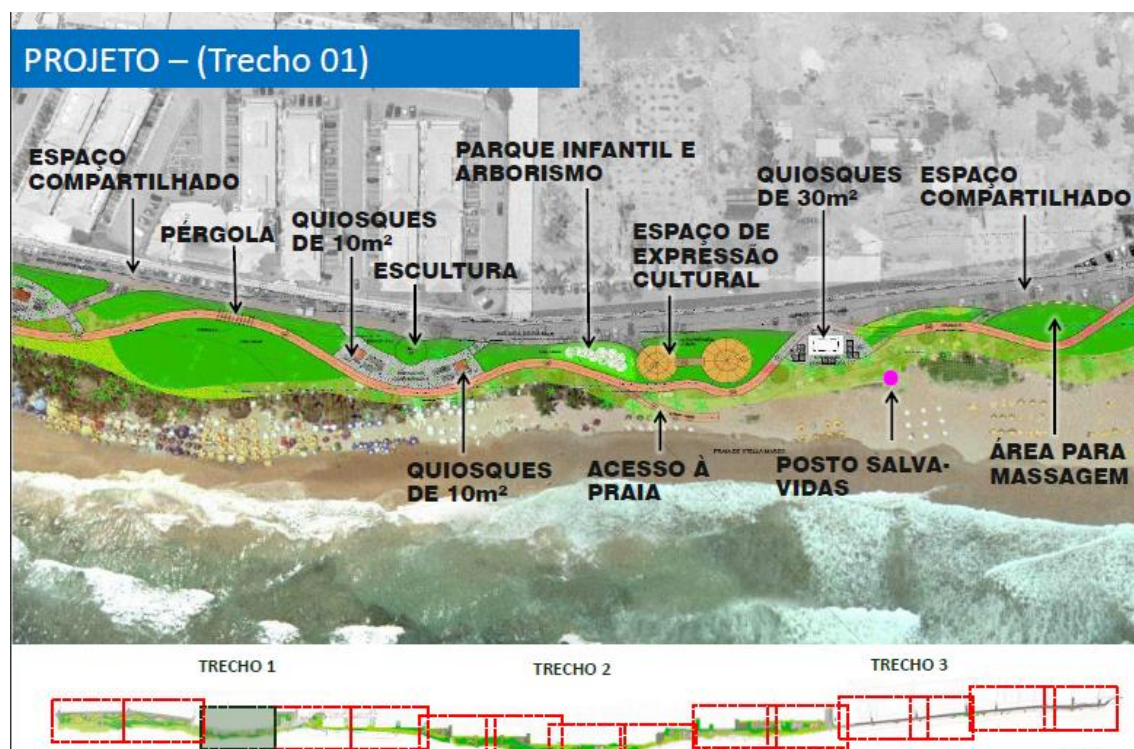
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 13 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



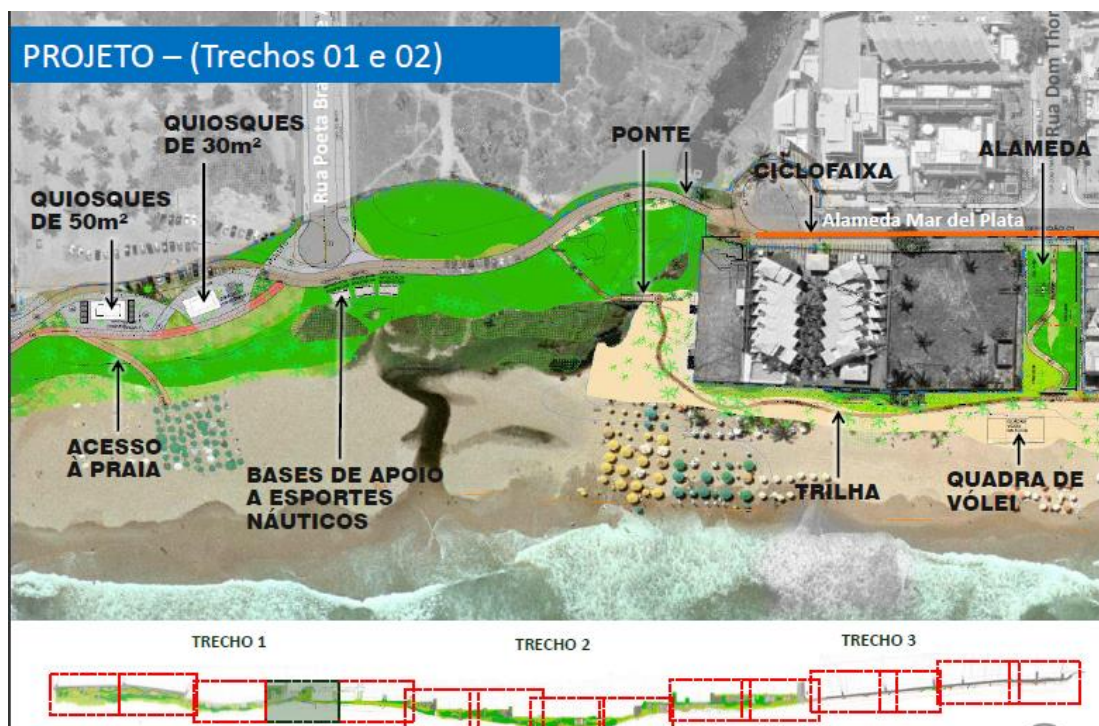
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 14 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



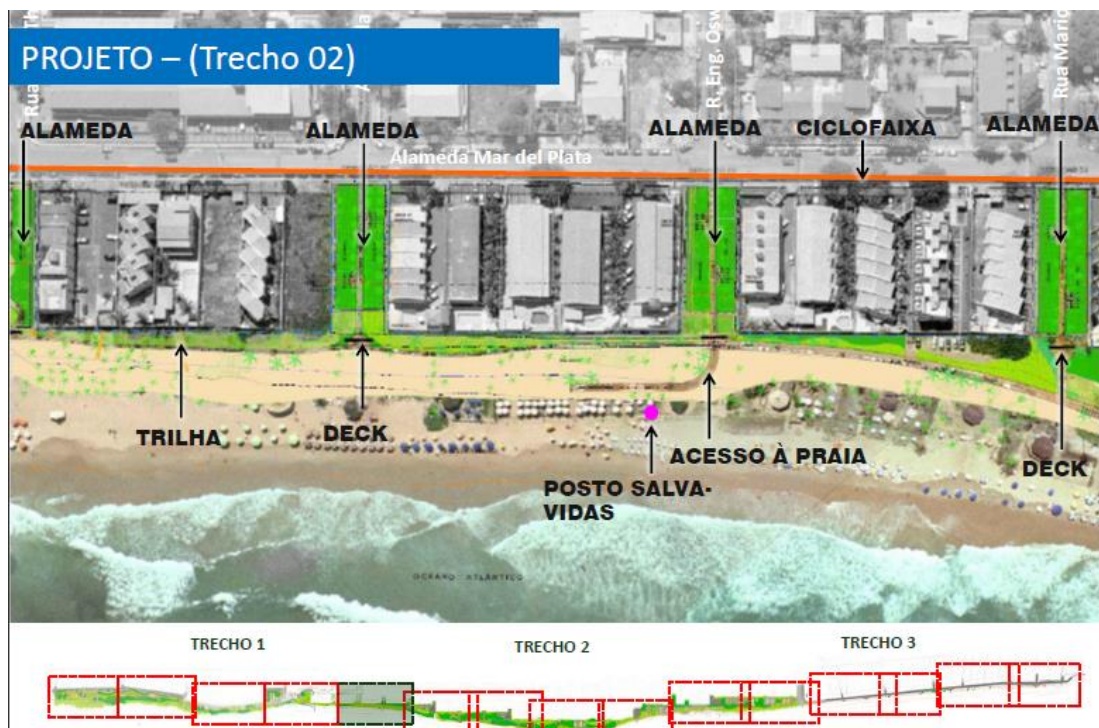
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 15 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



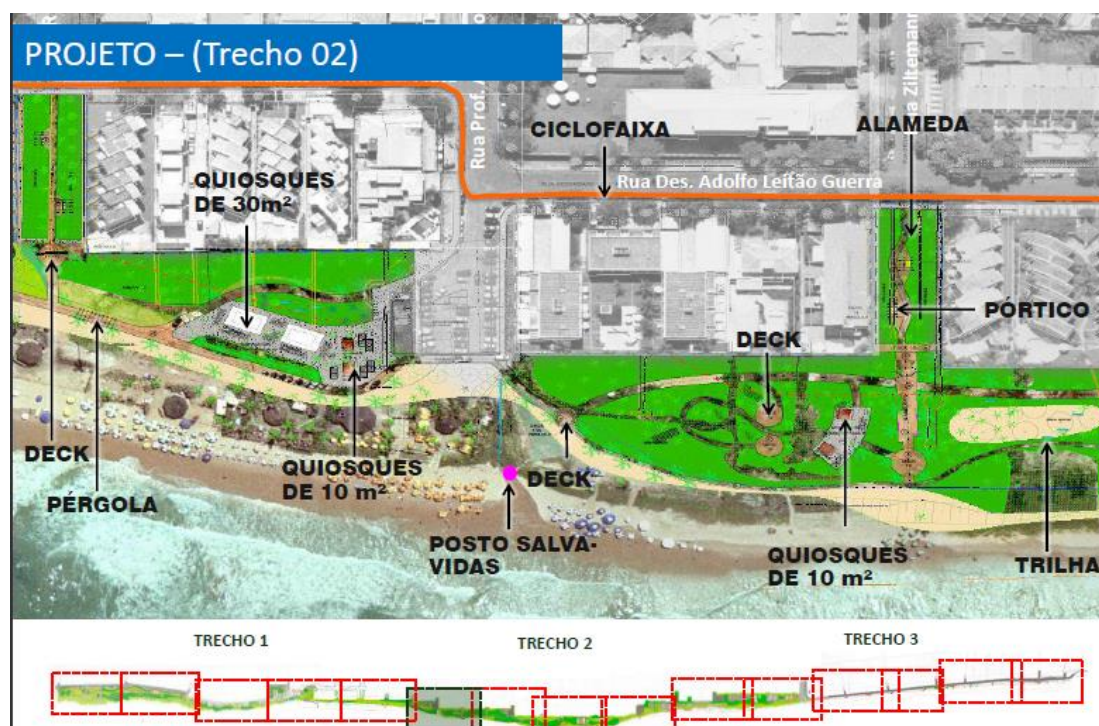
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 16 –Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



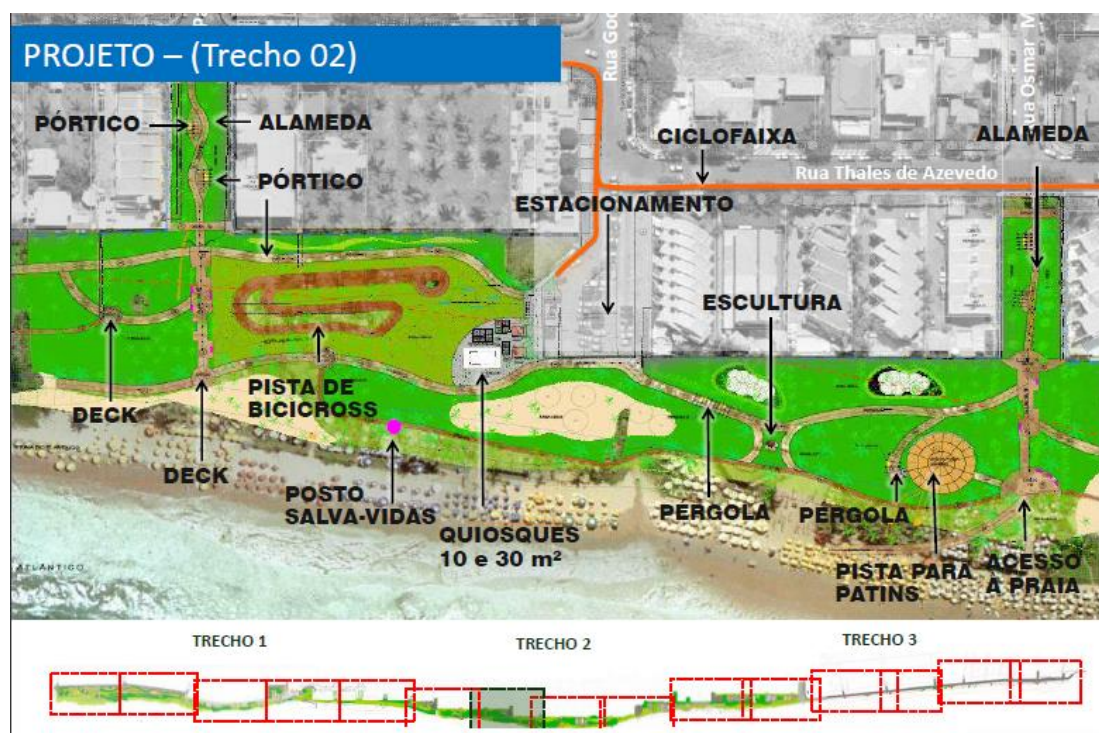
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 17 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



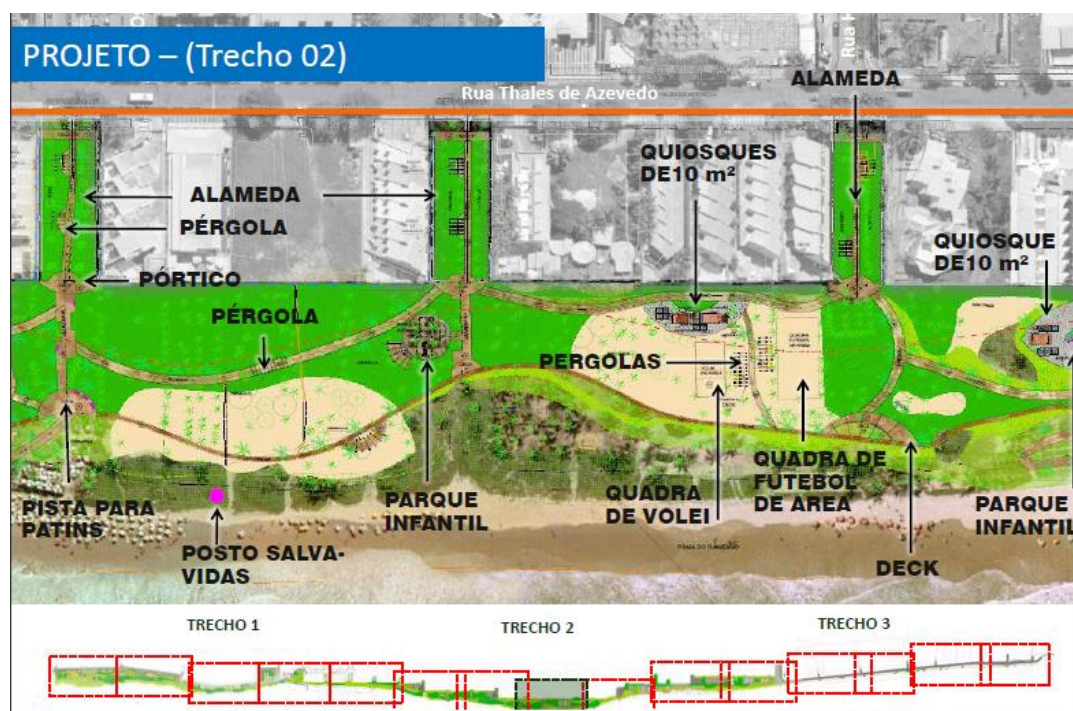
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 18 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



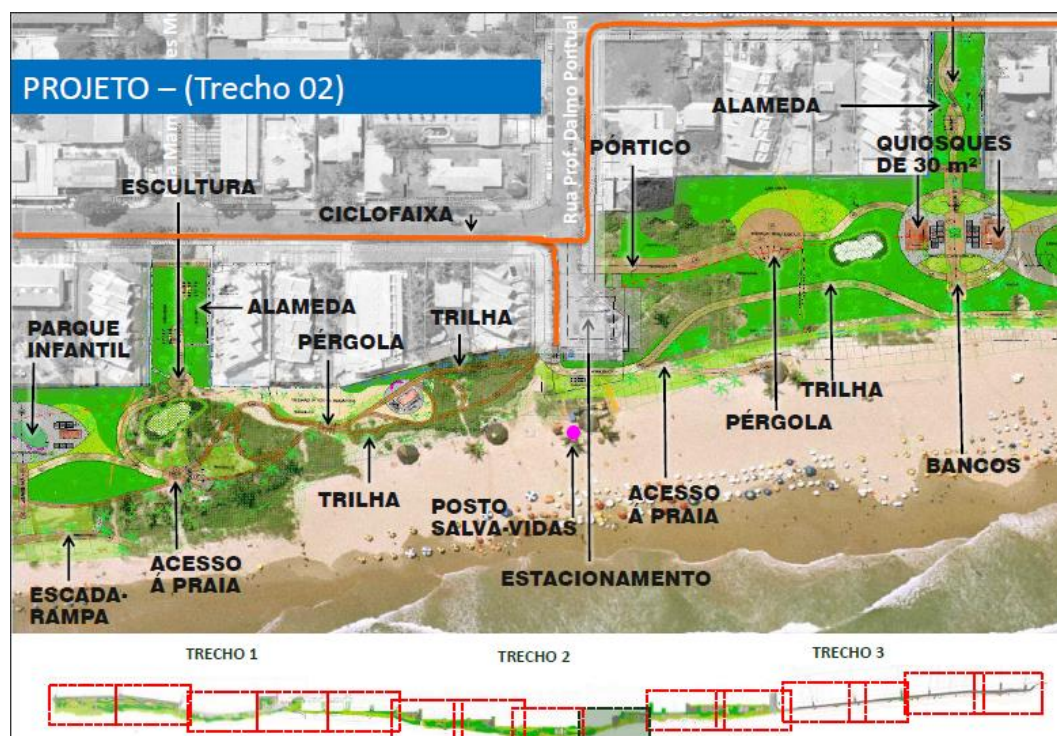
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 19 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



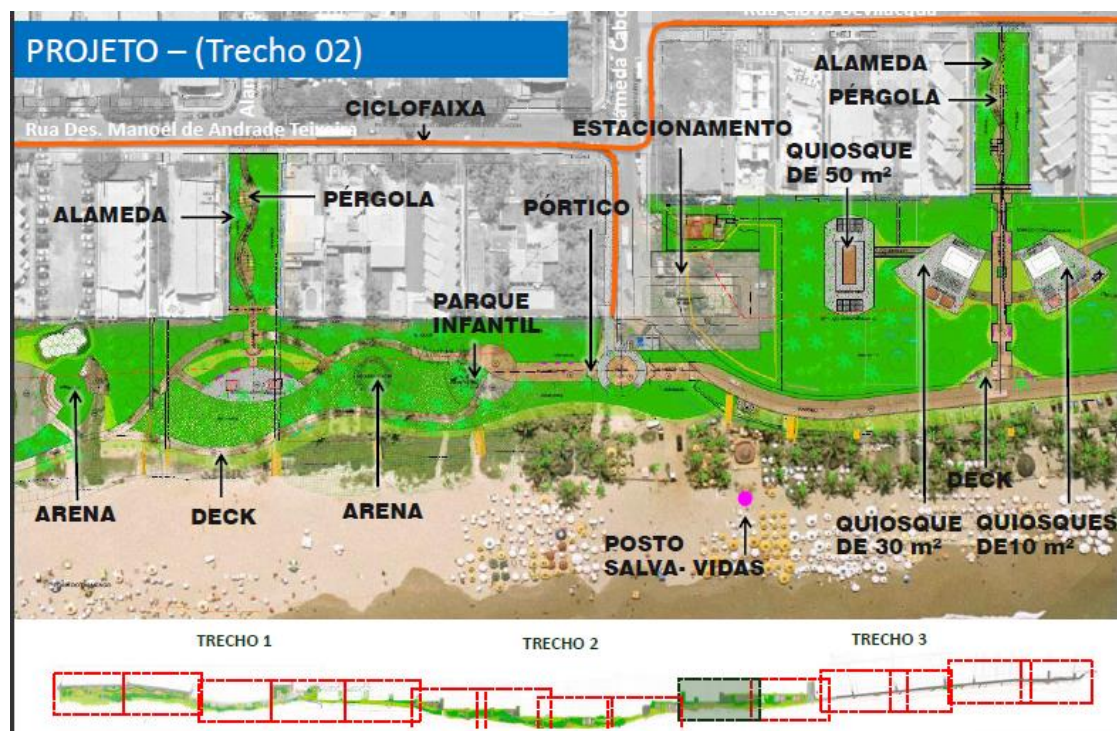
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 20 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



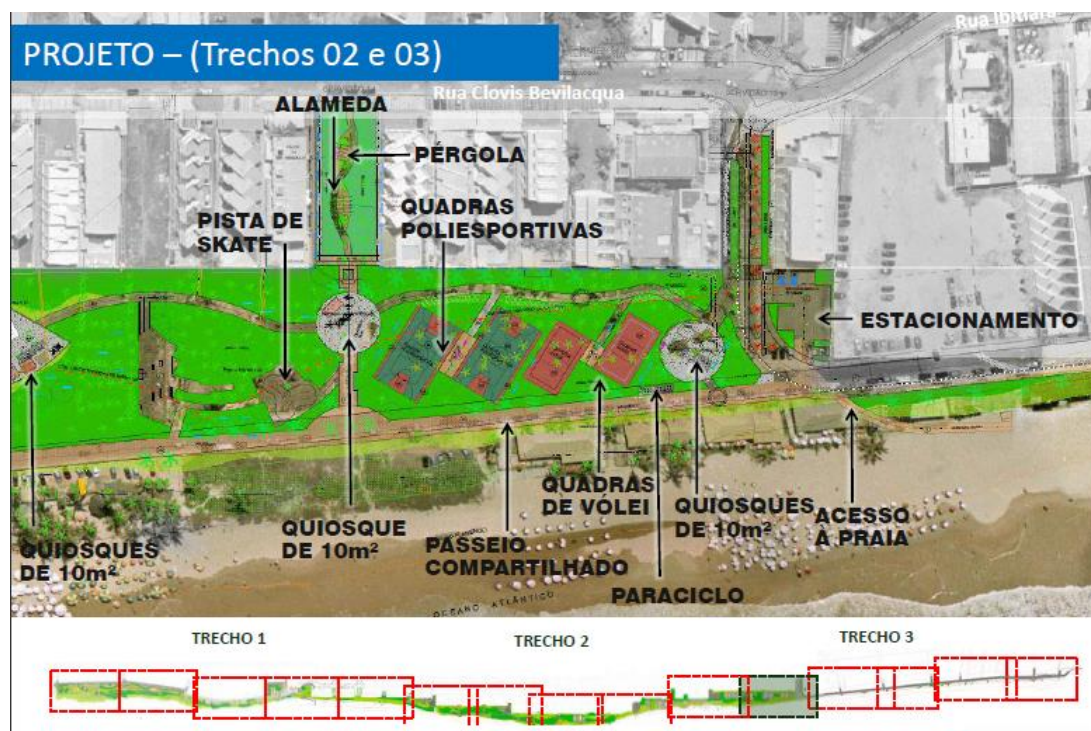
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 21 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



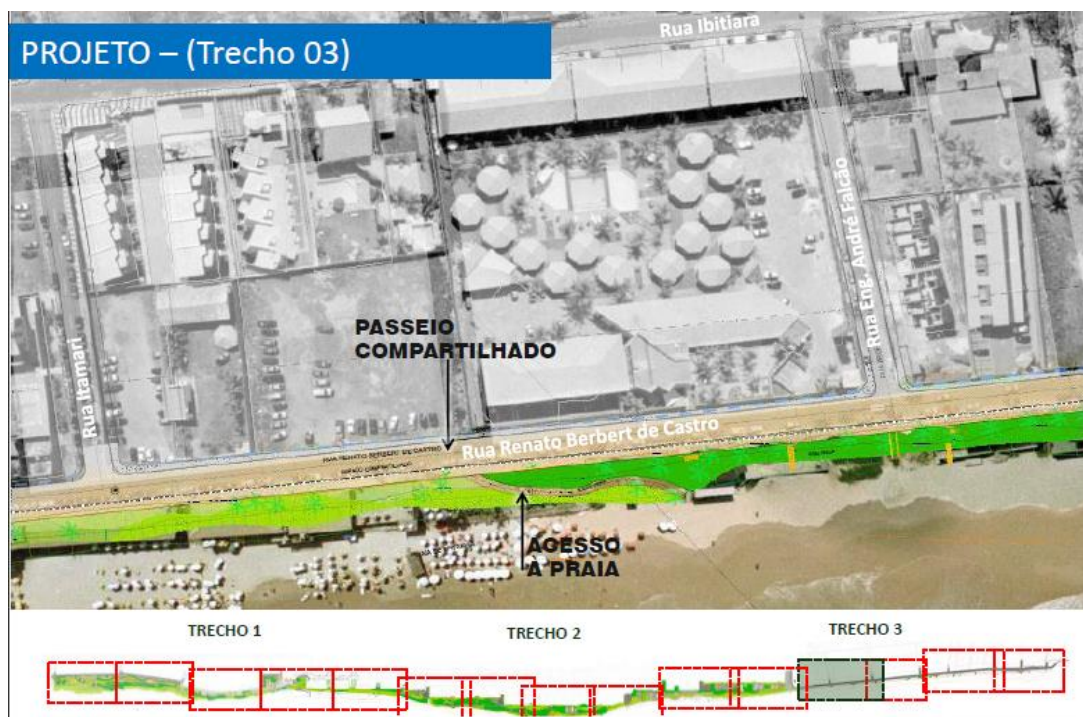
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 22 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 23 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



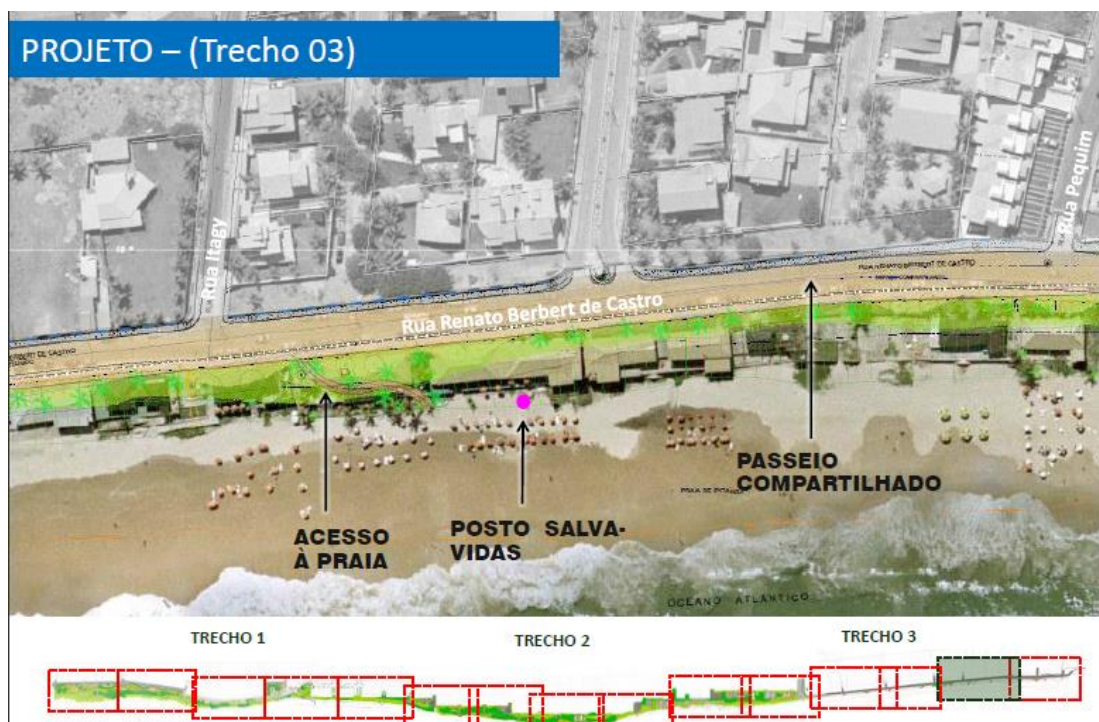
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 24 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



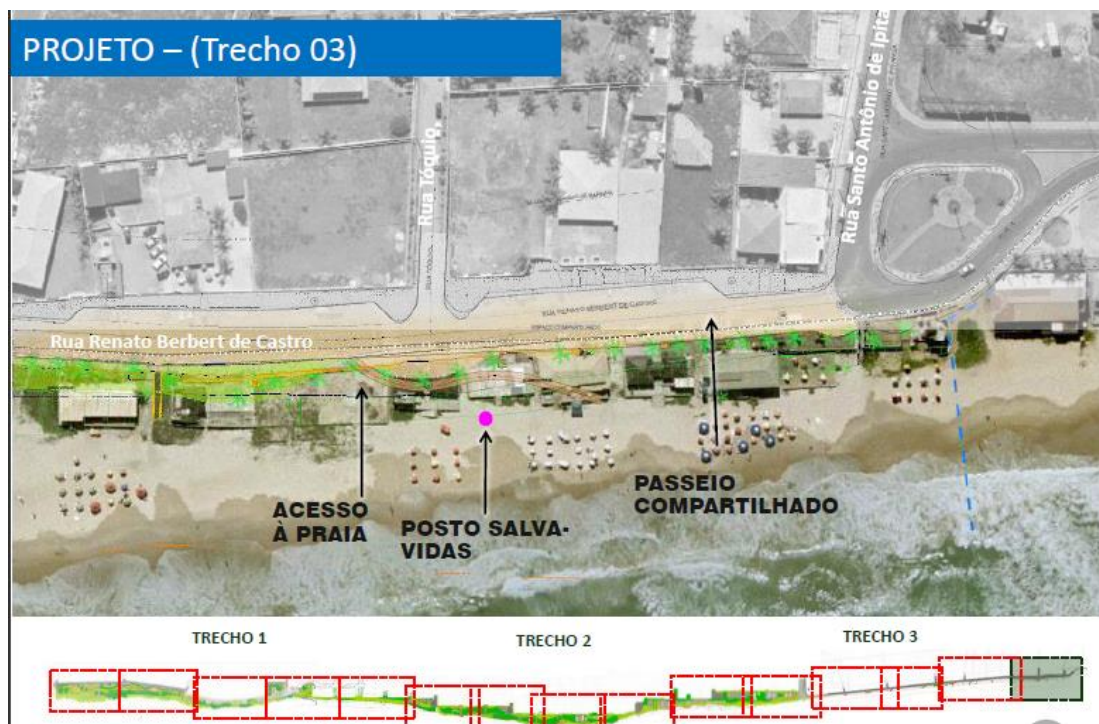
Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 25 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



Fonte: UCP/PRODETUR

Figura 26 – Esquema geral de implantação de equipamentos urbanos previstos no projeto



Fonte: UCP/PRODETUR

Síntese da Urbanização/ Zoneamento e Proposição de Equipamentos

Áreas Passíveis de Urbanização:

- Áreas não urbanizáveis (manutenção do revestimento natural e recuperação, quando indicado);
- Áreas urbanizáveis (possibilidade de áreas pavimentadas), nas quais foram identificadas:
 - Áreas edificáveis;
 - Áreas não edificáveis;
 - Centros de Animação;
 - Áreas de maior extensão, com concentração de espaços de convivência e/ou áreas esportivas, espaços lúdicos e equipamentos, constituindo-se em pólos com possibilidades de atrair investimentos em áreas particulares nas vizinhanças e/ou dinamizar utilização dos espaços.
- Espaços de Convivência
 - Áreas pavimentadas, com implantação de quiosques e mobiliário urbano.
- Espaços de Contemplação
 - Áreas especialmente destinadas à contemplação, nas proximidades da praia.
- Espaço para visitas temáticas
 - Área com trilhas para visitas temáticas de identificação de espécies vegetais.
- Áreas para atividades esportivas/Espaços Lúdicos e Espaços Bio Saudáveis
 - Áreas com localização de quadras esportivas, e/ou pistas de skate ou bicicross, ciclovias, espaços multiuso, decks, arenas, áreas para atividades de ginástica e meditação e recreação infantil.

Equipamentos/mobiliário urbano

- Edificações:
 - Quiosques, conforme projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Salvador;
 - Centro de Apoio a Esportes;
 - Postos Salva Vidas – conforme projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Salvador.
- Elementos fixos:
 - Pérgolas;
 - Pórticos;
 - Esculturas;
 - Bancos fixos;
 - Obstáculos para disciplinamento do tráfego de veículos.
- Elementos móveis:

-
- Bancos;
 - Lixeiras;
 - Postos de observação (para salva-vidas) – Locação e projeto sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Salvador.
 - Critérios
 - Ajuste da poligonal de intervenção e poligonal de influência em função da estrutura fundiária e das condições de circulação e mobilidade;
 - Preservação do cordão de dunas;
 - Preservação de maciços vegetais e das áreas de restinga identificadas e/ou passíveis de regeneração;
 - Respeito a topografia natural do terreno para implantação de acessos, equipamentos/mobiliário urbano;
 - Resgate de áreas públicas invadidas;
 - Resgate de áreas de propriedade da União (Marinha) em regimes de enfiteuse, mas não ocupadas por edificações;
 - Tratamento paisagístico ou garantia de regeneração de restinga nas áreas não urbanizáveis;
 - Proposição de áreas de sombra e equipamentos móveis, nas áreas urbanizáveis não edificáveis;
 - Proposição de materiais de pavimentação predominantemente drenantes, nas áreas urbanizáveis não edificáveis;
 - Proposição de edificações/equipamentos/mobiliário urbano apenas em cotas mais altas em relação à praia e, no caso de instalações sanitárias, apenas em cotas acima das redes de esgotamento sanitário;
 - Os equipamentos comerciais/quiosques de coco, acarajé e lanches, bem como os postos salva-vidas, seguirão os projetos padrão da Prefeitura Municipal de Salvador;
 - As instalações de sanitários públicos/chuveiros constam dos projetos de alguns quiosques, sob responsabilidade gerencial dos concessionários para exploração dos mesmos;
 - Proposição de equipamentos comerciais e/ou edificações, na medida do possível, em áreas públicas fora dos limites daquelas de propriedade da União, respeitando distâncias adequadas das edificações residenciais existentes;
 - Respeito às especificidades e vocações identificadas nos vários trechos e sub trechos, especialmente no tocante à atratividade das praias e uso do solo;
 - Proposição de quadras esportivas em áreas predominantemente planas e distribuídas nos três trechos, mantendo e requalificando quadras existentes;
 - Proposição de centros de animação em áreas com presença de vazios urbanos e/ou áreas públicas de maior extensão;
 - Proposição de áreas de convivência com quiosques, em áreas próximas a praias mais atraentes e frequentadas, bem como com condições de acesso por vias ou proximidade aos bolsões de estacionamento;
-

- Proposição de novas redes de drenagem na Avenida Beira Mar (partes 1 e 2) e na rua Renato Berbert de Castro, evitando lançamentos ao longo da borda, como proteção contra a erosão;
- Aproveitamento nos bolsões de estacionamento da rede de drenagem existente, ajustando as declividades quando da substituição da pavimentação;
- Cuidados específicos com relação à erosão das áreas de borda, especialmente no trecho 03 – Ipitanga.

Mobilidade: Sistema Viário/Estacionamentos/Circulação/Acessos

- Vias exclusivas de veículos motorizados
- Espaços compartilhados:
 - Espaço compartilhado com restrição a veículos motorizados;
 - Espaço pavimentado em plataforma única (trecho 01 – Stella Maris), com dimensões que permitem circulação de veículos em dois sentidos, mas com controle de acesso para utilização apenas por pedestres e veículos de serviço. Eventualmente, em situações especiais (horários específicos e/ou eventos esportivos), poderão ser utilizados por veículos de passeio.
- Espaço compartilhado com proibição a veículos motorizados;
 - Espaço pavimentado em plataforma única (trecho 03 – Ipitanga), sobre via existente a ser desativada para utilização apenas por pedestres e veículos não motorizados com baixa velocidade;
- Espaço compartilhado sem restrição a veículos motorizados;
 - Espaço pavimentado em plataforma única (trecho 03 – Ipitanga), para utilização por veículos motorizados, inclusive coletivos e pedestres, porém disciplinada à circulação por mudança de paginação de pisos, material de pavimentação e/ou obstáculos físicos.

Pavimento

- Pavimento flexível – concreto asfáltico usinado a quente, base de brita graduada e sub-base de solo granular.
- O dimensionamento do pavimento tem como base a relação entre o índice de suporte do subleito e a intensidade do tráfego (carga) com a espessura mínima necessária do pavimento.
- O processo do DNER (atual DNIT) roteiriza o dimensionamento de pavimentos flexíveis em função dos seguintes fatores:
 - Capacidade de suporte do subleito (ISC) e índice de grupo;
 - Número equivalente de operações do eixo padrão (N), e
 - Espessura total do pavimento durante um período de projeto.

Características Do Subleito

Como não foram realizados ensaios para determinação do ISC (Índice de Suporte Califórnia), e como a maior parte do pavimento projetado é coincidente com o pavimento existente, admitiu-se que o subleito tem uma capacidade de suporte compatível com o pavimento existente.

Adotou-se, portanto, o CBR do subleito igual a 10%, valor normalmente encontrado para argilas arenosas, siltes arenosos e areias siltosas ou argilosas com pedregulhos.

- Ciclovias:
 - Vias exclusivas para bicicletas, com permissão para maiores velocidades, destinadas à prática de ciclismo;
- Ciclo-faixas:
 - Faixas demarcadas com pintura e/ou tachões, nas vias exclusivas de veículos motorizados, destinadas à circulação de bicicletas como meio de transporte;
- Alamedas:
 - Vias exclusivas para pedestres, distribuídas predominantemente de modo transversal à faixa costeira, partindo de vias de veículos (trecho 01 – Stella Maris) e /ou de áreas de servidão (trecho 02 – Flamengo), permitindo o acesso a decks e, a partir destes, à praia.
- Passeios Compartilhados:
 - Passeios para utilização por pedestres e veículos não motorizados com baixa velocidade;
 - Passeios para utilização por pedestres e pedestres na prática de “cooper”, demarcadas as faixas para “cooper”, com marcação de distâncias em metros.
- Passeios e Caminhos exclusivos para pedestres:
 - Passeios lindeiros a vias exclusivas para veículos (calçadas), com largura média em torno de 2,00m (trechos 01 e 02) e 1,50m (trecho 03);
 - Caminhos nas áreas de servidão (trecho 02 - Flamengo), para acessos às edificações, com 1,2m de largura, e em toda a área de intervenção, para acessos a equipamentos e ligações entre áreas de convivência, passeios compartilhados e equipamentos, com larguras variáveis.
- Trilhas:
 - Trilhas exclusivas para pedestres, com largura de 1,5 m, ao longo da costa nos trechos mais próximos à praia (trecho 02 Ipitanga) sobre areia ou grama, com pavimentação drenante.
- Acessos à praia:
 - Rampas, com declividades menores ou iguais a 8,33%, em conformidade com a legislação federal de acessibilidade universal NBR9050/2015, para acesso à praia, partindo de decks e alamedas (trechos 01 - Stella Maris e trechos 02- Ipitanga) e de espaço compartilhado (trecho 03 - Ipitanga);
 - Escadas.
- Estacionamentos em vias exclusivas para veículos motorizados.
- Bolsões de estacionamento.
- Critérios
 - Tráfego de veículos motorizados, sem restrição, em vias de único acesso a edificações e permissão de estacionamento ao longo das vias, em trechos pré-definidos ou faixas pré-definidas (trecho 01 – Stella Maris) e do lado oposto ao mar (trecho 03 – Ipitanga);

- Restrição de estacionamentos ao longo das praias onde não há vias pavimentadas ou propostas (Trecho 01 – Stella Maris e trecho 02 – Flamengo);
- Otimização e eventual ampliação dos bolsões de estacionamento (trecho 02-Flamengo), em vias de destino às praias/ áreas públicas e não em vias de passagem;
- Redução de velocidade nas faixas exclusivas de tráfego de veículos motorizados;
- Espaços compartilhados sem restrição a veículos motorizados apenas onde a situação atual de circulação não permita a desejada restrição, sendo que esta será implementada, num segundo momento, quando for possível propor alternativa de tráfego por vias internas, possibilitando redução do fluxo de veículos nas vias de borda;
- Continuidade de percurso para ciclistas;
- Ciclovias (exclusivas) apenas em áreas com predominância de atividades esportivas (trecho 01 – Stella Maris, parte 1);
- No trecho 01 - Stella Maris – parte 1 (área esportiva): ciclistas exclusivamente nas ciclovias e nos passeios compartilhados exclusivamente pedestres/crianças/ pedestres em “cooper”;
- Circuito de bicicletas como transporte mais rápido, no trecho 02 – Flamengo - através da implantação de ciclo faixas nas vias de veículo internas, acessando as áreas de servidão e bolsões de estacionamento;
- Circuito de bicicletas como passeio, nos três trechos (exceto trecho 01 - parte 1) nos passeios compartilhados para pedestres/veículos não motorizados e nos espaços compartilhados com restrição ou proibição a veículos motorizados”;
- Circuito de bicicletas como passeio, no espaço compartilhado sem restrição a veículos motorizados (trecho 03 – Ipitanga), apenas na área identificada através de mudança de material de pavimentação, paginação de pisos e presença de obstáculos de proteção;
- No trecho 02 – Flamengo - locação de passeios compartilhados mais próximos às edificações e “trilhas” ao longo da costa, nos trechos mais próximos à praia;
- Pavimentação drenante nas trilhas;
- Redução e disciplinamento de acessos à praia, para proteção à desova das tartarugas e erosão;
- Concentração dos acessos à praia nas proximidades de estacionamentos e alamedas partindo das áreas de servidão;
- Passeios compartilhados pedestres/ciclistas em passeio, nas áreas de servidão;
- Locação dos caminhos de pedestres para acesso a edificações e dos passeios compartilhados, nas áreas de servidão, priorizando a localização dos já existentes;
- Piso tátil, em atendimento às normas de acessibilidade, projetados nos passeios exclusivos para pedestres junto às edificações em Stella Maris (Trecho 01), em Ipitanga (trecho 03 –sub trecho 02) e nos espaços compartilhados, com previsão de travessias e continuidade em algumas alamedas e passeios, garantindo o acesso às praias.

Proposta Urbanística

A extensão da área de intervenção determinou diversidade de tratamento nos vários trechos sem, entretanto, perder de vista a área como uma unidade, buscando integração entre os vários

espaços. Nas oficinas realizadas ficou clara a tendência da comunidade em tentar classificar cada trecho de modo isolado, posição que a proposta buscou conciliar com uma visão de interdependência e complementariedade entre as várias áreas. Assim, a conceituação geral que se segue passa por uma primeira compreensão do todo e, em seguida, está apresentada por trechos, nesse caso para uma breve apresentação das especificidades.

Conceituação Geral

Analisadas as características da área de intervenção, bem como a sua extensão, optou-se por concentrar as áreas destinadas a esportes onde se encontram as áreas mais planas, com melhor acessibilidade por veículos e assegurando distribuição espacial com atendimento de forma mais equilibrada à população do entorno e demais usuários.

Em função das particularidades da ocupação, buscou-se recompor o desenho viário original do Loteamento Praias do Flamengo, permitindo assim uma continuidade e resgate de um excelente espaço para equipamentos.

Na Alameda Cabo Frio, a intervenção proposta proporcionará a interligação viária entre a Rua Clóvis Beviláqua e a Rua Renato Berbert de Castro, além da criação de um novo bolsão de estacionamento. Ressalta-se que as proposições viárias do Projeto, face às consequências na mobilidade em geral, foram tratadas de acordo com a Superintendência de Trânsito de Salvador - TRANSALVADOR (Prefeitura Municipal de Salvador - PMS) órgão responsável por gerir o sistema de trânsito e estacionamentos públicos do município de Salvador.

O Projeto identificou e propõe duas áreas como “Centros de Animação”:

- O Centro de Animação 1, no trecho 01 - Stella Maris, onde hoje se realizam campeonatos de surf, pela presença de lotes privados ainda desocupados, pela existência de via de acesso não consolidada (Poeta Bráulio de Abreu), que se propõe pavimentar e qualificar e, principalmente, pela menor interferência com áreas residenciais;
- O Centro de Animação 2, compreendendo parte do trecho 2 (Flamengo) e parte do trecho 3 (exatamente onde se propõe desativar o trecho da Via Alameda Cabo Frio), configurando-se uma área de parque, com acessos por três bolsões de estacionamento e proposta de vários equipamentos.

Em toda a área, e não apenas nos centros de animação, foram distribuídas áreas de convivência, pavimentadas, onde se localizam os quiosques propostos, conforme projetos padrão da Prefeitura Municipal de Salvador com dimensões e destinações diversas, em função da localização. Nos centros de animação, nas proximidades de acessos viários e praias mais atrativas, estão propostos quiosques de maior área (30 m² e 50 m²), respeitadas distâncias adequadas das edificações residenciais. Nas proximidades de áreas esportivas, praias, recreação infantil, estão quiosques de coco, acarajé e lanches, com e sem sanitários, a depender da quantidade e localização.

Especificamente no que se refere a circulação/mobilidade, estão propostos três espaços compartilhados:

- No Centro de Animação 1, propõe-se um espaço compartilhado, com restrição a veículos motorizados, sendo permitidos apenas veículos de serviço e, desde que seja estabelecida uma governança gerencial, veículos de passeio, em casos especiais de eventos, com horários e espaços definidos.

- No Centro de Animação 2, está proposto um espaço compartilhado para pedestres e veículos não motorizados, praticamente sobre o leito da Alameda Cabo Frio, no trecho que se propõe desativar.
- No trecho 03 (Ipitanga), na Rua Renato Berbert de Castro, o Projeto prevê um espaço compartilhado sem restrição a veículos motorizados. O que se propõe é manter as calçadas com meio-fio, no acesso às edificações, e implantar uma plataforma única para veículos motorizados e pedestres/ciclistas em passeio na orla, definindo o percurso dos veículos motorizados com pavimentação e obstáculos. Para tanto, necessário se faz a redução de velocidade permitida aos veículos motorizados, bem como a redução do tráfego de passagem Salvador–Lauro de Freitas, o que será possível com futura ligação de Lauro de Freitas com a via interna José Augusto Tourinho Dantas, projeto recomendado para desenvolvimento em próxima etapa.

Com relação à circulação de ciclistas, o Projeto identifica:

- Circuitos de bicicleta como transporte;
- Circuitos de bicicleta como esporte ou passeio.

Assim, há proposta de ciclovias, exclusivas para bicicletas, como esporte ou passeio, no trecho 01 (Stella Maris) e passeios compartilhados (pedestres/veículos não motorizados) nas demais áreas na poligonal de intervenção. Os circuitos de bicicleta como transporte, em percursos mais curtos e com permissão de maior velocidade, estão recomendados nas vias internas, em ciclofaixas, as quais acessam todos os bolsões de estacionamento, bem como as áreas de servidão do Trecho 02 - Flamengo.

A circulação de pedestres é livre nos passeios exclusivos e nos espaços compartilhados (exceção feita às faixas definidas para veículos em Ipitanga), nas alamedas e nos demais caminhos de pedestres e trilhas, que criam uma rede de interligação aos espaços e equipamentos propostos.

Quanto aos equipamentos e mobiliário urbano, os mesmos estão distribuídos em toda a área. O projeto buscou marcar com pórticos as várias alamedas, diversificando cores para criar identidades. Pérgolas foram distribuídas, buscando criar áreas de sombra, e decks foram propostos, com funções diversas. Equipamentos em geral, de recreação, ginástica/musculação, esportes, manifestações culturais etc., foram previstos, em localização conforme acessibilidade, vocações e/ou intenções específicas, complementados pelo mobiliário urbano – bancos, lixeiras etc.

Nos vários trechos, estão propostos espaços de estar e contemplação, estes últimos priorizados em taludes, nas vizinhanças da praia, a serem implantados com cuidados especiais em relação ao terreno natural.

No que se refere a novas edificações, propõe-se a implantação do Centro de Apoio a Esportes (Trecho 01 – Stella Maris). Ao longo da área de intervenção, define-se a demolição de edificação abandonada na área de servidão 09, além de estruturas precárias nas praias e de algumas escadas e rampas de descida de água, estas últimas localizadas no trecho de Ipitanga, onde está projetada rede subterrânea de drenagem.

O projeto propõe também a implantação de equipamentos urbanos em duas áreas públicas, hoje isoladas fisicamente e ocupadas por estabelecimentos comerciais de maior porte, no trecho 02 – Flamengo.

Ainda não se tem a definição sobre a necessidade de desativação do Terminal de transporte coletivo próximo à Alameda Cabo Frio. Ressalta-se que esta necessidade está em reavaliação

pela UEP juntamente com a Transalvador, que irá planejar e acompanhar a obra dentro de todas as ações envolvendo a gestão do trânsito, transporte e mobilidade da população.

Conceituação por Trechos

Trecho 01 - Stella Maris (entre a Rua Carlos Ott e ponte limite com o Loteamento Praias dos Flamengo)

Esse primeiro trecho foi subdividido, no Projeto, em dois sub trechos, por conta das características diferenciadas. O primeiro sub trecho encontra-se entre a Rua Carlos Ott e a Rua Álvaro Desidério. Compreende a Av. Beira Mar- parte 1.

Neste sub trecho, o acesso direto, por veículos motorizados, às edificações ocorre pela Av. Beira Mar e a faixa de área pública entre a via, hoje não pavimentada, e a praia caracteriza-se por ser predominantemente plana e com grande largura.

Para essa área, o Projeto propõe via para veículos motorizados com meios fios de ambos os lados, pavimentação em asfalto e estacionamentos ao longo da via, em áreas definidas.

Na faixa entre a via e a praia, o conceito buscou privilegiar esportes, tanto que há ciclovia, exclusivamente para bicicletas, passeio de pedestres com definição de faixa para “cooper”, quadras, pista para skate infantil, além de parque infantil, espaço para ginástica/musculação, yoga e “tai chi chuan” e espaço para piqueniques.

Conforme conceito geral está distribuído as áreas de convivência, alamedas, decks, espaços de contemplação, pórticos e pérgolas, e concentrados os acessos, por rampas, à praia.

Neste sub trecho não constam quiosques com áreas superiores a 14,00 m² (alguns com sanitários), por solicitação dos moradores e recomendação da Fundação Mário Leal Ferreira. Os quiosques aí propostos destinam-se à comercialização de coco, acarajé e lanches em geral.

Destaca-se a presença de estação elevatória da Embasa, concessionária de serviços de esgotamento sanitário, mantida pela proposta sem quaisquer intervenções exceto tratamento paisagístico do entorno.

O segundo sub trecho encontra-se entre a Rua Álvaro Desidério e a ponte limite com o Loteamento Praias do Flamengo. Compreende a Av. Beira Mar – parte 2. Nesse sub trecho, constatou-se a não existência de acesso direto, por veículos motorizados, às edificações residenciais e hotel aí presentes. Verificou-se também a presença de áreas livres, de propriedade particular, a faixa de área pública entre edificações e a praia com largura mais reduzida e com desníveis, como também a prática de surf e realização de eventos ligados a esportes na área.

Considerando uma via em projeto não consolidada (Rua Poeta Bráulio de Abreu) mas eventualmente utilizada e as especificidades descritas, o Projeto propõe o Centro de Animação 1. Para tanto, a Av. Beira Mar, nesse sub trecho, constituir-se-á em um “Espaço Compartilhado, com restrição a veículos motorizados”, plataforma única, com pavimentação prioritariamente em blocos de concreto Inter travados, drenantes, com trechos em concreto.

Nas áreas de convivência estão propostos quiosques de 30,00m², além de outros menores para comercialização de coco, acarajé, lanches, além de arena, espaço de expressão cultural, áreas de sombra para apoio a surfistas/esportistas e uma edificação: Centro de Apoio a Esportes, com salas multiuso e sanitários.

O acesso por veículos motorizados, será concentrado na Rua Poeta Bráulio de Abreu, que se propõe pavimentar com blocos de concreto inter travados, drenantes, com estacionamento ao longo da via e controle de acesso para veículos motorizados ao espaço compartilhado.

Em função da intervenção na rua Poeta Bráulio de Abreu, definiu-se por ampliar a poligonal de intervenção, propondo pavimentar, em asfalto, os trechos não pavimentados das vias Professor Felipe Tiago Gomes e Romano Galeffi, completando o anel viário com a rua Álvaro Desidério.

Em todo o trecho 01- Stella Maris- o projeto contempla nova rede de drenagem, conforme projeto complementar específico para a Av. Beira Mar, partes 1 e 2, trechos das ruas Álvaro Desidério, rua Professor Tiago Gomes e Romano Galeffi e rua Poeta Bráulio de Abreu.

Trecho 02 – Flamengo

Este trecho compreende a maior parte do Loteamento Praias do Flamengo, estendendo-se desde a ponte limite com a Avenida Beira Mar em Stella Maris até a Alameda Cabo Frio. O projeto do Loteamento Praias do Flamengo apresenta características peculiares, pois todas as edificações são acessadas por veículos motorizados por vias paralelas à praia, mas não contíguas à praia, à qual se chega por áreas de servidão pública e bolsões de estacionamento.

Assim, os fundos das edificações, sendo “villages” pluridomiciliares em sua maioria, estão voltados para a praia e entre as edificações e a praia estende-se faixa de área pública, com larguras, relevo e vegetação diversos e variáveis.

A poligonal de intervenção incorporou todas as áreas de servidão até os meios fios limites com as vias internas. Essas áreas de servidão, em número de 15 no loteamento como um todo (12 no trecho 02- Flamengo e 3 no trecho 03 - Ipitanga), são em grande maioria acessos à área pública que margeiam a praia e, também às unidades autônomas de edificações horizontais pluridomiciliares.

Apresentam-se bem cuidadas ou não, equipadas com algum tipo de equipamento ou não, em função do cuidado dos moradores. Uma dessas áreas de servidão inclusive (servidão 9) apresenta uma edificação, que o Projeto propõe demolir, cuja utilização vem sendo pleiteada por uma associação de moradores do Flamengo, pleito ainda não oficialmente aceito.

Para as áreas de servidão, o Projeto mantém a proposta original de passeios ao longo da via de veículos, a serem pavimentados ou recuperados, com largura de 2,00m e áreas verdes com passeio compartilhado, pedestres/ciclistas e caminhos de acesso às edificações. A locação dos passeios e caminhos buscou respeitar situações pré-existentes, tendo sido propostas pérgolas para áreas de sombra.

As áreas de servidão configuram o acesso de pedestres e veículos não motorizados às áreas públicas, tendo continuidade com as alamedas propostas, sempre com pórticos demarcando a transição. As alamedas se estendem até decks, nas proximidades da praia, em cotas mais altas em relação à faixa de areia, dos quais partem rampas de acesso à praia. O acesso por veículos se faz até bolsões de estacionamento existentes, que o Projeto buscou otimizar e ampliar, definindo circulação e vagas e propondo pavimentação em blocos de concreto intertravados.

A faixa litorânea entre as edificações e a praia apresenta, como já referido, configurações diversas e, em função dessa diversidade, estão propostos os vários equipamentos, respeitando usos existentes, vocações identificadas ou intenções de projeto. Estão assim propostas áreas de convivência com quiosques, estas sempre nas proximidades dos bolsões de estacionamentos ou áreas de servidão, quadras, pistas de patinação, pista de “bicicross”, parques infantis, espaços de recreação infantil, espaços multiuso, arena, espaços de contemplação, decks e pérgolas.

Particularmente no trecho entre a servidão 10 e a Rua Prof. Dalmo Pontual, as características de vegetação e relevo induziram a proposição de trilhas para visitas temáticas tendo como objeto a vegetação nativa e de restinga.

Trecho 03 – Ipitanga

O trecho definido como Trecho 03, conforme poligonal original definida pela Fundação Mário Leal Ferreira estende-se da Alameda Cabo Frio até a rua Santo Antônio de Ipitanga, limite do Município de Salvador. Foi subdividido pelo Projeto em dois sub trechos, em virtude de características diversas de ocupação:

- Sub trecho 01, entre a Alameda Cabo Frio e o final do Loteamento Praias do Flamengo;
- Sub trecho 02, entre o final do Loteamento Praias do Flamengo e a Rua Santo Antônio de Ipitanga, compreendendo basicamente a rua Renato Berbert de Castro.

Originalmente, não havia a ligação entre o Loteamento Praias do Flamengo e a Rua Ibitiara. O projeto do Loteamento previa um “cul de sac” na atual Rua Clóvis Bevilacqua (Rua “G” do referido loteamento) e a atual Alameda Cabo Frio (rua “B” do Loteamento) acessava um bolsão de estacionamento. A ligação com Ipitanga foi feita eliminando o “cul de sac” e ligando a via interna à rua Ibitiara, como também eliminando o bolsão de estacionamento e estendendo a Alameda Cabo Frio, margeando a orla até a rua Renato Berbert de Castro. Essa ligação seccionou a área pública (área verde do Loteamento) verificando-se hoje grande faixa de área pública não ocupada (exceto por um posto policial) entre a via litorânea e as edificações, no subtrecho 01.

A forma da ocupação aproxima esse sub trecho muito mais do trecho 02 (Flamengo) que do trecho 03 - Ipitanga. Assim, o conceito do Projeto propõe integrar as áreas públicas e propondo o Centro de Animação 2, entre o bolsão de estacionamento na rua Prof. Dalmo Pontual e o final do Loteamento Praias do Flamengo. Mantém a ligação entre a Rua Clóvis Bevilacqua e a rua Ibitiara e criando acesso à Rua Renato Berbert de Castro, a ser implantada, juntamente com um novo bolsão de estacionamento.

Para acesso por veículos motorizados ao Centro de Animação 2 o Projeto propõe dois novos bolsões de estacionamento e amplia e otimiza o estacionamento no final da rua Prof. Dalmo Pontual. Para o acesso de pedestres e ciclistas há ainda as áreas de servidão 11,12,13,14 e 15. Estão propostos na área: espaços de convivência com quiosques, estes com áreas variáveis, inclusive de 50,00 m²; alamedas, decks, parque infantil, arena, espaço multiuso, pórticos e pérgolas, passeios compartilhados além de pista de skate e quadras esportivas. Praticamente sobre o leito da via a ser desativada propõe-se um largo espaço compartilhado apenas para pedestres e veículos não motorizados, com áreas de estar e acessos à praia.

O sub trecho 02 compreende a faixa mais estreita da poligonal de intervenção, entre as edificações da Rua Renato Berbert de Castro e a praia. Os passeios do lado das edificações são estreitos e irregulares, com desníveis e rampas de acesso a garagens e condomínios e os passeios do lado do mar, além de estreitos, estão danificados, verificando-se efeitos decorrentes da crescente erosão na faixa de orla. Inicialmente, não há proposta para redução de tráfego de veículos nesse trecho.

A proposta do Projeto mantém calçadas, com meios fios elevados junto às edificações, praticamente com as dimensões existentes e propõe plataforma única até a orla, implantando rede de drenagem de modo a evitar descida de águas nos limites junto à praia para evitar contribuições ao processo de erosão. Como a plataforma única destina-se a veículos em geral e pedestres, caracterizando um espaço compartilhado sem restrição a veículos, a proposta de pavimentação diferencia as faixas destinadas a veículos motorizados e contribui, por se tratar de blocos de concreto intertravado, para a redução da velocidade.

Em trechos onde a topografia permite, propõe-se alargamento da área pavimentada, com locação de pérgolas, quiosques e áreas de estar, a partir das quais foram propostos acessos à

praia. Para proteção dessas áreas, estão previstos obstáculos físicos, nos limites das faixas destinadas à circulação dos veículos motorizados.

Para o controle da erosão nas áreas de talude, propõe-se o uso de gabiões, intercalados por revestimento vegetal.

3 MARCO LEGAL

Para assegurar a sustentabilidade socioambiental do processo de desenvolvimento turístico no Município de Salvador há que considerar, entre outros fatores de ordem técnica, econômica e financeira, o cumprimento das diretrizes e normas ambientais e sociais pertinentes à legislação do País e às exigências do BID. Também é essencial a definição dos papéis e das responsabilidades das entidades públicas envolvidas no Programa. O presente capítulo se ocupa das diretrizes e normas aplicáveis aos projetos do Programa e dessas entidades.

Os princípios, as diretrizes e o contexto institucional referente às políticas de proteção do meio ambiente expressam-se na legislação vigente no País e nos programas de gestão ambiental, nos âmbitos dos governos federal e estadual e da administração municipal.

A Constituição Federal contém um capítulo dedicado às questões ambientais e trata, em outras seções, das obrigações do Estado e da sociedade para com o meio ambiente, considerando como direito fundamental da sociedade a fruição de um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. A defesa do meio ambiente é tida como um princípio constitucional que fundamenta a atividade econômica.

A Constituição Federal, nos Artigos 3º e 6º, estabelece procedimentos a serem observados referentes à vulnerabilidade social e direitos sociais, e que são considerados no trabalho técnico social, notadamente para evitar os passivos previstos neste PGAS.

A integração dos órgãos e instituições envolvidos com o uso dos recursos ambientais e a proteção do meio ambiente, em todas as esferas de governo, se deu já em 1981, com a promulgação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto e suas alterações, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

Uma importante consequência dessa lei foi a orientação da gestão ambiental no sentido da melhoria da qualidade do meio ambiente em benefício da saúde e de um desenvolvimento econômico em harmonia com a proteção ambiental, o que vigora até o presente. O meio ambiente passou a ser considerado patrimônio público a ser protegido, tendo em vista o uso racional dos recursos ambientais.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu uma série de instrumentos de gestão a serem empregados em sua implementação. Entre eles, interessam ao controle ambiental das atividades e projetos e à gestão ambiental do PRODETUR Salvador: (i) os padrões ambientais, (ii) o licenciamento e a avaliação de impacto ambiental. A partir da década de 1990, desenvolveram-se outros instrumentos, como a auditoria ambiental e a avaliação ambiental estratégica (AAE), esses implementados pela SECULT para a avaliação ambiental do Programa.

3.1 Política Nacional de Assistência Social

Além da Política Nacional do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, decidiram elaborar, aprovar e tornar pública a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS, demonstrando a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único

de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A versão preliminar foi apresentada ao CNAS, em 23 de junho de 2004, pelo MDS/ SNAS, tendo sido amplamente divulgada e discutida em todos os Estados brasileiros nos diversos encontros, seminários, reuniões, oficinas e palestras que garantiram o caráter democrático e descentralizado do debate envolvendo um grande contingente de pessoas em cada Estado deste País. Este processo culminou com um amplo debate na Reunião Descentralizada e Participativa do CNAS realizada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2004, onde foi aprovada, por unanimidade, por aquele colegiado. Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FONSEAS, do Colegiado de Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos. Tal conquista, em tão breve tempo, leva a uma rápida constatação: a disponibilidade e o anseio dos atores sociais em efetivá-la como política pública de Estado, definida em Lei.

A Política Nacional de Assistência Social expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.

3.1.1 Política Nacional de Proteção Social

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada em 2004, reafirma o conteúdo da LOAS destacando o seu caráter protetivo, estabelecendo diretrizes, público-alvo e organizando as ações em base sistêmica através da implantação do SUAS. Como política de proteção social, a assistência social orienta-se pelos princípios da:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (Brasil, 2004, p. 33).

Além disso, a organização das ações em base sistêmica permite a definição de programas, projetos e serviços de caráter eventual ou continuado, de acordo com o nível de vulnerabilidade e risco que passam a ser vistos não só como decorrentes da pobreza, privação ou ausência de acesso às políticas públicas, mas de situações geridas no âmbito relacional, como as discriminações por deficiência, questões etárias, de gênero, entre outras. São riscos que

decorrem, de acordo com Sposati (2007, p. 449), de situações “instaladas no campo relacional da vida humana” associadas à “(in)sustentabilidade de vínculos sociais e às incertezas sociais”.

De acordo com a PNAS/2004, são funções da assistência social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Social são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS. A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar; a territorialização; a proteção proativa; integração à seguridade social; integração às políticas sociais e econômicas

Segundo a PNAS /2004, o CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano, e onde se executam serviços de proteção social básica. O CRAS organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como através da promoção da integração ao mercado de trabalho.

O SUAS opera através da hierarquização das ações em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros.

No geral, a implantação do SUAS traz um significativo avanço para concretização da Política de Assistência Social, tanto pelo seu caráter organizativo, como também pela definição de atribuições nas três esferas de governo. A maioria dos municípios brasileiros já conta com os CRAS como base para a execução de ações continuadas, permitindo a superação da fragmentação das ações e a identificação dos serviços ofertados como direito social e não como benesse.

3.2 Direitos Humanos

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre os horrores da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das

Nações Unidas: *“Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações (...)”*

3.2.1 Contexto e definição dos direitos humanos

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interfiram nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.

Estão expressos em tratados, no direito internacional consuetudinário, conjuntos de princípios e outras modalidades do Direito. A legislação de direitos humanos obriga os Estados a agir de uma determinada maneira e proíbe os Estados de se envolverem em atividades específicas. No entanto, a legislação não estabelece os direitos humanos. Os direitos humanos são direitos inerentes a cada pessoa simplesmente por ela ser um humano.

Tratados e outras modalidades do Direito costumam servir para proteger formalmente os direitos de indivíduos ou grupos contra ações ou abandono dos governos, que interfiram no desfrute de seus direitos humanos.

Algumas das características mais importantes dos direitos humanos são:

- Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;
- Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;
- Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;
- Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;
- Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

Normas internacionais de direitos humanos

A expressão formal dos direitos humanos inerentes se dá através das normas internacionais de direitos humanos. Uma série de tratados internacionais dos direitos humanos e outros instrumentos surgiram a partir de 1945, conferindo uma forma legal aos direitos humanos inerentes.

A criação das Nações Unidas viabilizou um fórum ideal para o desenvolvimento e a adoção dos instrumentos internacionais de direitos humanos. Outros instrumentos foram adotados a nível regional, refletindo as preocupações sobre os direitos humanos particulares a cada região.

A maioria dos países também adotou constituições e outras leis que protegem formalmente os direitos humanos básicos. Muitas vezes, a linguagem utilizada pelos Estados vem dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

As normas internacionais de direitos humanos consistem, principalmente, de tratados e costumes, bem como declarações, diretrizes e princípios, entre outros.

3.3 Aspectos Legais na Esfera Federal

Neste item estão relacionadas algumas das principais leis, decretos, normas e outros dispositivos legais que incidem sobre a área onde serão implantadas as obras do Programa. Esses dispositivos legais estão relacionados e descritos de maneira sucinta, reunidos segundo os temas e a instância de governo responsável pela sua aplicação.

Vale ressaltar que a Legislação Ambiental vigente tem como principal objetivo controlar as atividades que afetam ou modificam de forma significativa o meio ambiente. Os projetos previstos no Programa estão classificados dentre aqueles que deverão ser submetidos ao Licenciamento Ambiental em razão da magnitude das potenciais alterações que serão promovidas no meio ambiente, nas fases de planejamento, construção e operação.

Constituição da República Federativa do Brasil

Promulgada em 1988, inovou ao tratar das questões do meio ambiente dedicando ao tema o Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Título VIII - da Ordem Social), que no Art. 225 determina: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Meio Ambiente

- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Determina que esta política: tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;
- Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (alterada pelas Leis nº 8.078, de 11/09/1990 e nº 8.884, de 11/06/1994, nº 9.494, de 10/09/1997 e nº 10.257, de 10/07/2001 e pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 27/08/2001), que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências;
- Lei Federal nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei nº 9.985, de 18/07/2000 e pela MP nº 2.163-41, de 23/08/2001), que dispõe sobre as sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais);

- Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992;
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (infração administrativa ambiental);
- Decreto Federal nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui princípios e diretrizes para a implantação da Política Nacional da Biodiversidade;
- Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA;
- Decreto Federal nº 855, de 30 de janeiro de 2004, que altera os Decretos nº 5.741 e 5.742, datados de 19 de dezembro de 2002, que regulamentam, respectivamente, o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais e o Cadastro Técnico de Atividades de Defesa Ambiental;
- Decreto Federal nº 5.877, de 17 de agosto de 2006, que dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 3.524, de 26 de junho de 2000, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- Instrução Normativa IBAMA nº 154, de 1 de março de 2007, que institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e dispõe sobre licenças, coleta e captura de espécies da fauna e flora e acesso ao patrimônio genético;
- Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes;
- Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Cobertura Vegetal

- Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989, que estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências;
- Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992, que dispõe sobre a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção;
- Instrução Normativa nº 06, de 23 de setembro de 2008, que traz a lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção;

- Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal Brasileiro), e suas alterações previstas na Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Estabelece no seu artigo 8º que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Segundo o Art. 4º do Código Florestal Brasileiro, que define as áreas previstas de preservação permanente, em seu inciso III, são consideradas APP as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.

Fauna

- Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 (alterada pelas Leis nº 7.584/87, nº 7.653/88, no 97.633/89 e nº 9.111/95), que institui o Código de Proteção à Fauna;
- Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a lista oficial de espécies de fauna brasileira ameaçada de extinção;
- Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, com a lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção;
- Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007, que estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei Federal nº 6.938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97.

Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas

- Decreto Federal nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros;
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e de Áreas de Proteção Ambiental;
- Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984, que dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico;
- Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990, que estabelece normas quanto ao entorno das Unidades de Conservação visando à proteção dos ecossistemas existentes;

- Decreto Federal nº 1.298, de 27 de outubro de 1994, que aprova o Regulamento das Florestas Nacionais;
- Decreto Federal nº 1.922, de 05 de junho de 1996, que dispõe sobre o reconhecimento de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);
- Decreto Federal nº 2.119, de 13 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação;
- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, modificada pela Lei nº 11.132/2005;
- Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno;
- Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente;
- Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985/00 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;
- Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004, que define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 11.132, de 04 de julho de 2005, que acrescenta artigo à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- Lei Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
- Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP);
- Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985/00 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Este artigo trata da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN;
- Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, que estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias;

- Portaria nº 09, de 23 de janeiro de 2007, que no seu artigo 1º estabelece que ficam reconhecidas como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas referenciadas no seu § 2º denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à: I - conservação *in situ* da biodiversidade; II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade; III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; V - recuperação de áreas degradadas e de espécies exploradas ou ameaçadas de extinção; e VI - valorização econômica da biodiversidade;
- Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Recursos Hídricos

- Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que estabelece o Código de Águas;
- Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que instituiu, para os Estados, Distrito Federal e Municípios compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva;
- Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
- Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal e altera o artigo 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Art. 2º): I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável; III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;
- Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, de forma a implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433/1997;
- Instrução Normativa MMA nº 4, de 21 de junho de 2000, que aprova os procedimentos administrativos para a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos, em corpos d'água de domínio da União, conforme o disposto nos Anexos desta Instrução Normativa;
- Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000 (alterada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001), que dispõe sobre a Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em Águas Brasileiras;
- Decreto Federal nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a estrutura regimental da Agência Nacional das Águas – ANA;
- Resolução CNRH nº 15, de 11 de janeiro de 2001, que estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas;
- Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, que dispõe acerca da outorga de recursos hídricos;
- Decreto Federal nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003, que institui a Divisão Hidrográfica Nacional em Regiões Hidrográficas com a finalidade de orientar, fundamentar e implementar o Plano de Recursos Hídricos;
- Decreto Federal nº 4.895, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura;
- Decreto Federal nº 5.069, de 05 de maio de 2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAP);
- Lei Federal nº 10.881, de 09 de junho de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União;
- Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004, que dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga;
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que define a classificação dos corpos de água e suas diretrizes ambientais, bem como as definições das condições e padrões de descarga de efluentes;
- Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005, que estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH);
- Resolução CNRH nº 65, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental;
- Resolução ANA nº 308, de 06 de agosto de 2007, que dispõe sobre os procedimentos para arrecadação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União;
- Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967;
- Resolução CNRH nº 129, de 29 de junho de 2011, que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes;

- Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas.

Emissão de Ruídos

- Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, que dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes. A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais ou recreativas obedecerá, no interesse da saúde e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela norma NBR 10.151/2000;
- Norma Brasileira ABNT NBR 10151/2000, que trata da avaliação de ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade. Estabelece as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentemente da existência de reclamações. Especificar método para a medição de ruído, a aplicação de correções nos níveis medidos se o ruído apresentar características especiais e uma comparação dos níveis corrigidos com um critério que leva em conta vários fatores.

Qualidade do Ar

- Resolução CONAMA nº 05, de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR;
- Resolução CONAMA nº 03, de 28 de junho de 1990, que estabelece os padrões de qualidade do ar e define o objetivo a ser atingido mediante a estratégia de controle fixada pelos padrões de emissão que deverão orientar a elaboração de Planos Regionais de Controle de Poluição do Ar. Define padrões de qualidade do ar como sendo as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral e estabelece que (i) Padrões Primários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população. Segundo (ii) Padrões Secundários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral;
- Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Saneamento Básico

- Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

Resíduos Sólidos

- Resolução CONAMA nº 1A, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece normas ao transporte de produtos perigosos que circulem próximos a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais e do ambiente natural;
- Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos

resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

- Decreto Federal nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que regulamentou a Lei nº 7.802/1989;
- Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. Define as responsabilidades do poder público e dos agentes privados quanto aos resíduos da construção civil e torna obrigatória a adoção de planos integrados de gerenciamento nos municípios, além de projetos de gerenciamento dos resíduos nos canteiros de obra, ao mesmo tempo em que cria condições legais para aplicação da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), no que diz respeito aos resíduos da construção civil;
- Norma Brasileira ABNT NBR 10004/2004, que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente;
- Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Classifica os Resíduos Sólidos:
 - I - Quanto à origem: a) resíduos domiciliares; b) resíduos de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos; d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico; f) resíduos industriais; g) resíduos de serviços de saúde; h) resíduos da construção civil; i) resíduos agrossilvopastoris; j) resíduos de serviços de transportes; k) resíduos de mineração;
 - II - Quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos; b) resíduos não perigosos.
- Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa;
- Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas

- Decreto Federal nº 303, de 28 de fevereiro de 1967, que cria o Conselho Nacional de Controle de Poluição Ambiental;
- Decreto Federal nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades;
- Resolução CONAMA nº 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências;

- Resolução CONAMA nº 420, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Com vista à prevenção e controle da qualidade do solo, os empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas deverão, a critério do órgão ambiental competente: I - implantar programa de monitoramento de qualidade do solo e das águas subterrâneas na área do empreendimento e, quando necessário, na sua área de influência direta e nas águas superficiais; e II - apresentar relatório técnico conclusivo sobre a qualidade do solo e das águas subterrâneas, a cada solicitação de renovação de licença e previamente ao encerramento das atividades.

Qualidade da Água

- Decreto Federal nº 79.367, de 09 de março de 1977, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água;
- Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em águas brasileiras;
- Decreto Federal nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle, e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional;
- Decreto Federal nº 4.871, de 06 de novembro de 2003, que dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes;
- Resolução CONAMA nº 397, de 3 de abril de 2008, que altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art.34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes;
- Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, que complementa e altera a Resolução nº 357/2005. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA;
- Portaria MS nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- Resolução CONAMA nº 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Patrimônio Histórico e Cultural

- Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal;
- Portaria IPHAN nº 07, de 1 de dezembro de 1988, que regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que se resguardem os objetos de valor científico e cultural presentes nos locais dessas pesquisas, conforme previsto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Relaciona as informações que deverão acompanhar os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, a serem encaminhadas ao Secretário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN apresenta, também, a relação de informações que deverão acompanhar os relatórios a serem encaminhados ao IPHAN;
- Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial;
- Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que compatibiliza os estudos preventivos de arqueologia com as fases de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, bem como define os procedimentos a serem adotadas em cada uma das fases do licenciamento ambiental. Na fase de obtenção de Licença Prévia (EIA/RIMA): Levantamento exaustivo de dados secundários arqueológicos e levantamento arqueológico de campo. A avaliação dos impactos será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas da obra. Os programas de Prospecção e de Resgate serão elaborados a partir do diagnóstico e avaliação dos impactos. Na fase de obtenção da Licença de Instalação (LI): Programa de Prospecção: prospecções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico, da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico. Na fase de obtenção da Licença de Operação (LO): Execução do Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado no Programa de Prospecção (LI). Deverá ser preparado um relatório detalhando as atividades desenvolvidas no campo e no laboratório, assim como os resultados obtidos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo, de maneira que a perda física de sítios arqueológicos possa ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional;
- Portaria IPHAN nº 28, de 31 de janeiro de 2003, que dispõe que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção.

Segurança e Medicina do Trabalho

- Lei nº 6.514, de 21 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;

- Portaria MTB nº 3.214, 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Desapropriação de Imóveis

- Decreto Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que trata da desapropriação de imóveis para fins de interesse público e é conhecida como Lei Geral da Desapropriação de Imóveis;
- Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define os casos de desapropriação de imóveis por interesse social;
- Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra;
- Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro 1970, que regula a imissão provisória na posse em imóveis residenciais urbanos habitados por seus proprietários ou por compromissários compradores que possuam seus títulos registrados no Registro de Imóveis.

Licenciamento Ambiental

- Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA nº 06, de 16 de setembro de 1987, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica;
- Resolução CONAMA nº 09, de 09 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública;
- Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental estabelecido pela Resolução CONAMA nº 001/86, além de exigir a apresentação de Certidões Municipais de Uso e Ocupação do Solo e exames e manifestações técnicas por parte das Prefeituras dos municípios afetados pelo empreendimento.

Novo Código Florestal Brasileiro

Vale destacar a Lei nº 12.651 de maio de 2012, referente ao novo Código Florestal, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O novo Código Florestal foi aprovado no dia 25 de maio de 2012 e trouxe mudanças em relação ao código de 1965 em pontos importantes como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à

gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos; às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Essa lei instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo.

Também definiu metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e instituiu instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal; além de impor que empreendedores particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos coloca o Brasil em patamar de igualdade com os principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Saúde e Segurança do Trabalhador

A seguir são apresentados os diplomas legais e normas técnicas consideradas mais relevantes no âmbito do Programa, no que tange a Saúde e Segurança do Trabalho.

- Decreto-Lei nº 5452 de 01 de maio de 1943, Capítulo V do Título II das Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;
- Decreto nº 62.130 de 29/07/2017 – Cria, no âmbito da Administração direta, indireta e fundacional, equipes de trabalho denominadas "Brigada contra o Aedes aegypti" cuja função é a criação de brigadas específicas para combater o mosquito e reduzir a incidência de arboviroses;
- Portaria nº 3.523 de 28/08/1998 de Ministério da Saúde: Aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizado;
- Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 – que altera o Capítulo V do Título II da CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 – Aprova as NRs – Normas Regulamentadoras do Capítulo V, do Título II, da CLT.

NR 01 – Disposições Gerais: tem como objetivo informar sobre a abrangência das NRs, bem como as obrigações do empregador e do empregado no que diz respeito ao documento legal.

NR 04 – Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho: tem como objetivo informar o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento.

NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI: tem como objetivo informar a definição, a obrigatoriedade do uso e as especificações de uso dos EPIs.

NR 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.

NR 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: tem como objetivo estabelecer os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

NR 12 – Máquinas e Equipamentos: tem como objetivo definir referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulação: Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e à saúde dos trabalhadores.

NR 15 – Atividades e Operações Insalubres: tem como objetivo informar as atividades que são consideradas insalubres pelo MTE, em função de exposição acima dos Limites de Tolerância legais ou por meio de avaliação qualitativa de exposição do trabalhador.

NR 16 – Atividades e Operações Perigosas: tem como objetivo informar as atividades e operações consideradas perigosas por exposição a explosivos, inflamáveis, energia elétrica, radiação ionizante e por exposição a violência física.

NR 17 – Ergonomia: tem como objetivo estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: tem como objetivo estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de

segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

NR 19 – Explosivos: As atividades de fabricação, utilização, importação, exportação, tráfego e comércio de explosivos devem obedecer ao disposto na legislação específica, em especial ao Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) do Exército Brasileiro, aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis: Estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

NR 21 – Trabalho a Céu Aberto: Estabelece normatização para trabalhos em locais abertos, tornando obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries. Também exige medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes. Por fim, determina que aos trabalhadores que residirem no local do trabalho, deverão ser oferecidos alojamentos que apresentem adequadas condições sanitárias.

NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: Estabelece parâmetros para (i) Instalações sanitárias, (ii) Vestiários, (iii) Refeitórios, (iv) Cozinhas, (v) Alojamento e (vi) Condições de higiene e conforto por ocasião das refeições.

NR 26 – Sinalização de Segurança: Estabelece parâmetros para sinalização de segurança em locais de trabalho/obra para advertência aos trabalhadores locais sobre riscos e produtos perigosos.

NR 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Estabelece os requisitos mínimos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes, de forma a garantir permanentemente a segurança e saúde dos trabalhadores que interagem direta ou indiretamente nestes espaços.

NR 35 – Trabalho em Altura: Considera trabalho em altura toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. O acesso por cordas é regulamentado no Anexo 1 e, para situações de trabalho em planos inclinados, a aplicação deste anexo deve ser estabelecida por Análise de Risco.

É importante citar também as ITs – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:

IT 16 – Plano de Emergência contra Incêndio: Estabelece os requisitos para a elaboração, manutenção e revisão de um plano de emergência contra incêndio, visando proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, bem como viabilizar a continuidade dos negócios.

IT 17 – Brigada de Incêndio: Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da brigada de incêndio e os requisitos mínimos para o dimensionamento da quantidade de bombeiro civil, para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio

IT 21 – Sistema de Proteção por extintores de incêndio: tem como objetivo estabelecer critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de incêndio (portáteis ou sobre rodas), para o combate a princípios de incêndios, atendendo às exigências do Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.

3.4 Legislação Estadual

Constituição do Estado da Bahia

A Constituição do Estado da Bahia considera a necessidade de formulação de Políticas e Planos de Meio Ambiente, cabendo aos órgãos executores a implementação das diretrizes necessárias. Dentre outras questões, também define como patrimônio e a necessidade de manejo e regulação do Centro Histórico de Salvador, o Sítio do Descobrimento e as Zonas Costeiras.

Lei nº 10.431/06

Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto nº 10.969/08

Institui a Coordenação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro e a Comissão Técnica do Estado da Bahia para o Acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima/ Projeto Orla - CTE/BA, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 11.235/08

Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008

Lei nº 11.612/09

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Decreto Estadual nº 9.936/06

Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e dá outras providências e seu Regimento Interno

Lei nº 12.056/11

Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A Política Estadual de Educação Ambiental norteará a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, dos programas municipais, bem como de outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à educação ambiental, em consonância com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental.

Lei nº 12.377/11

A Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.

Define ainda os ritos a serem seguidos para o licenciamento estadual de obras.

Lei nº 12.932/14

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Esta Lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos - PERS, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e estabelece normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrados de resíduos sólidos, em regime de cooperação com o setor público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade civil.

Lei nº 12.933/14

Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. São objetivos da Política Estadual de Turismo propiciar a prática de turismo sustentável, promovendo e incentivando a adoção de modelos de menor impacto ambiental. São definidos como instrumentos da Política de Turismo do Estado da Bahia: Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS e os Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo - PMGT's.

3.5 Legislação Municipal

Política Municipal de Meio Ambiente de Salvador Lei nº 8.915/2015

A Lei nº 8.915/2015 dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; institui o cadastro municipal de atividades potencialmente degradadoras e utilizadoras de recursos naturais - CMAPD e a taxa de controle e fiscalização ambiental - TCFA, no município de Salvador.

Decreto nº 12.016/1998

O Decreto nº 12.016/98 regulamenta a utilização de logradouros públicos para atividade informal do comércio ambulante e prestadores de serviços.

Lei nº 9.451/2019

Como o Prodetur Salvador tem como foco a população afro, torna-se importante citar a Lei nº 9.451 de 2019, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa.

Lei nº 5.503/1999

Estabelece o código de polícia administrativa, disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegurando o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos e regule a prática dos atos, em função do interesse da coletividade soteropolitana, concernentes aos costumes, à limpeza pública, à defesa do consumidor, à segurança, ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana, ao trânsito, ao respeito à propriedade e a sua função social, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, ao exercício de atividades econômicas ou não, ao controle das atividades poluentes e a inibição das fontes poluidoras no espaço urbano, rural e insular do Município de Salvador.

Decreto nº 2.9921/2018

O Decreto 2.9921/2018 Regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº 8.915, de 26 de setembro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradadoras e Utilizadoras de Recursos Naturais - CMAPD, no Município de Salvador

Licença Ambiental das Obras de Requalificação da Orla de Stella Maris

A licença Ambiental das obras foi concedida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, através da Portaria nº 129/2019, publicada no Diário Oficial do Município de Salvador de 05 de abril de 2019. A Portaria Autorizativa está baseada na Lei Municipal nº 9.186/2016 de 29 de dezembro de 2016, fundamentada no Decreto Municipal Simples de 06 de novembro de 2017, na Lei nº 8.915/2015, no Decreto nº 29.921 de 05 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com base na Lei Orgânica do Município do Salvador.

A Licença é válida por 3 anos e exige, dentre outras condicionantes:

- Restrição de intervenções nas áreas de preservação permanente APP das Lagoas do Flamengo, adjacentes à poligonal da área de intervenção;
- Apresentação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), antes do início de poda ou supressão;
- Implantação de sinalização horizontal e vertical para veículos e transeuntes, durante o período da obra, em conformidade com NR 26;
- Atender às diretrizes do PDDU 2016 (Lei Municipal nº 9.069/2016);
- Para o requerimento da LI, apresentar:
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, acompanhado de ART do responsável técnico;
 - Estudo de Caracterização Ambiental (Estudo de Médio Impacto – EMI) da região diretamente afetada, acompanhado de ART do responsável técnico;
 - Programa de Educação Ambiental voltado aos funcionários da obra e de acordo com o termo de referência da SEDUR;
 - Anuência das concessionárias de serviço público de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial), energia elétrica, telecomunicações e gás canalizado, relativas às intervenções previstas no projeto;
 - Anuência da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que já se encontra expedida através da Portaria nº 3.268 de 26 de março de 2018;
 - Projeto do canteiro de obras, com localização e infraestrutura dos mesmos, que deverão possuir os efluentes sanitários interligados à rede pública, ou dispor do tratamento adequado (banheiros químicos);
 - Cópia da Autorização para Obra em Logradouro Público e/ou Especial, emitida pela SEDUR;
 - Programa de Rotina de Inspeção e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento nas áreas de intervenção;
 - Plano de Comunicação Social;
 - Constituição de uma Comissão de Acompanhamento para condução das discussões dos programas com as comunidades diretamente envolvidas no projeto;
 - Projeto paisagístico com integração às áreas verdes existentes e a priorização de espécies nativas, envolvendo revegetação e enriquecimento de trechos de matas ciliares

4 POLÍTICAS E SALVAGUARDAS

4.1 Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703), de janeiro de 2006, tem como objetivo: (i) potencializar a geração dos benefícios de desenvolvimento de longo prazo, nos países membros, por meio de resultados e metas de sustentabilidade ambiental aplicadas a todas as operações e atividades do Banco, e, nos países membros mutuários, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão ambiental; (ii) assegurar que todas as operações e atividades do Banco sejam sustentáveis em termos ambientais, conforme as diretrizes desta política; e (iii) incentivar a responsabilidade ambiental corporativa dentro do próprio Banco.

As diretrizes desta Política estruturam-se em dois grupos, a saber: Diretrizes de Transversalidade Ambiental (A) e Diretrizes de Salvaguardas (B). As primeiras referem-se ao conceito de transversalidade e à internalização da dimensão ambiental desde a fase inicial do ciclo de projetos. Isto implica que, ao começar o processo de preparação de um programa e a concepção da respectiva estratégia de desenvolvimento, o Banco trabalhe com os países membros no sentido de abordar as prioridades ambientais de maior impacto sobre o desenvolvimento social e econômico. As diretrizes indicam ainda que o Banco deva promover a responsabilidade ambiental corporativa em suas próprias atividades administrativas, em sua sede e seus escritórios de país.

As Diretrizes de Salvaguardas, por sua vez, integram as salvaguardas sociais e ambientais, permitindo que o Banco adote um enfoque eficiente na gestão dos riscos e no controle dos impactos ambientais. Compreendem diretrizes específicas de: revisão e classificação das operações; consulta, supervisão e cumprimento dos requisitos de avaliação ambiental; proteção de habitats naturais e sítios culturais; manejo de produtos e substâncias perigosas; e prevenção e controle da poluição.

Para além das diretrizes da Política de Meio Ambiente, interessam ao Prodetur Salvador a Política sobre Disponibilidade de Informação (OP-102) e a Política de Igualdade de Gênero em Desenvolvimento (OP-761). A primeira estabelece as regras que asseguram a transparência das suas atividades do Programa, definindo os meios, as formas e as responsabilidades institucionais para a disposição ao público dos documentos. Fundamenta-se no princípio da acessibilidade da informação. A segunda aplica-se a projetos que apresentem riscos potenciais associados ao gênero das pessoas; no Programa os riscos são de caráter indireto, estando associados à exploração sexual no turismo, cuja prevenção tanto o Estado da Bahia, como o Município de Salvador, mantêm ações específicas, e a desigualdades de gênero observadas no município, principalmente no caso da população feminina afrodescendente.

A Tabela a seguir resume as políticas de salvaguardas e diretrizes acionadas no âmbito do Prodetur Salvador.

Tabela 1 – Diretrizes e Salvaguardas Ambientais

| Diretriz | Descrição |
|---|--|
| OP-703 – Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas | Define as salvaguardas que devem ser observadas em Programas financiados pelo Banco, dependendo das características de cada operação, determinadas salvaguardas são acionadas: |
| Salvaguarda B.2 – Cumprimento da legislação ambiental | Garantia de que as operações sejam planejadas e executadas em total cumprimento da legislação e das normas ambientais vigentes no país, inclusive as obrigações estabelecidas sob os acordos ambientais multilaterais. |
| Salvaguarda B3 – Pré-avaliação e Classificação | Todas as operações do Banco serão previamente avaliadas e classificadas de acordo com seus potenciais impactos socioambientais. |
| Salvaguarda B.5 - Requisitos da avaliação ambiental | A avaliação ambiental e os planos de gestão associados e sua implementação são da responsabilidade do mutuário e devem ser elaborados em cumprimento as diretrizes de implementação e os padrões estabelecidos para os estudos de impacto ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, os planos de gestão ambiental e social (PGAS) e as análises ambientais |
| Salvaguarda B.6 – Consultas com as partes afetadas | No caso das operações classificadas como de categoria A e B, devem ser realizadas consultas com as partes interessadas como parte dos processos de avaliação ambiental, considerando-se seus pontos de vista, experiências e perspectivas em relação aos programas e suas atividades. |
| Salvaguarda B.7 - Supervisão e cumprimento | O cumprimento, por parte das entidades executoras dos programas, dos requisitos de salvaguarda estipulados nos acordos de empréstimo e nos regulamentos de crédito ou dos regulamentos operacionais serão supervisionados pelo Banco. |
| Salvaguarda B.9 Comprometimento de habitats naturais e sítios culturais | O Banco não apoia operações ou atividades que, em sua opinião, causem degradação significativa em habitats naturais críticos ou que afetem negativamente áreas de valor cultural. |

| Diretriz | Descrição |
|--|--|
| Salvaguarda B.10 - Prevenção e redução da contaminação | As operações financiadas pelo Banco devem evitar impactos adversos sobre o meio ambiente e a saúde e segurança humana que decorrem da produção, aquisição, uso e disposição de materiais perigosos, inclusive substâncias tóxicas orgânicas e inorgânicas, pesticidas e poluentes orgânicos persistentes (POP). A produção, aquisição, uso e disposição de materiais e substâncias perigosas devem ser evitados sempre que possível e minimizados em outros casos. Sempre que a produção ou uso de um material ou substância perigosa não puder ser evitado, deve-se preparar um plano de manejo que cubra seu transporte, manuseio, armazenamento e disposição, com as respectivas práticas de gestão e notificação, inclusive medidas preventivas e contingentes, em consulta com os trabalhadores e comunidades que podem ser afetados. |
| Salvaguarda B.11 - Prevenção e redução da contaminação | As operações financiadas pelo Banco incluirão medidas destinadas a prevenir, controlar ou eliminar a contaminação resultante de suas atividades. |
| OP-102 – Política de Divulgação de Informação | Apresenta as diretrizes para a disponibilização das informações, criando regras para pedidos de documentos e dados. Objetiva-se, por meio desta dar transparência às ações do Banco, atribuindo eficácia às suas atividades. |
| OP-761 – Política de Igualdade de Gênero em Desenvolvimento | O Banco aprovou tal política operacional, reconhecendo o avanço das mulheres como um objetivo de desenvolvimento com prioridade e se comprometendo a apoiar os países membros em seus esforços para alcançar maior integração das mulheres em todas as fases do processo de desenvolvimento e melhorar sua situação socioeconômica. |

| Diretriz | Descrição |
|---|---|
| OP-710 – Reassentamento Involuntário | Esta Política não será aplicada para o empreendimento em questão por não serem previstos deslocamentos de moradias. Porém, deve-se prever a compensação de impactos aos modos de vida da população quando estes ocorrerem por força da implantação ou operação do empreendimento, evitando-se perdas monetárias e interferências ao modo de vida. |

Fonte: PGAS, 2016

4.2 Responsabilidades Institucionais para a Gestão Socioambiental

Ademais das diretrizes e normas referentes à proteção do meio ambiente e dos valores naturais e culturais nas áreas de atuação PRODETUR Salvador, um dos fatores fundamentais para a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento turístico que se quer promover é o bom desempenho das entidades envolvidas nas atividades de gestão ambiental do programa, notadamente do organismo executor do programa, dos agentes responsáveis por projetos de infraestrutura turística e outras atividades, como os estudos e projetos ambientais, e das entidades de meio ambiente. A capacidade técnica e operacional dessas entidades deve ser considerada nas diversas fases de execução do Programa, mantendo-se em seus quadros profissionais qualificados nas disciplinas requeridas para a boa prática da gestão socioambiental e o cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

O organismo executor do Programa é a Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) que detém como atribuição a formulação e a execução das políticas de desenvolvimento turístico no município, atuando por meio da Unidade Coordenadora do Programa (UCP), responsável pela coordenação e pelo controle das atividades de gestão ambiental e social, compreendendo:

- Na fase de preparação dos documentos necessários para a aprovação do PRODETUR Salvador junto ao BID: Articular-se com as entidades ambientais competentes e assegurar que as entidades executoras requeiram as licenças ambientais prévias dos projetos de infraestrutura turística porventura incluídos nos componentes dos programas; acompanhar os processos de licenciamento e os estudos de avaliação ambiental desses projetos;
- Durante a execução do programa: cumprir as determinações do contrato de empréstimo, observando o cumprimento dos compromissos de cronograma; e coordenar a execução das ações de prevenção dos impactos estratégicos do programa; promover as atividades de consulta e participação das comunidades afetadas pelos projetos de infraestrutura, do público e de outras entidades governamentais interessadas; acompanhar a execução dos projetos de infraestrutura, o monitoramento e a implementação das medidas de controle dos respectivos impactos socioambientais e dos impactos estratégicos previstos nos estudos de AAE;
- Após o término da execução do programa: dar continuidade ao acompanhamento dos impactos estratégicos e seus indicadores; assegurar que as medidas de prevenção de riscos ambientais e de otimização das

oportunidades identificadas na AAE sejam acatadas nas atividades de planejamento do setor.

As entidades executoras dos projetos de infraestrutura turística de urbanização, saneamento e edificações devem ser responsáveis por assegurar que sejam atendidas as diretrizes do BID e a legislação ambiental, o que inclui:

- O requerimento das licenças ambientais pertinentes;
- A promoção e a apresentação dos estudos técnicos requeridos;
- A implementação das medidas de controle e gestão socioambiental dos projetos durante e após sua implantação;
- O cumprimento das especificações deste PGAS e das condições de validade das licenças ambientais que tenham sido concedidas.

As responsabilidades de outros órgãos da Administração Municipal de Salvador compreendem, ainda, a elaboração e implementação dos planos diretores municipais, a implementação das ações de fortalecimento institucional e capacitação para a gestão ambiental e para a gestão do turismo e a execução de obras civis e estudos socioambientais de interesse local.

Na Tabela a seguir são identificadas as atribuições e responsabilidades dos órgãos e entidades da Administração Municipal envolvidas no Programa para a obra de requalificação de Stella Maris.

Tabela 2 – Responsabilidades Institucionais

| Órgão /Instituição | Responsabilidades |
|---|---|
| Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) | Organismo executor do Prodetur Salvador, por meio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), Coordenar a execução do programa por meio da execução dos projetos turísticos e culturais de sua competência, encarregando-se de: planejamento, atividades técnicas, administração orçamentária e contábil-financeira, monitoramento, controle e avaliação do Programa, assim como a implementação das ações previstas neste PGAS. |
| Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) | (i) Realizar o planejamento das intervenções urbanísticas, elaborando os projetos a serem executados no âmbito do Programa: projetos urbanísticos, setoriais, de arquitetura, especiais e complementares, requerendo as devidas licenças ambientais; apoiar tecnicamente a SECULT na elaboração dos projetos; (ii) Apoiar tecnicamente a UCP/Prodetur– esclarecimentos e modificações. |

| Órgão /Instituição | Responsabilidades |
|---|--|
| Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS) | <p>(i) Executar ações referentes à criação e implantação de Unidades de Conservação (UC) municipal, estudos de capacidade de suporte, monitoramento da qualidade ambiental e outros estudos de apoio à gestão ambiental.</p> <p>(ii) Elaborar e acompanhar a execução do projeto de paisagismo de vegetação nativa (restinga), desde a escolha das mudas, plantio e transplante (quando houver) conforme previsto na obra de requalificação.</p> |
| Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR) | <p>(i) Fornecer as licenças de construção (alvará) e ambiental.</p> <p>(ii) Assessorar a UCP quanto ao cumprimento da política urbana municipal e ambiental, no monitoramento e na fiscalização das respectivas medidas de controle e mitigação dos impactos negativos, em todas as etapas de implantação.</p> |
| Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador (SUCOP) | Fiscalizar a execução (físico-financeira) da obra assessorando a UCP nas tratativas inerentes a requalificação urbana ambiental e na articulação com órgãos e entidades municipais, quando necessário. |

| Órgão /Instituição | Responsabilidades |
|--|--|
| Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), | (i) Promover a organização e o monitoramento das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores do comércio informal, no espaço requalificado. (ii) Realizar o estudo e planejamento das ações de relocação e remanejamento dos comerciantes informais afetados pelo projeto de requalificação. (iii) Realizar o atendimento dos comerciantes informais que procuram o escritório social para fins de licenciamento das atividades. (iv) Apresentar aos comerciantes informais não licenciados as possibilidades de áreas para remanejamento das atividades. (v) Acompanhar o andamento dos processos de licenciamento na SEMOP. (vi) Acompanhar as relocações e remanejamentos realizados de acordo com os TACs assinados. (vii) Fiscalizar a permanência dos comerciantes informais nos seus locais de licenciamento. (viii) Manter articulação permanente com a equipe social do PRODETUR. (ix) Analisar e efetivar as solicitações de licenciamentos dos comerciantes informais, quando couber. (x) Disponibilizar e fiscalizar os equipamentos de trabalho padronizados. (xi) Monitorar a ocupação do espaço pelos comerciantes informais durante e pós obra. |
| Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) | Apoiar as ações realizadas pela equipe social do Prodetur voltadas para a promoção da equidade racial e inclusão social dos afro brasileiros e valorização da diversidade. |
| Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB) | Apoiar a UCP/Prodetur na execução de ações que visem a melhorar a limpeza e gestão de resíduos. |
| Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN) | (i) Avaliar, conservar, preservar, podar e erradicar (quando necessário) árvores situadas em áreas públicas; (ii) Gerenciar e operar os equipamentos de engenharia urbanos nos espaços públicos; (iii) Realizar a manutenção, recuperar e conservar, dos equipamentos e espaços públicos. |
| Guarda Municipal | (i) Apoiar nas ações e as atividades de prevenção à violência, proteção do cidadão e patrimonial dos bens, serviços e instalações do Poder Público Municipal; (ii) Orientar sobre ações, atitudes e normas de condutas de caráter preventivos e/ou minimizadores de danos. |

| Órgão /Instituição | Responsabilidades |
|--|---|
| Superintendência de Trânsito de Salvador (TRANSALVADOR) | Apoiar a UCP/Prodetur quanto a estudos e ordenamento do trânsito e mobilidade. |
| Secretaria de Comunicação (SECOM) | Apoiar nas ações de divulgação institucional quanto o planejamento e execução da obra. |
| Secretaria Municipal de Promoção Social (SEMPRE) | Apoiar a UCP, em especial, a equipe social do Prodetur nas situações identificadas de violação dos direitos humanos das crianças pessoas idosas e pessoas em situação de rua nas suas estruturas de atendimentos. |
| Secretaria Municipal de Educação (SMED) | Apoiar a equipe social do Prodetur na viabilização das ações de educação formal, voltada para o público afetado, contribuindo no processo de escolarização, se for o caso. |

Fonte: PGAS, 2016

5 PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS

As análises técnicas realizadas no âmbito dos estudos ambientais do Programa (AAE, PGAS, EVA etc.) permitiram identificar as oportunidades e os riscos socioambientais da implantação do Programa, assim como os potenciais impactos positivos e negativos das ações e projetos que serão desenvolvidos. Este item traz importante informação para a gestão socioambiental do Programa, tanto para os coordenadores como para os órgãos e entidades responsáveis pela execução das ações e projetos de investimento. As medidas de prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos analisados, bem como outras ações de gestão ambiental e social que devem ser tomadas são apresentadas no próximo item.

Os efeitos resultantes dos impactos socioambientais (positivos e negativos), causados individualmente pelas distintas ações de incremento das atividades turísticas e projetos de investimento. Tais efeitos serão tratados e controlados através dos programas estabelecidos neste PGAS e por meio dos processos de licenciamento e da gestão ambiental dos projetos e obras.

O Programa compõe-se de um conjunto de ações cuja realização irá resultar essencialmente em impactos socioambientais positivos, uma vez que não afetam negativamente o ambiente natural, mas concentram a maioria dos seus benefícios sociais e econômicos, podendo ainda influenciar positivamente outros setores da economia. No entanto, durante a implantação das obras, diversos incômodos e impactos ocorrem devido a tipologia das intervenções.

A Tabela a seguir apresenta a síntese dos impactos dessas ações, associando as medidas previstas para sua mitigação, compensação ou potencialização, de acordo com a sua natureza.

Tabela 3 – Ações e Impactos identificados

| Ação | Impacto | Programa / Medida |
|--|--|--|
| Matriz de Impactos Ambientais | | |
| Etapas de Planejamento e Projeto | | |
| Elaboração de Estudo e Projeto | Expectativas na população, sobre o empreendimento, nas áreas diretamente afetadas | Programa de Comunicação e Queixas e Plano de Deslocamento Econômico Temporário para comerciantes ambulantes. As ações deverão envolver a população residente, população flutuante (transeuntes e compradores), comerciantes formais e informais. |
| Elaboração de Estudo e Projeto | Especulação imobiliária | Programa de Comunicação e Queixas |
| Etapas de Construção | | |
| Geração de Empregos e Renda | Aumento de pessoas empregadas / Aumento de renda. | Comunicação Social e Diretrizes para Contratação da Mão de Obra Local, atentando-se também para a igualdade de gêneros. |
| Escavações e tráfego de veículos em áreas de obra | Aumento de volume de bota fora e áreas destinadas a canteiro de obras e empréstimo | Comunicação Social, Controle Ambiental das Obras e Recuperação de Áreas Degradadas |
| | Aumento das concentrações de material particulado no entorno das obras | Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras |
| | Aumento de emissão de ruído e vibrações no entorno das obras; | Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras |
| | Incômodos aos moradores e atividades lindeiras | Controle Ambiental das Obras, e Comunicação Social |
| | Processos erosivos, assoreamento e contaminação | Programa de controle de processos erosivos e qualidade da água |
| Operação do canteiro de obras e consequente geração de resíduos diversos (oleosos, inertes, de escritório, alimentares, efluentes sanitários etc.) | Contaminação da água e do solo | Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra |
| | Atração de vetores de doença e fauna sinantrópica | Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra |

| Ação | Impacto | Programa / Medida |
|--|---|---|
| Interrupção de serviços essenciais pela interferência nas redes de infraestrutura. | Incômodos aos usuários | Comunicação Social para população residente, comerciantes e concessionárias |
| Atividades e circulação de veículos, equipamento e maquinário pesados | Riscos acidentes com trabalhadores das obras, comerciantes formais e informais, trabalhadores do entorno e população flutuante. | Comunicação Social e gestão de queixas Programa de Saúde e Segurança Ocupacional Ações de Segurança de Obra e do Entorno Imediato Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra |
| Atividades de escavação, cortes e aterro | Aumento de carreamento de material para os rios, processos erosivos e alteração na paisagem | Controle Ambiental das Obras e Recuperação de Áreas Degradadas |
| | Geração de resíduos da construção civil com potencial poluição do ambiente | Programa de Resíduos da Construção Civil |
| Manipulação de óleos, graxas e outros contaminantes | Risco de contaminação de solos e corpos hídricos | Controle Ambiental das Obras e Monitoramento Ambiental |
| Interdição ou desvio no acesso às edificações pela escavação e abertura de valas | Transtornos no Acesso às Edificações e Atividades de Serviços e Comércio Local | Controle Ambiental das Obras, Comunicação Social e Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços |
| Intervenções em áreas balneárias | Inviabilização de atividades turísticas | Comunicação Social e gestão de queixas Controle Ambiental de Obras Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços |
| Etapas de Operação | | |
| Uso e funcionamento da nova infraestrutura | Melhoria na qualidade ambiental e de vida da população | Comunicação Social Monitoramento da qualidade da água |

A Tabela a seguir sintetiza todos os programas definidos, especificando:

- A natureza da ação: se preventiva, corretiva, mitigatória, compensatória ou potencializadoras;
- A fase do empreendimento: implantação ou operação e manutenção;
- A responsabilidade de implementação: executor e outros.

Tabela 4 – Principais Medidas a serem Adotadas na Obra

| Programa | | Natureza | Fase | Responsável |
|----------|--|---|--|---|
| 1 | Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das obras(PDPGAO) | Preventiva e Corretiva (quando necessário) | Durante toda a obra | SECULT / UCP e supervisora de obras |
| 2 | Programa de Controle Ambiental de Obras (PCAO) | Preventiva | Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação | Construtora contratada com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |
| 3 | Programa de Comunicação Social (PCS) | Preventiva, Mitigatória e Potencializador a | Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação | UCP/PRODETUR e Construtora contratada |
| 4 | Plano de Consulta Pública Comunitária (PCPC) | Preventiva e Potencializador a | Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação, de acordo com o calendário de reuniões ou quando necessário. | UCP/PRODETUR |
| 5 | Programa de Educação Ambiental (PEA) | Preventiva, Mitigatória e Potencializador a | Durante e imediatamente após o término das obras | UCP/PRODETUR / contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |
| 6 | Programa de Gênero e Vulnerabilidade (PGV) | Preventiva e Potencializador a | Durante toda a obra | UCP/PRODETUR |
| 7 | Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços – PCIE | Preventiva e Mitigadora | Durante a obra | Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |
| 8 | Programa de Deslocamento Econômico Temporário e | Preventiva e Mitigadora | Antes e durante toda a obra | UCP/PRODETUR |

| Programa | | Natureza | Fase | Responsável |
|----------|---|------------------------|----------------|---|
| | Convivência com a Obra – PDETCO | | | |
| 9 | Programa de Controle de Processos Erosivos – PCPE | Preventiva e Corretiva | Durante a obra | Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |
| 10 | Programa de Qualidade da Água - PQA | Preventiva e Corretiva | Durante a obra | Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |
| 11 | Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PRCC | Preventiva | Durante a obra | Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da UCP/PRODETUR e supervisora de obras |

6 PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Este item abrange as diretrizes e encaminhamentos que deverão ser feitos no âmbito dos Programas Ambientais e Sociais do Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, cujo intuito é dar sustentabilidade ambiental ao projeto e atender as políticas operacionais do BID, bem como a mitigação de impactos negativos e a garantia de atendimento das condicionantes ambientais eventualmente atreladas às licenças ambientais.

6.1 PDPGA - Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras

O Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das Obras- PDPGA é base para a gestão de documentos específicos por meio dos quais a Prefeitura de Salvador promoverá a gestão ambiental da Construção dos projetos do Prodetur Salvador.

A execução deste Programa na fase de obras irá contar com a equipe multidisciplinar da UCP/PRODETUR, objetivando aferir a implantação das medidas e procedimentos ambientais propostos nos estudos ambientais por parte da construtora e reportar os resultados em relatórios gerenciais ao BID.

Os procedimentos e formulários que compõem o PDPGA tornam as ações de mitigação de impactos e controle ambiental mais objetivas, facilitando a compreensão para os responsáveis pelas obras;

O Programa transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e profissionais de planejamento, execução e supervisão, tanto da UCP/PRODETUR, como das empresas,

supervisora e construtora, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, tradicionalmente, sem o mesmo, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social.

Também torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e processos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

Os objetivos específicos da gestão ambiental das obras na fase de construção são:

- Preparar documentos técnicos necessários para o registro dos atendimentos às exigências e condicionantes ambientais;
- Acompanhar e avaliar a implementação dos programas ambientais propostos nesse PGAS e em outros documentos técnicos ambientais, se pertinente;
- Acompanhar a execução do projeto, visando a inserção da componente ambiental no projeto e assegurar o atendimento à legislação ambiental e urbanística aplicável;
- Preparar diretrizes e especificações ambientais, sempre que verificar a necessidade de complementação das especificações de obras;
- Articular todos os envolvidos na execução dos programas ambientais propostos, de maneira a se obter a conformidade dos seus prazos com as atividades das obras, antecipando as ações em relação aos impactos ambientais previstos;
- Realizar a supervisão das obras para verificar se a construtora está adotando medidas e procedimentos de prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais, conforme previstos na legislação ambiental vigente.

O escopo aqui estabelecido abrange o gerenciamento dos demais planos e programas ambientais propostos neste documento, especificamente na fase de obras, com o objetivo de monitorar a implantação das medidas definidas no âmbito da construção do Prodetur Salvador, além das exigências e condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais e legislação vigente. Abrange, também, o gerenciamento do atendimento às salvaguardas do BID.

6.1.1 Procedimentos e Diretrizes

O Programa possui inter-relação com todos os demais planos e programas propostos no âmbito do PGAS, na medida em que será um programa estruturador, em torno do qual todos os demais estarão interligados.

O PDPGA traz o compromisso de interceder como instrumento de ligação e esclarecimentos das questões de caráter ambiental relacionadas à implantação do empreendimento, entre todos os atores sociais e público alvo, podendo estabelecer, se necessário, um canal direto com o sistema de ouvidoria da Prefeitura de Salvador e a UCP/PRODETUR, no sentido de se adotar providências cabíveis nas queixas.

Será necessário o uso de relatórios de acompanhamento ambiental padronizados para realização dos documentos fiscalizatórios.

O gerenciamento ambiental deve ser controlado através de documentos específicos sistematizados por meio dos quais a UCP/PRODETUR promoverá a gestão ambiental durante o planejamento e a implantação das obras e o cumprimento da legislação ambiental, das Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID.

Os documentos que compõem o gerenciamento ambiental são o **Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental** e o **Plano de Controle Ambiental**, que serão desenvolvidos com base

nos programas que compõem o conjunto de medidas mitigadoras do Prodetur Salvador e nas condicionantes da licença ambiental. Os dois documentos deverão, portanto, conter informações do planejamento e as ações executadas sobre:

- Cronograma físico, devendo constar em uma linha do tempo, o começo e o fim de cada uma das fases ou atividades da obra;
- Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), antes do início de poda ou supressão;
- Implantação de sinalização horizontal e vertical para veículos e transeuntes, durante o período da obra, conforme NR 26;
- Estudo de Caracterização Ambiental (Estudo de Médio Impacto – EMI) da região diretamente afetada, a ser elaborado pela supervisora da obra, acompanhado de ART do responsável técnico;
- Programa de Educação Ambiental voltado aos funcionários da obra e de acordo com o termo de referência da SEDUR;
- Anuência das concessionárias de serviço público de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial), energia elétrica, telecomunicações e gás canalizado, relativas às intervenções previstas no projeto;
- Projeto do canteiro de obras, com localização e infraestrutura dos mesmos, que deverão possuir os efluentes sanitários interligados à rede pública, ou dispor do tratamento adequado (banheiros químicos);
- Cópia da Autorização para Obra em Logradouro Público e/ou Especial, emitida pela SEDUR;
- Constituição de uma Comissão de Acompanhamento para condução das discussões dos programas com as comunidades diretamente envolvidas no projeto;
- Projeto paisagístico com integração às áreas verdes existentes e a priorização de espécies nativas;
- Apresentar informações sobre o cumprimento da Norma Trabalhista em especial da Norma Regulamentadora- NR 18;
- Programa de Rotina de Inspeção e Controle de Processos Erosivos e Assoreamento nas áreas de intervenção;
- Registro de carga e descarga de materiais e resíduos da construção, incluindo o registro da sinalização adequada na via de acesso dos veículos e pedestres;
- Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), incluindo:
 - a) Disposição de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente;
 - b) Instalação de baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens etc.);

- c) Manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD);
- d) Documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Controle Ambiental de Obras do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Comunicação Social do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Consulta Pública Comunitária do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Educação Ambiental do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Gênero e Vulnerabilidade do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Controle de Processos Erosivos do PGAS;
 - Ações previstas e executadas no Programa de Qualidade da Água do PGAS.

O Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental das Obras apresenta na sua concepção e estrutura e estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Prodetur Salvador, em conformidade com os estudos e programas socioambientais decorrentes do licenciamento ambiental das obras e as Políticas Socioambientais do BID.

O Plano de Controle Ambiental, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle. Desta forma, o Plano proposto contempla os instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua das ações que interferem no ambiente e na sociedade provenientes das obras de implantação. Este Plano está previsto dentre as condicionantes ambientais da licença de instalação, e deve estar imbuído de procedimentos e diretrizes estipuladas no PGAS.

A seguir, são apresentados os principais itens a serem observados no PDPGAO, de forma a atender os requisitos do BID, tais itens aglutinam normativas e práticas do UCP/PRODETUR e visam apenas a descrição sumária de procedimentos.

Atividades de Licenciamento Ambiental

Compreende a preparação de documentos técnicos necessários para a obtenção e renovação de licenças e autorizações. As principais atividades são as seguintes:

- Preparação dos documentos necessários para a obtenção ou renovação das autorizações e licenças junto aos órgãos competentes;

- Elaboração de documento técnico para solicitação da Licença Ambiental, que inclui registros fotográficos das obras concluídas e a demonstração do cumprimento de todas as exigências e recomendações contidas na Licença;
- Acompanhamento do processo de obtenção das Licenças e autorizações, atendendo as eventuais solicitações de esclarecimentos e/ou complementações de documentos.

Gestão dos Programas Ambientais

Abrange a gestão dos Programas Ambientais descritos a seguir, compreendendo as atividades relacionadas ao gerenciamento da execução destes programas ambientais propostos, assegurando que a sua implementação atenda aos objetivos e prazos previstos, envolvendo as seguintes atividades principais:

- Preparação de instrumentos gerenciais, tais como:
 - (i) Elaboração do cronograma geral para contratação e execução dos programas ambientais e da obra;
 - (ii) Preparação de Termos de Referência para a contratação de empresas e/ou consultores para a execução de programas específicos, caso seja necessário;
 - (iii) Preparação de relatórios gerenciais periódicos;
 - (iv) Desenvolver as atividades de gestão e acompanhamento dos programas até a conclusão dos programas ambientais.

Serão estabelecidas políticas de fluxo de informações entre a UEP e a Supervisora, após a contratação da supervisão, com o fim de se promover um processo formal de levantamento, tratamento e disponibilização dos dados e informações relacionados aos Programas Ambientais previstos neste PGAS. A UEP será responsável pela concentração e gestão de todas as informações repassadas de forma organizada, e consolidará um repositório local para propiciar o fácil acesso e compreensão das questões sociais e ambientais provenientes da supervisão dos Programas do PGAS.

Supervisão/Fiscalização Ambiental das Obras

Compreende as atividades de supervisão ambiental das obras, no âmbito da Fiscalização de Obra, que abrange as atividades de acompanhamento e fiscalização diária das frentes de obras, para a verificação da efetiva adoção das medidas e procedimentos voltados para a prevenção, controle e correção de impactos ambientais, sendo as principais atividades as seguintes:

- Utilização de procedimentos para a supervisão de obras, onde são definidos os instrumentos de registros de inspeções de campo, de ocorrências ambientais e de acompanhamento de medidas de prevenção/controle/mitigação de impactos e recuperação de áreas degradadas;
- Procedimentos de monitoramento de parâmetros de qualidade ambiental na área de intervenção, tais como: ruídos, emissões atmosféricas, efluentes, resíduos, poeiras, incômodos à população, impactos sobre o sistema viário e trânsito etc., decorrentes das atividades de obras;
- Acompanhamento dos estudos e licenciamento ambiental das instalações de apoio (canteiro de obras, Depósitos de Material Excedente - DME's, dentre outros);
- Acompanhamento sistemático das obras, verificando o cumprimento das especificações ambientais, a ocorrência de impactos no meio ambiente e a adoção de medidas para a prevenção/controle/mitigação de impactos;

- Acompanhar as atividades geradoras de resíduos sólidos e líquidos, principalmente no que se refere a produtos oleosos, químicos e inflamáveis. Acompanhar o manejo adequado de eventuais solos contaminados encontrados durante os trabalhos de escavação;
- Elaborar relatórios mensais com o registro das ocorrências ambientais, avaliação do desempenho da construtora no atendimento aos requisitos ambientais e emissão de certificado de conformidade ambiental;
- Acompanhar a desativação de instalações de apoio à obra e recuperação de áreas utilizadas;
- Preparar Relatório Ambiental de Encerramento da Obra, registrando o cumprimento de todos os requisitos previstos nas licenças ambientais e nas políticas e salvaguardas do BID.

6.1.2 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da Supervisora, sob o monitoramento da UCP/Prodetur, cujas atividades a serem desenvolvidas são:

- (i) planejar as ações socioambientais previstas para cada projeto;
- (ii) verificar a inserção dos critérios de elegibilidade socioambiental nos projetos de engenharia;
- (iii) verificar a inclusão dos critérios de elegibilidade socioambiental e exigências de licenciamento nos editais de licitação de obra;
- (iv) verificar o início das intervenções físicas nas áreas, se as exigências, ações e procedimentos socioambientais foram obedecidos e atendidos de forma adequada;
- (v) decidir sobre ações e procedimentos de obras, em conjunto com o construtor e supervisor, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- (vi) visitar periodicamente as obras para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados nos procedimentos socioambientais do PGAS do Programa, nas condicionantes das autorizações e licenças ambientais e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- (vii) aprovar, no caso de ações que tragam impactos socioambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas;
- (viii) monitorar/verificar o funcionamento de dispositivos, medidas e cuidados socioambientais implantados nos empreendimentos; e realizar ações de capacitação, educação e comunicação socioambiental;
- (ix) realizar a avaliação periódica de desempenho socioambiental do Programa ao longo da execução da obra.

6.2 PCAO - Programa de Controle Ambiental de Obras

A maior parte dos impactos ambientais decorrentes da implantação das obras está associada à fase de construção. Assim, é necessária a adoção de procedimentos e medidas destinadas a evitar ou minimizar de forma efetiva a ocorrência desses impactos.

Desde algum tempo que requisitos ambientais vêm sendo incorporados nas especificações técnicas que orientam a execução de obras civis e nos documentos de licitação de obra. A experiência acumulada em trabalhos de supervisão ambiental de obras de infraestrutura demonstra que o conhecimento prévio das medidas preventivas ou mitigadoras representa melhores resultados na proteção ao meio ambiente.

Neste sentido, o presente Programa de Controle Ambiental de Obras se baseia na experiência acumulada pela UCP/PRODETUR, contribuindo para sua melhoria, onde couber.

6.2.1 Objetivos

Como a maior parte dos impactos ambientais ocorrem justamente na fase de obra, o objetivo deste Programa é proporcionar instrumentos norteadores que possibilitem a execução das obras em condições ambientais adequadas.

É também papel deste Programa atingir a meta zero de acidentes e incidentes de trabalho, bem como transferir conhecimento ambiental e de segurança do trabalho aos envolvidos na obra ou que se avizinham a esta.

Por fim, mas não menos importante, este Programa também prevê ações de encerramento ambientalmente adequado de frentes de obra ou estruturas associadas, de forma a reduzir ao máximo impactos ambientais e passivos após as fases de obras e que impactem o meio ambiente e/ou comunidades e tragam custos extras ao Programa e à UCP/PRODETUR.

6.2.2 Procedimentos do Gerenciamento Ambiental das Obras

A seguir são apresentados os procedimentos do Planejamento Ambiental das Obras, importante ferramenta para redução de impactos e redução de entraves para a implantação das obras.

A seguir, são apresentados também os procedimentos gerais da Supervisão Ambiental de Obras e Relatórios Ambientais a serem elaborados durante a fase de obras.

6.2.2.1 Planejamento Ambiental das Obras

Os editais de licitação das obras deverão prever a exigência de aplicação e cumprimento deste PGAS, através do PCAO.

O Planejamento Ambiental deve ser realizado como primeira atividade após a assinatura do contrato pela empresa Supervisora em conjunto com a UCP/Prodetur e empresa construtora e atualizado permanentemente.

A Supervisora deverá, antes do início das obras, apresentar à UCP/Prodetur um detalhamento do plano de execução deste PCAO, no formato de um Plano Ambiental de Obras (ver PDPGAO), com base: (i) no projeto executivo elaborado; (ii) nas diretrizes gerais constantes do mesmo; (iii) nos programas constantes nos estudos ambientais; (iv) nas medidas constantes da Licença Ambiental. Este detalhamento deverá conter, mas não se resumir:

- As medidas adotadas, ou a serem adotadas, para cumprimento das exigências e condicionantes de execução de obras constantes dos estudos ambientais e da licença Ambiental.
- A verificação dos locais para implantação de canteiros, áreas de bota-foras e de áreas de empréstimo, com as devidas licenças ambientais.
- A verificação de substâncias minerais (pedras, areias e argilas) de mineradores que possuam áreas legalizadas quanto aos aspectos extrativistas e ambiental, e que

desenvolvam planos de controle ambiental em seus empreendimentos. Não adquirir materiais pétreos provenientes de lavras clandestinas.

O planejamento ambiental deve ser aprovado pela UCP antes do início das obras e reavaliado mensalmente, quando necessário, com base nos acordos realizados, realizado entre a supervisora, construtora e UCP, durante as reuniões mensais de planejamento ambiental, que devem ter como pauta, em geral:

- Apresentação, pela construtora, do planejamento da construção para o mês seguinte, de forma global.
- Apresentação, pela construtora, dos serviços a serem executados no mês seguinte, de forma detalhada.
- Discussão, entre o responsável ambiental da supervisora, o especialista ambiental do UCP/PRODETUR/Prodetur e os responsáveis da construtora, sobre os aspectos ambientais relevantes relacionados ao planejamento da construção, para o mês seguinte.
- Discussão dos aspectos ambientais relevantes relacionados aos serviços a serem executados no mês seguinte, de forma detalhada, com o estabelecimento de diretrizes e recomendações a serem seguidas pela construtora e que serão alvo de controle, no período, pela supervisora ambiental contratada.
- Discussão das eventuais não-conformidades observadas no mês anterior, cobrança das medidas tomadas para saná-las e eventual determinação de outras a serem tomadas.
- Outros assuntos relacionados, tais como a situação do licenciamento e fiscalização pelo órgão ambiental, andamento de outros programas ambientais específicos etc.

A realização dessa reunião mensal deverá ser objetiva, possibilitando não só planejar adequadamente os trabalhos de implantação das obras, como também verificar o cumprimento desse planejamento, num horizonte de tempo que permita ao gerenciamento ambiental estar sempre à frente das atividades da construção, podendo, dessa forma, atuar preventivamente na conservação do meio ambiente.

6.2.2.2 Supervisão Ambiental de Obras

A Empresa supervisora contratada disponibiliza profissionais que são responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento dos requisitos técnicos e ambientais para a execução das obras. Esses profissionais são responsáveis por verificar e atestar que todas as atividades relativas ao meio ambiente envolvidas na construção das obras estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade ambiental recomendados nas especificações de construção e montagem, nas licenças ambientais expedidas e neste PGAS.

A UCP/Prodetur deve trabalhar em coordenação permanente com a supervisora contratada e com os demais integrantes da gestão ambiental do empreendimento, executando inspeções técnicas nas diferentes frentes de obra ou atividades correlatas em desenvolvimento. Além de avaliar as atividades das equipes ambientais da empresa contratada para a supervisão.

À Supervisora contratada cabe:

- Implementar inspeções ambientais, para verificar o grau de adequação das atividades executadas, em relação aos requisitos ambientais estabelecidos para as obras e subprogramas ambientais a elas ligados.

- Verificar o atendimento às exigências dos órgãos ambientais relativas ao processo de licenciamento do empreendimento e às recomendações do BID.
- Inspecionar, periodicamente, e sem aviso prévio, as distintas frentes de serviço no campo, para acompanhar a execução das obras e sua adequação ou não aos programas de gestão ambiental.
- Sugerir ações e procedimentos, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais.
- Propor, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões mensais de planejamento, notificações e sanções, se necessário, contra a empresa construtora.
- Avaliar, no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a necessidade de paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas. Nesse caso, a supervisão deve preparar relatório sintético à UCP/Prodetur, informando das questões envolvidas e da proposição de paralisação.
- Cabe destacar que o processo de paralisação de obras deve ser considerado como último recurso, visto que a própria paralisação poderá acarretar diversos impactos ambientais, devendo ser alvo de grande discussão pelo envolvidos.
- Avaliar periodicamente a eficiência dos programas ambientais relacionados às intervenções físicas previstas e propor os ajustes necessários.
- Preparar e apresentar relatórios periódicos de supervisão ambiental a ao UCP/Prodetur mensalmente.
- Avaliar as atividades das equipes ambientais das empresas construtoras.

6.2.2.3 Relatórios Ambientais Durante a Construção

Durante a execução das obras, o acompanhamento dos aspectos ambientais deve ser realizado por meio de uma série de relatórios periódicos. Esses relatórios, de periodicidade mensal, devem contemplar, de um lado, as realizações quantitativas nos aspectos ambientais, permitindo a medição e o pagamento correspondente à empresa construtora. Por outro lado, devem apontar as medidas adotadas para cumprimento das demais exigências do licenciamento, possibilitando o acompanhamento por parte UCP/Prodetur e do órgão licenciador.

Os relatórios para acompanhamento devem ter, sempre que possível, registros fotográficos da evolução da obra e das medidas e programas ambientais, servindo, posteriormente, aos demais programas constantes do PGAS.

Os relatórios a serem enviados ao BID devem ter a **periodicidade semestral**.

6.2.3 Atividades de Planejamento Ambiental de Obras

A execução de obras envolve uma sequência de atividades no campo que, dependendo da natureza do terreno, do uso urbano ou rural e da cobertura vegetal existente, podem ter impactos variáveis sobre o meio ambiente.

Desta forma, é necessário o acompanhamento e fiscalização das obras pela UCP/PRODETUR/Prodetur, visando diminuir os transtornos das obras públicas para a coletividade, verificando o cumprimento de medidas de proteção ao canteiro de obras e a vizinhança, executando inspeções das edificações vizinhas e implantando procedimentos relativos aos serviços de terraplenagem, demolições e remoções, drenagem urbana, pavimentação e obras complementares de urbanização além de medidas de controle do bota-fora, detalhamento da sinalização de advertência a ser implantada, entre outros procedimentos.

O planejamento ambiental deve ser realizado logo ao início do contrato com a empresa supervisora e atualizado permanentemente. Este planejamento deverá ter, como característica relevante, a análise prévia do dia-a-dia das obras.

6.2.3.1 Equipe da Supervisora

A supervisora deve possuir uma equipe composta por um responsável pelas ações socioambientais, pelo planejamento, acompanhamento e controle ambiental das obras, sendo o representante da Supervisora na articulação e relacionamento com a supervisão ambiental de obras e com a UCP/PRODETUR/Prodetur.

A equipe será também responsável pela fiscalização da Construtora, bem como acompanhar a Supervisão Ambiental de Obras e atender e encaminhar suas demandas.

Requerimentos Ambientais para Contratação de Empresas

O edital de licitação das obras deverá estabelecer os requisitos ambientais mínimos a serem atendidos pelas empresas supervisoras na fase de licitação das obras. Deve-se exigir das empresas/profissionais proponentes:

- Qualificação técnica ambiental, com base em experiência comprovada planejamento, acompanhamento e controle do escopo ambiental de obras similares, através de currículo ou registro na CTPS ou contrato de trabalho. Relação da equipe ambiental própria ou de empresa subcontratada, acompanhada de declaração de que esta atuará sob a total responsabilidade da empresa proponente.
- Os editais de licitação devem prever, também, exigência de aplicação e cumprimento do Plano de Controle Ambiental - PCA e cláusulas de penalização financeira em caso do não cumprimento do PGAS.

6.2.4 Atividades da Fase de Obras

A seguir, serão apresentados os subprogramas que deverão ser observados durante as fases de construção, de forma a dar sustentabilidade ambiental as obras. É importante destacar que esse material foi baseado em conhecimento e experiência da UCP/PRODETUR/Prodetur, de forma a ser articulado com a realidade local de suas equipes.

Ressalta-se que os subprogramas a seguir foram desenhados levando-se em conta os Estudos Ambientais (AAE, EVA, etc) e os projetos a serem implantados (ou em implantação), sendo que eventuais questões aqui não previstas deverão ser alvo de discussão entre a UCP/PRODETUR, a Supervisão Ambiental e a Construtora contratadas para a execução, de forma a definir procedimentos adequados para tais casos e, se necessário, construir novos subprogramas para serem incorporados ao PGAS / PCAO.

6.2.4.1 Subprograma da Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras

Os Canteiros de Obras são instalações destinadas a abrigar escritórios, alojamentos, refeitórios, ambulatórios, sanitários, oficinas, almoxarifados, armazenamento de materiais etc.

A escolha do local para implantação do canteiro de obras e dos alojamentos deverá ser feita considerando alguns aspectos:

- O local deve ser de fácil acesso, livre de inundações, ventilado e com iluminação adequada.
- O desmatamento deverá ser mínimo, procurando-se preservar a árvores de grande porte.
- Dever-se-á escolher locais onde não serão necessários grandes movimentos de terra.
- Deve-se levar em conta a direção dos ventos dominantes no caso do canteiro de obras estar situado próximo a núcleos habitacionais.

A primeira diretriz que deve nortear o planejamento das construtoras, com relação à sua infraestrutura de apoio em campo, refere-se às características das comunidades existentes nas vizinhanças das áreas que serão afetadas, no sentido de que as atividades de obra, o funcionamento do canteiro e o convívio com os trabalhadores, mesmo por período de tempo reduzido, não venham a acarretar impactos negativos significativos na qualidade de vida das populações. Normalmente, as atividades de obra e o fluxo de mão-de-obra durante a construção constituem um fator de incentivo às atividades econômicas das localidades e, assim, podem propiciar um impacto positivo. No entanto, conforme o tamanho e as peculiaridades de cada comunidade, impactos negativos podem ocorrer, tais como:

- Sobrecarga na infraestrutura de serviços urbanos.
- Aumento das demandas e consequente elevação de preços de bens e serviços.
- Alterações no comportamento e convívio social da comunidade.

A construtora deve construir mecanismos adequados e que garantam a autossuficiência dos canteiros, em termos de abastecimento de bens e insumos, garantir a oferta de transporte de trabalhadores, atendendo, no mínimo, aos critérios preconizados na norma da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a NBR-1367 (Áreas de Vivência em Canteiros de Obras), para permanência de trabalhadores nos canteiros de obras (alojados ou não), além dos requisitos ambientais a seguir apresentados.

A localização do canteiro deverá ser licenciada. A escolha dos locais para implantação do canteiro deve contar com a participação direta da UCP/PRODETUR/, para propiciar a integração dessas instalações com a infraestrutura existente. Deve ser evitada a implantação de canteiros próximos a unidades de conservação, áreas de preservação permanente, comunidades tradicionais e áreas com cobertura natural preservada. Para instalação do canteiro deve-se, preferencialmente, escolher área já alterada.

A localização do canteiro não deve interferir com o sistema viário e de saneamento básico, sendo necessário contatar a Prefeitura, órgãos de trânsito, segurança pública, sistema hospitalar, concessionárias de água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc., para qualquer intervenção em suas áreas e redes de atuação, face à implantação do canteiro de obras.

O tráfego de caminhões e de equipamentos pesados deve se restringir aos horários que causem a menor perturbação na vida cotidiana da população. Esses horários devem ser preestabelecidos e submetidos à aprovação da fiscalização, que deverá obter a anuência do órgão de trânsito, caso necessário.

O canteiro deve atender às diretrizes da Legislação Brasileira de Segurança e Medicina no Trabalho, especialmente o Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros, para eventuais remoções de acidentados para hospital da região.

Após o término das atividades de implantação, toda a infraestrutura utilizada durante a construção das obras, caracterizada essencialmente por canteiro de obras, deverá ser removida, exceto nos casos em que essas estruturas forem aproveitadas na fase de operação do sistema, pelo empreendedor ou pela comunidade.

Não será permitido o abandono da área de canteiro sem recuperação do uso original, nem o abandono de sobras de materiais de construção, de equipamentos ou partes de equipamentos inutilizados. Os resíduos devem ser acondicionados em locais apropriados, os quais devem receber tratamento adequado, conforme suas características.

Documentação fotográfica, retratando a situação original das áreas do canteiro e das faixas de obras dos coletores e interceptores deve ser obrigatoriamente elaborada e utilizada durante a execução dos serviços de restauração, visando a comparação da situação dessas áreas antes e depois da construção das obras.

Além da restauração definitiva das instalações eventualmente danificadas pela obra, os serviços devem englobar a execução de proteção vegetal nas áreas alteradas, de forma a garantir a estabilidade do terreno, dotando as faixas de obras de uma proteção permanente.

6.2.4.2 Subprograma da Implantação, Operação e Encerramento das Áreas de Bota-Foras

Áreas de bota-fora temporário serão utilizadas para a deposição de material retirado de cavas ou valas e passíveis de reutilização para aterros ou reaterros e cuja permanência no local de execução das obras possa causar incômodo a veículos e pedestres. Os bota-foras definitivos receberão aquele material removido da área das obras e cujas características geotécnicas inviabilizam a sua utilização para aterros e reaterros.

Para ambos os casos a empreiteira deverá obter licença de utilização e, ao final do seu uso, recompor as condições originais da área (para bota-fora temporário) ou dar conformação ambientalmente adequada (para áreas de bota-fora de disposição permanente de material), com ênfase para eventual percolação de líquidos indesejáveis, cobertura vegetal, drenagem, etc.

6.2.4.3 Subprograma de elaboração do Plano de Ação de Emergência – PAE

O Plano de Ação de Emergência tem por objetivo apresentar os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados em situações emergenciais que possam ocorrer. São procedimentos que levam a atuações rápidas e eficazes visando preservar a vida das pessoas presentes nas instalações e seu entorno imediato, manter a segurança das comunidades circunvizinhas e garantir a qualidade ambiental. Os procedimentos se fundamentam em hipóteses acidentais relevantes, considerando os riscos presentes nas obras, obtidos na Análise de Risco Ambiental.

O PAE será composto dos itens descritos a seguir:

- Caracterização do Empreendimento.
- Glossário de Termos.
- Descrição Sucinta dos Riscos Presentes no local (canteiro, frente de trabalho, estrutura operacional etc.).

- Níveis de Emergência.
- Estrutura Organizacional, incluindo contatos e quem deve ser acionado em ordem de acionamento.
- Ponto de Encontro e Alarmes de Emergência.
- Participantes Externos do Plano, com contatos telefônicos.
- Procedimentos Gerais.
- Quadro Resumo dos Participantes do PAE.
- Procedimentos Emergenciais.
- Sistemática de Treinamento.

O PAE deve ser de conhecimento de todos os trabalhadores locais e deve ficar em local acessível para referência rápida; cabendo a supervisora contratada fiscalizar se os trabalhadores foram treinados com os procedimentos do PAE e se o mesmo está atualizado e disponível.

6.2.4.4 Subprograma de Educação Ambiental e Código de Conduta

Deve-se implementar ações de educação ambiental no âmbito da obra, de forma a ensinar, mostrar, conscientizar e prover as ferramentas necessárias para que os trabalhadores, inspetores e gerentes envolvidos na obra possam cumprir todas as medidas de proteção ambiental planejadas para a construção.

Essas ações devem cobrir todos os tópicos socioambientais, exigências e problemas potenciais do início ao término da construção. O método deve contemplar a utilização de uma apresentação sucinta, objetiva e clara de todas as exigências e restrições ambientais e das correspondentes medidas de proteção, restauração, mitigação e corretivas, no campo.

Deve ser apresentado em linguagem acessível aos trabalhadores, eventualmente com conteúdo e formatos de comunicação diferenciados, conforme a bagagem cultural de cada grupo.

A educação ambiental é de responsabilidade das construtoras. As atribuições dos responsáveis pelas ações de gestão ambiental devem ser descritas de forma a enfatizar suas responsabilidades e autoridades. As responsabilidades de cada trabalhador e sua respectiva especialidade devem ser definidas de forma objetiva.

O treinamento nas relações com o meio ambiente e com a comunidade deve ser oferecido a todos os trabalhadores, antes do início das obras. Trabalhadores contratados após o início das obras devem receber o treinamento durante a fase de integração, antes do início de suas participações nas obras.

Um dos principais impactos que deve ser gerenciado é o contato entre os trabalhadores das construtoras e a comunidade local, além do comportamento desses trabalhadores frente ao meio ambiente. Justifica-se, assim, a emissão de normas de conduta para os trabalhadores, bem como a promoção de atividades educacionais para a manutenção de bom relacionamento com as comunidades (Código de Conduta).

Deve ser requerido dos trabalhadores o cumprimento das normas de conduta e a obediência a procedimentos de saúde e de diminuição de resíduos, entre outras posturas. O Código de Conduta deverá ser apresentado pela construtora após a contratação dos serviços.

6.2.4.5 Subprograma de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho.

Os cuidados com a Segurança, a Higiene e a Saúde Ocupacional das pessoas que trabalharem na implantação das obras não estarão restritos aos colaboradores da empresa contratada, mas, incluem os trabalhadores de outras empresas que venham a prestar serviços para esta contratada.

As disposições a seguir descritas apresentam as condições e requisitos mínimos que deverão ser seguidos pela contratada e eventuais subcontratadas e deverão ser objeto de procedimentos que garantam a excelência na Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho, devendo abranger, indistintamente, toda a força de trabalho e instalações da contratada e de suas eventuais subcontratadas, colocadas à disposição das obras.

Esses procedimentos deverão atender prioritariamente à legislação federal, estadual e municipal vigente e às normas, procedimentos e instruções aplicáveis emitidas por entidades públicas com atribuição para regular estas questões.

Esta implica na obrigatoriedade do cumprimento dos termos de Acordos Coletivos de Trabalho firmados pelo SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Estabelecem-se neste documento as exigências relativas à vivência (que inclui alojamento, alimentação e transporte) dos empregados da Contratada, ressaltando-se que, para aqueles que forem migrados de outras regiões, as condições a serem oferecidas deverão ser dignas e compatíveis com o nível hierárquico do empregado.

Deverão também ser estabelecidos ao longo do processo, de forma bem clara, a periodicidade, os pontos, os indicadores e os métodos de controle durante a implantação deste subprograma.

Generalidades

Normas Auxiliares ou Complementares

A observância das prescrições deste documento, não desobriga a contratada do cumprimento integral da Legislação Brasileira relativa à Segurança e Saúde do Trabalho, em especial o atendimento à Portaria nº3.214/78 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras, legislações estaduais, municipais e suas instruções técnicas em vigor, bem como àquelas que versarem sobre o assunto e passarem a vigorar após a contratação do serviço.

Validade / Aplicação das Normas

Para todas as empresas contratadas para desenvolvimento de obras de empreendimentos contratadas pelo Prestador de Serviços.

Definições

- ASO – Atestado de Saúde Ocupacional.
- CA – Certificado de Aprovação.
- CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- CONTRATADA – empresa contratada para executar Empreendimentos.
- EPI – Equipamento de Proteção Individual.
- PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional.
- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

- PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho
- PT – Permissão De Trabalho.
- SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Requisitos

Responsável por Assuntos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

A contratada deverá designar formalmente um empregado que será o responsável por assuntos SEGURANÇA, HIGIENE E A SAÚDE OCUPACIONAL e que esteja apto a tal.

Condições Legais

As empresas contratadas deverão apresentar, a UCP/Prodetur, os seguintes documentos:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional de cada empregado que irá trabalhar nas obras do Empreendimento;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho;
- Ficha Cadastral para empregados da Contratada acompanhada de cópia da ficha registro de empregado;
- Procedimento de Saúde Ocupacional Permissão de Trabalho.

Ruído Excessivo

Todas as pessoas que trabalharão em ambiente expostos a ruídos excessivos deverão ter avaliação de saúde que inclua audiometria (validade de doze meses) e contar com os EPIs apropriados.

Proteção Respiratória

Todas as pessoas que trabalharão na obra e que necessitem fazer uso de equipamentos de proteção respiratória adequados ao nível de proteção necessário, (inclui qualquer tipo de máscara) deverão ter avaliação de saúde que inclua espirometria (validade de doze meses).

Trabalho em Altura / Espaço Confinado

Todas as pessoas que trabalharão na obra, realizando atividades em altura e/ou espaços confinados deverão ter avaliação de saúde que inclua eletrocardiograma e eletroencefalograma iniciais.

Operação de Máquinas Móveis

Todas as pessoas que trabalharão na obra, realizando atividades com utilização de máquinas móveis (empilhadeiras, tratores, caminhões, carretas, guindastes, guinchos e similares) e/ou motoristas deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes exames médicos complementares:

- Avaliação da acuidade visual (renovado a cada 2 anos);
- Teste ergométrico (renovado a cada 2 anos);
- Eletroencefalograma inicial;

- Audiometria (renovação anual).

Veículos

Nas carrocerias de veículos será permitido transporte de equipamentos, ferramentas e/ou materiais usados na execução da obra/serviços. Não será permitido transporte de pessoas em suas carrocerias.

Os veículos deverão ser necessariamente conduzidos por pessoa legalmente habilitada e estar em boas condições, de acordo com a Legislação aplicável.

Equipamentos de Proteção Individual

Compete à Contratada fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI's de uso permanente e básicos (capacete de segurança, sapatos de segurança e óculos de segurança) assim como outros EPI's que se fizerem necessários de acordo com a natureza dos serviços. O EPI a ser utilizado em tarefas da contratada deverá basear-se na NR 6 da Portaria nº3.214/78 do MTE.

O controle de entrega de EPI individual deve ser devidamente atualizado e mantido em posse da contratada, ficando à disposição para Fiscalização do Prestador de Serviços e eventuais fiscalizações dos órgãos competentes.

É de responsabilidade da contratada a fiscalização do uso dos EPI's adequados pelos seus empregados, bem como o treinamento dos mesmos sobre seu uso, guarda e conservação.

Todos os EPI's distribuídos deverão possuir CA, e cópias desses documentos deverão ser mantidas no canteiro da Contratada, ficando à disposição para fiscalização da UCP/Prodetur e Supervisora e eventuais verificações dos órgãos competentes.

A fiscalização poderá fazer, aleatoriamente, verificações da qualidade e das condições dos EPI's, retirando de uso aqueles que forem reprovados, ficando a contratada na obrigação de repô-los sem ônus aos empregados.

Os EPI's eventualmente retirados de uso serão inutilizados e dada correta disposição final.

Os capacetes devem ter, obrigatoriamente, a identificação explícita da Contratada.

Todos os calçados de segurança devem ter componentes metálicos contra queda de materiais, exceto nos trabalhos em eletricidade, onde os calçados deverão atender normas técnicas específicas.

O protetor auricular usado deve ser o tipo concha, e salvo nas aplicações de proteção combinada, o protetor auricular descartável poderá ser permitido.

Todo e qualquer EPI definido como descartável terá sua utilização limitada à no máximo um dia, ou, em caso de deterioração e/ou contaminação imediata, à no máximo um único uso, devendo ser descartado em seguida. Não é permitida, aos empregados das Contratadas, a utilização de EPI's que não sejam fornecidos por estas e/ou a utilização de EPI's de qualquer espécie descartados pela Construtora.

Uniformes

A empresa contratada deve obrigatoriamente fazer o uso de uniformes, preferencialmente, padronizados (cor, identificação da Contratada) nos empreendimentos.

A Contratada deve manter em estoque no Canteiro de Obras pelo menos uma troca de uniforme para cada empregado. Os uniformes deverão ser trocados e lavados no mínimo 2 vezes por semana.

Preferencialmente, os uniformes deverão ser higienizados por empresa especializada, contudo, desde que ajam condições para tanto, os uniformes poderão ser lavados pelos próprios usuários. Uniformes utilizados em locais com possibilidade de contaminação química e/ou biológica não poderão ser lavados pelo próprio usuário, devendo ser obrigatoriamente higienizados por empresa especializada ou devidamente descartados.

Canteiro de Obras

A empresa contratada deverá apresentar à UCP/Prodetur e à Supervisora uma planta do canteiro de obras considerando todas as construções de apoio necessárias, bem como um projeto ou descritivo de como serão executadas estas edificações com especificações dos materiais (civil, mecânica, elétrica).

Alimentação

É terminantemente proibida a alimentação dos empregados nas frentes de obras ao relento ou em viaturas e veículos de serviço.

É obrigatório o fornecimento a todos os trabalhadores café da manhã, almoço e lanche com café e/ou café com leite.

É obrigatório o fornecimento de jantar a todos os trabalhadores que fizerem 2(duas) ou mais horas extras. Os trabalhadores deverão ter a sua disposição água fresca e própria para consumo em todas as frentes de obra e locais de trabalho.

Depósito de Materiais

A empresa contratada deverá indicar na planta de implantação, as áreas destinadas aos depósitos de materiais a serem utilizados na obra quer sejam edificados ou não.

Os materiais a serem empregados na construção de obras civis ou de instalações devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas e/ou saídas de emergência e não provocar sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

Em pisos elevados os materiais não devem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha, a não ser que existam paredes ou elementos protetores. Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento ou dimensão devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo de material e a bitola das peças. As madeiras retiradas de andaimes, tapumes, formas e escoramentos devem ser empilhadas, depois de retirados ou rebatidos, os pregos, arames e fitas de amarração.

Os recipientes de gases para solda devem ser transportados e armazenados adequadamente, obedecendo-se às prescrições quanto ao transporte e armazenamento de produtos inflamáveis.

Os materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, devem ser armazenados em locais isolados, apropriados e sinalizados/identificados, de acordo com a Legislação vigente. Deverão ser mantidos inventários à disposição da fiscalização do prestador de serviços.

Sinalização/Isolamento de Área

As instalações da contratada deverão estar sinalizadas para:

- Identificar os locais de apoio que compõem o canteiro de obras;
- Indicar as saídas por meio de dizeres e/ou setas;
- Manter comunicação através de avisos, cartazes ou similares;

- Advertir contra perigo de contato ou acionamento acidental com partes móveis das máquinas e equipamentos;
- Advertir quanto a risco de queda;
- Alertar quanto à obrigatoriedade do uso de EPI, específico para a atividade executada, com a devida sinalização e advertência próximas ao posto de trabalho;
- Identificar acessos, circulação de veículos e equipamentos na obra;
- Advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- Identificar locais com substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas e radioativas.

Para toda e qualquer atividade realizada fora dos canteiros das contratadas é necessário isolamento adequado para evitar o acesso de pessoas não envolvidas à área de trabalho, bem como sinalizar aos motoristas de veículos diversos. Deverão ser providenciados através de pedestais de isolamento de área, construídos em material que facilite o transporte a serem utilizados em conjuntos com fitas zebradas ou telas para demarcação. O fornecimento do material de isolamento é de responsabilidade da contratada.

Proteção Contra Incêndio

A empresa contratada obriga-se a dotar o canteiro de obras dos equipamentos necessários para combate a princípios de incêndios, de acordo com a Legislação Estadual e Federal vigente.

Todos os empregados locados no canteiro de obras devem ser treinados na correta utilização dos equipamentos portáteis de combate a princípios de incêndios, bem como a respeitar os locais destinados exclusivamente a estes equipamentos, não obstruindo passagens e acesso aos mesmos.

Ordem e Limpeza

As instalações da contratada devem se apresentar organizadas, limpas e desimpedidas, notadamente, nas vias de circulação, passagens e escadarias.

Entulho e quaisquer sobras de materiais devem ser regularmente coletados e removidos. Por ocasião de sua remoção, devem ser tomados cuidados especiais, de forma a evitar poeira excessiva e eventuais riscos.

É proibida a queima de lixo ou qualquer outro material no interior do canteiro de obras. É proibido manter lixo ou entulho acumulado ou exposto em locais inadequados do canteiro de obras.

Fiscalização

A Supervisão Ambiental de Obras fará inspeções a qualquer momento nos locais onde a Contratada execute serviços.

Eventuais irregularidades constatadas, pela fiscalização e/ou preposto, deverão ser objeto de providências por parte da contratada, que deverá implementar as correções, observados os instrumentos previstos neste documento.

A Supervisão Ambiental de Obras irá suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança do pessoal, equipamentos ou meio ambiente. As suspensões

dos trabalhos motivados por condições de insegurança não eximem a contratada das obrigações e penalidade das cláusulas dos contratos referentes a prazos e multas.

Elaboração e Apresentação do Plano

A Elaboração do Plano de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho é de responsabilidade da Construtora e deverá ser apresentado à UCP/Prodetur e à Supervisora, e implementado antes do início das obras.

6.2.4.6 Subprograma de Gerenciamento e Disposição de Resíduos no Canteiro de Obras

As ações de Gerenciamento e Disposição de Resíduos têm como objetivo básico assegurar que a menor quantidade possível de resíduos seja gerada durante a implantação das obras e que esses resíduos sejam adequadamente coletados, estocados e dispostos, de forma a não resultar em emissões de gases, líquidos ou sólidos que representem impactos significativos sobre o meio ambiente. Durante a execução das obras, é prevista a geração de três tipos de resíduos: sólidos, efluentes industriais e sanitários.

Resíduos Sólidos

O gerenciamento ambiental dos resíduos sólidos está baseado nos princípios da redução na geração, na maximização da reutilização e da reciclagem e na sua apropriada disposição. O canteiro deve contar com sistema de coleta interna de resíduos sólidos, os quais devem ser colocados em locais próprios para serem recolhidos pelo sistema público de coleta e disposição. Deve haver uma negociação junto aos órgãos e empresas responsáveis pela coleta de resíduos, visando a utilização desse sistema. Os resíduos não devem ficar expostos, pois podem atrair diversos vetores de doença e, eventualmente, servirem com depósitos indevidos de água.

Deve haver um perfeito controle sobre o lixo doméstico gerado no canteiro de obras. O lixo deve ser recolhido separadamente (orgânico/úmido e inorgânico/seco) para que possam ter destino final diferenciado. O lixo deve ser colocado em local adequado para ser recolhido pelo serviço de limpeza urbana do município ou, especificamente, no caso do lixo seco (papel, papelão, vidro, plástico, latas, etc.), disponibilizado para ser recolhido por pessoas da comunidade próxima para a sua posterior reciclagem.

No transporte de entulho e lixo, para evitar a perda do material transportado deve ser evitado o excesso de carregamento dos veículos, além de ser mantida uma fiscalização dos cuidados necessários no transporte, tais como em relação à cobertura das caçambas ou carrocerias dos caminhões com lona.

A disposição final do entulho de obra deve considerar o que preconiza a Resolução CONAMA nº 307, de 07 de julho de 2002, que estabelece:

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

1) Classe A - São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II) Classe B - São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III) Classe C - São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV) Classe D - São os resíduos considerados perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução.

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I) Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II) Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III) Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV) Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Art. 13. No prazo máximo de dezoito meses os Municípios e o Distrito Federal deverão cessar a disposição de resíduos de construção civil em aterros de resíduos domiciliares e em áreas de "bota fora".

Efluente das Atividades da Obra

Devem ser adotadas medidas e procedimentos técnicos visando a coleta, o tratamento e a disposição final dos efluentes líquidos a serem gerados no Canteiro de Obras e demais instalações industriais e de serviços, associadas à execução das obras, de forma a garantir o atendimento às disposições legais vigentes, notadamente no tocante aos padrões de lançamento.

Deve ser feito o controle de contaminação de produtos perigosos incluindo o correto armazenamento de produtos perigosos, a instalação de diques de contenção para incidentes que resultam em eventuais vazamentos.

Devem ser utilizados dispositivos e/ou elementos de absorção para eventuais vazamentos de máquinas e equipamentos além de separador de água e óleo nos lavadores de máquinas, armazenamento adequado do óleo utilizado e destinação final para empresas recicladoras.

Durante as obras pode ocorrer acúmulo indevido de resíduos que venham a tornar-se depósitos indevidos de líquidos, fato este que também poderá ocorrer em depressões do terreno. Atenção especial deverá ser dedicada a esse aspecto, por ser um elemento importantíssimo no controle da proliferação de mosquitos, particularmente, o da dengue.

Resíduos Sanitários

Com relação aos resíduos sanitários, havendo infraestrutura no local, os efluentes líquidos gerados pelo canteiro de obras só devem ser despejados diretamente nas redes de águas servidas. Não existindo infraestrutura, devem ser previstas instalações completas para o tratamento dos efluentes sanitários e águas servidas por meio de fossas sépticas, ou equipamento de similar eficiência, atendendo aos requisitos da norma brasileira NBR 7229/93, da ABNT.

Quanto aos resíduos oriundos das oficinas mecânicas, das lavagens e lubrificação de equipamentos e veículos, deve ser prevista a construção de caixas coletoras e de separação dos produtos, para posterior remoção dos óleos e graxas através de caminhões ou de dispositivos apropriados.

O canteiro deve contar também com equipamentos adequados para minimizar a emissão de gases e para a diminuição de poeira (caminhão-pipa).

A construtora deve prever a execução das seguintes ações, juntamente com a seleção do local do canteiro de obras:

- Previsão dos principais resíduos a serem gerados, com estimativas iniciais de suas quantidades;
- Levantamento dos aterros e locais adequados para a disposição dos resíduos previstos;
- Elaboração de um plano de redução da geração, reciclagem e manejo/disposição de resíduos;
- Estabelecimento de acordos com os órgãos locais para a utilização de equipamentos e instalações de tratamento/disposição de resíduos;
- Inclusão, no programa de treinamento ambiental dos trabalhadores, dos aspectos de manejo de resíduos;
- Fiscalização contínua sobre as atividades geradoras de resíduos durante a fase de obras.

A principal meta a ser atingida é o cumprimento das legislações ambientais federal, estadual e municipal vigentes, tanto no tocante aos padrões de emissão quanto no tocante à correta e segura disposição dos resíduos. Algumas áreas mais sensíveis, como as Áreas de Preservação Permanente, devem ser especialmente protegidas quanto à disposição de resíduos no solo.

6.2.4.7 Subprograma de Controle de Ruídos

Várias atividades previstas no contexto da implantação das obras poderão gerar alteração dos níveis de ruído, entre as quais destacam-se aquelas relacionadas à preparação do terreno - corte de árvores e demolição de edificações, implantação do canteiro de obras, movimentação de terra, trânsito de caminhões/bota-fora, recebimento de materiais, transporte de pessoal, concretagem, e outras atividade afins.

O ruído e as vibrações provenientes da execução dessas atividades deverão ser minimizados. É importante exercer um controle à emissão de ruídos por motores mal regulados ou com manutenção deficiente. Os silenciadores dos equipamentos deverão receber manutenção rotineira para permanecer funcionando a contento. Deve ser evitado o trabalho no horário noturno (entre 22:00 e 7:00 horas).

Deve ser realizada uma campanha, antes do início das obras, para medição do ruído nos locais de intervenções, junto aos principais receptores. Deverão ser consideradas as características de uso dos locais de intervenção, os principais equipamentos previstos nas obras e suas características de emissão de ruído, com o objetivo de garantir o necessário atendimento à legislação vigente: CONAMA 1/90, Norma ABNT NBR 10151 e legislações municipais correspondentes.

Deverá ser levantado o perfil do uso e ocupação do entorno do empreendimento, classificando as tipologias de comércio e serviços, principalmente os associados ao turismo e equipamentos de serviços públicos (hospitais, escolas, etc.). Determinar a sensibilidade específica desse público a questões relacionadas à excesso de ruídos e que possam interferir na operação. Deverá ser dada publicidade destas ações e monitoramento no Plano de Comunicação.

Conforme o resultado da avaliação preliminar, deverão ser previstas medidas para minimização e controle dos níveis de ruído esperados, tais como restrição de horários de operação, tapumes etc. As medições de ruído nas áreas próximas às faixas de execução das obras deverão ser realizadas quando houver grande incidência de reclamações. Estas ações deverão ser aprovadas pela Supervisão Ambiental de Obras. Os limites de ruído devem atender à norma ABNT NBR 10.151.

6.2.4.8 Subprograma para Controle de Emissão de Material Particulado

Este tem por objetivo minimizar as emissões atmosféricas provenientes das operações dos equipamentos e maquinários durante a execução das obras. Está prevista a adoção de práticas como a aspersão de água nas pilhas de agregados, nas pistas e em cargas que possam liberar material particulado.

Para evitar a geração de poeira que possa causar incômodos aos usuários das vias e aos moradores próximos às obras, a(s) construtora(s) deverá(ão) providenciar a irrigação constante das vias e dos acessos, em períodos secos, sempre que isto se mostrar necessário, mediante a utilização de caminhões pipas para umectação das vias afetadas, ou utilização de outros materiais com o mesmo efeito de supressão de material particulado (por exemplo, cloreto de cálcio, sulfonato de lignina, emulsões asfálticas, e polímeros especiais). Deverá ser dada publicidade destas ações e monitoramento no Plano de Comunicação.

Os caminhões e demais equipamentos só poderão circular em vias públicas com pneus e rodas devidamente limpos. Caminhões carregados deverão estar devidamente cobertos com lona, de forma a evitar queda de material.

6.2.4.9 Subprograma das Intervenções com Infraestrutura de Serviços

As interferências para instalação das obras envolvem escavação e a necessidade de compatibilização dos usos do solo e subsolo urbano, propiciando o restabelecimento das infraestruturas existentes no local com seu estado de conservação e funcionamentos adequados.

Com a implantação das obras há a possibilidade de serem afetadas infraestruturas de abrangência local, com destaque para o sistema viário. Diversas vias de caráter local serão

afetadas, tornando-se necessário estabelecer alternativas que garantam acessibilidade aos locais afetados.

Incluem-se ainda entre os itens da infraestrutura local, os sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, além de linhas distribuidoras de energia elétrica, gás e telefonia/comunicação.

Deve-se garantir a execução, em tempo hábil, das ações voltadas para a reestruturação das infraestruturas afetadas, de forma que, quando da entrada em operação das obras projetadas, as mesmas já estejam adequadas à nova situação, garantindo-se o cumprimento de suas funções.

Procedimentos e Diretrizes

As atividades devem estar alinhadas cronologicamente com o PCAO, e são determinantes para os editais de contratação das construtoras. As atividades básicas deste programa estão mencionadas a seguir:

- a) Cadastramento físico das infraestruturas afetadas;
- b) Discussão com as comunidades usuárias das infraestruturas afetadas;
- c) Alinhamento e autorizações com as companhias responsáveis pelos serviços, no caso de interrupção, desvio ou alteração da infraestrutura;
- d) Execução das obras de recomposição previstas.

6.2.4.10 Subprograma para Gestão do Sistema Viário

Esse Subprograma fixa as condições mínimas exigíveis que devem ser contempladas no na Gestão do Sistema Viário para a execução das obras. Os elementos apresentados fornecem diretrizes e critérios visando diminuir os transtornos e melhorar o bem-estar coletivo, incluindo municípele funcionários da construtora contratada.

A Transalvador é o órgão da administração pública municipal responsável para a gestão do sistema viário, e caberá a UCP/Prodetur a articulação com o órgão para implementação de ações pertinentes a execução da obra.

Disposições Gerais

Deverão ser obedecidas as leis federais, estaduais, e municipais conforme sua aplicabilidade. Os requisitos definidos a seguir deverão ser implantados considerando as várias etapas das obras em diferentes pontos do local de intervenção. Deverão ser consideradas as várias limitações que serão feitas ao tráfego de veículos, ônibus, garagens residenciais e comerciais, escolas, hospitais, clínicas, centros de saúde e todo e qualquer transtorno causado na região.

Diretrizes para a gestão do sistema viário

- Realizar reuniões de alinhamento para atenção do sistema viário entre a construtora e supervisora contratadas, UCP/Prodetur e Transalvador;
- Observar os calendários do município com eventos, festividades e feriados prolongados;
- Comunicar previamente sobre as interdição e/ou desvios das ruas através de panfletos e faixas a comunidades afetada;

- Central de atendimento ao público;
- Identificar e, quando necessário, definição de ações de controle de tráfego nos espaços que apresentem maior vulnerabilidade ao risco de acidentes, como escolas, espaços de lazer e atividades físicas, hospitais e postos de saúde etc.
- Caminhar frotas de caminhões para carga, descarga e transporte de solos e materiais acompanhados com apoio logístico e comunicação;

Devem ser previstos estudos e pesquisas de tráfego e dos pontos de maior fluxo de veículos para subsidiar a implantação do plano anti-congestionamento, vinculando desvios de trânsito e apoio logístico, garantindo com isso a circulação viária e acessibilidade dos pedestres, articuladas conjuntamente, para minimizar os impactos na circunvizinhança conforme as seguintes considerações:

- Necessidade de implantar restrições de circulação de veículos em ruas estreitas e, em alguns casos específicos, implantar restrições em acessos próximos no entorno imediato;
- Criar indicadores de trânsito anti-congestionamento, e fatores de incômodos para a coletividade;
- Padronização de sinalizações, publicidades e campanhas metropolitanas em conjunto com a aprovação da Prestadora de Serviços e Prefeitura local;
- Integrar as equipes de comunicação com as do sistema viário e frentes de serviço, interagindo diariamente;
- Implantar gestão diferenciada para desvios de ônibus e pontos de parada, se necessário;
- Gestão de cruzamentos, se necessário;
- Implantar gestão diferenciada para a frota de caminhões basculantes e de caminhões carroceria nos transportes de solo e materiais de obras;
- Lavagem e limpeza das ruas;
- Disponibilizar agentes de trânsito identificados através de uniforme e crachá e equipamento para comunicação;
- Priorizar as condições de segurança e qualidade ambiental dos pedestres e moradores; permitir uma faixa para o tráfego de veículos em determinados casos nos locais das frentes de serviço principalmente quando houver casos de moradores portadores de deficiências e pessoas idosas;
- Manter o acesso de veículos restritos às garagens e estacionamentos locais;
- Garantir o ambiente em condições de segurança viária e técnica em todos os acessos;
- Garantir o bem-estar da comunidade, nos serviços executados, mantendo as ruas lavadas para diminuição da presença de pó, criando oportunidades de bom relacionamento e integração com as atividades de tráfego de veículos, atividades recreativas e atividades comerciais locais;

- Planejar as programações de restrições de circulação de ruas, bem como das ruas liberadas ao tráfego de veículos, inclusive intra-bairros (inter) e intra-municípios, ruas comerciais e ruas prioritárias para as obras;
- Estabelecer confiabilidade junto à população mediante a regulamentação oficial de tráfego local.

Por fim, o parecer da Transalvador precisa ser emitido pela instituição e as orientações presentes neste documento deverão ser atendidas.

Monitoramento da Gestão do Sistema Viário

Mensalmente, será realizada reunião entre a UCP/Prodetur, Construtora e Supervisora Contratada para avaliação do planejamento viário em andamento, os serviços a serem executados no mês seguinte, discussão de eventuais não-conformidades observadas e medidas tomadas para saná-las e entrega dos relatórios mensais que deverão ser aprovados pela UCP/PRODETUR.

6.2.5 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle Ambiental das Obras deverá ser acionados logo após a assinatura do contrato com a Construtora (fase de Planejamento Ambiental) e deverá manter ativo durante toda a fase de construção.

6.2.6 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa, e a elaboração dos Planos previstos neste, é responsabilidade da supervisora, sendo responsabilidade do UCP/PRODETUR a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.

6.3 PCS - Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas

Este Programa visa dotar a implantação das obras de instrumentos que garantam o fluxo de informações entre o empreendedor e a população local a ser afetada. Tais instrumentos de comunicação devem difundir de forma adequada as características do empreendimento em suas três etapas (projeto, construção e operação) assim como atuar preventivamente na mitigação dos impactos diretos e indiretos sobre a população e atividades econômicas.

6.3.1 Objetivos

O Programa de Comunicação Social tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir os eventuais impactos associados ao empreendimento, antes e durante o período de obras e, posteriormente, na etapa de operação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade informações básicas sobre o projeto, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação;
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos e os requisitos de controle ambiental durante

as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias;

- Divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa a partir da existência de mecanismos de consulta e participação de modo a receber, registrar e encaminhar adequadamente as demandas, reivindicações, reclamações e outras informações geradas pelas comunidades afetadas pelas obras, a fim de prevenir e dirimir situações de conflito e assegurar a transparência das ações governamentais.

6.3.2 Atividades Propostas / Abordagens

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

- **Informação**— Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar aos diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira das obras da UCP/PRODETUR.
- **Articulação**— Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública local a sociedade de modo geral, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.
- **Monitoramento e Avaliação**— Envolvem o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da sociedade.

O PCS abrange todos os segmentos da população diretamente afetados, além daqueles interessados nas intervenções previstas. Associado a este parâmetro, será considerado outro de caráter físico ou geográfico que também definirá a área de abrangência do Programa, a saber:

- **Área de Intervenção Direta das Obras** – A população e as atividades econômicas inseridas na área de intervenção necessária para implantação, as quais sofrerão os impactos diretos permanentes pela construção das obras.
- **Área de Influência Direta das Obras** – constitua população e as atividades econômicas lindeiras às obras e as comunidades próximas que devem sofrer influência dos impactos da implantação.

O desenvolvimento deste Programa deverá abranger as atividades, a seguir apresentadas:

- Caracterizar a estratégia de comunicação;
- Preparar eventuais materiais de divulgação;
- Definir os mecanismos de interação com grupos e municipalidades, quando necessário;
- Monitoramento e avaliação do Programa.

6.3.2.1 Atividade 1 – Definição da estratégia de comunicação do empreendimento

Organização e sistematização de informações técnicas

- As áreas afetadas pelas intervenções e os usos identificados nas vizinhanças são aquelas que poderão receber os principais impactos socioambientais das obras projetadas e os programas ambientais previstos;
- As especificidades locais relativas aos desvios e interrupções de trânsito, redução de velocidades, segurança etc.;
- As soluções para mitigação de impactos socioambientais;
- O cronograma de implantação das obras.

Caracterização do público-alvo e mídias locais

Na etapa prévia ao início das obras será feita a caracterização geral do público-alvo, identificação das principais organizações sociais e suas lideranças, assim como dos principais meios de comunicação local existentes. Tais procedimentos já ocorrem na UCP/PRODETUR, através das ações de interlocução social.

Estruturação dos instrumentos de comunicação

Definir os conteúdos que deverão ser elaborados nos materiais a serem utilizados nos contatos com os diferentes públicos-alvo, ou seja, folhetos, vídeos, *releases* para a imprensa. A definição de materiais e conteúdo deverá contar com o aporte de sugestões das equipes remanejamento, de modo que respondam também às inquietações da população e atividades eventualmente afetadas.

Identidade visual e de comunicação do empreendimento

Todas as peças de divulgação de informações devem ser padronizadas com uma identidade visual específica.

6.3.2.2 Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações do Prodetur Salvador, é necessário preparar material básico sobre o Projeto, com identidade visual. Quando necessário, serão elaborados materiais de divulgação tais como cartazes, cartilhas, panfletos, boletins informativos, banners, painéis etc., adequados a cada público-alvo.

6.3.2.3 Atividade 3 - Mecanismos de Comunicação e Mecanismo de Gestão de Queixas

Diversos mecanismos de comunicação deverão ser utilizados nas diferentes fases de implantação do Programa.

Fase de Planejamento

Nesta etapa, o foco principal serão as informações sobre:

- As características gerais das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos;
- Estudos socioambientais realizados e os principais impactos e programas;
- Divulgação dos meios de comunicação direta com o UCP/PRODETUR.

Fase de Construção

Nesta fase, é importante a divulgação de informações para a população no entorno das obras, como:

- Localização das intervenções e das áreas no entorno que poderão receber impactos socioambientais das obras projetadas; suas características específicas (cronogramas, métodos construtivos, áreas de apoio etc.); e os planos socioambientais previstos para controle e mitigação de impactos;
- Divulgação dos meios de comunicação direta com a UCP/PRODETUR.

As empresas construtoras, conforme detalhado no PCAO, de informações relacionadas com as intervenções, tais como:

- Particularidades locais referentes à interrupção e/ou desvios de tráfego durante as obras, além de eventuais interrupções temporárias nas infraestruturas e equipamentos públicos;
- Atendimento de demandas do público de entorno da obra, referentes à operação de máquinas e equipamentos, geração de ruídos e material particulado etc.

Cabe à UCP/PRODETUR receber e triar reclamações e queixas para que se dê uma solução adequada a demanda e garanta que um contato dê retorno ao reclamante. É importante que reclamações sejam sempre respondidas, mesmo que improcedentes.

O Município de Salvador possui uma Ouvidoria Geral, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, responsável pela gestão do Programa Fala Salvador, que consiste em um novo conceito de relacionamento com o cidadão, a partir da padronização dos procedimentos de atendimento, facilitando o acesso e acompanhamento de suas demandas na Prefeitura de Salvador.

O sistema possibilita a melhoria da comunicação da população com os órgãos públicos, ao qual estão vinculados vários canais de atendimento à população, integrados através de uma plataforma tecnológica única, são eles:

- Telefone – 156;
- Prefeitura Bairro- atendimento presencial;
- Portal (internet).

Essa plataforma é alimentada pelo catálogo de serviços e informações, que é a ferramenta básica de suporte para a gestão do Atendimento e para a gestão das Demandas do cidadão, que compreende o conjunto de todos os serviços, ativos e aprovados, que podem ser prestados pela Prefeitura e que podem ser solicitados por um cidadão.

A Ouvidoria Geral trabalha com o sistema municipal de ouvidorias, que é composto por uma rede de ouvidorias setoriais, com respectivos ouvidores, responsáveis pelas demandas setoriais de 2ª instância, tais como reclamações, denúncias, elogios, informações e sugestões.

A Ouvidoria do Município de Salvador é referência em âmbito nacional, funcionando de maneira integrada, a fim de solucionar as demandas que são apresentadas pelos cidadãos, facilitando o acesso e o envio das demandas a todos os órgãos e entidades municipais. Ainda assim, garante o sigilo, a segurança e a autonomia de cada órgão.

Ouvidoria Específica

Para atender as demandas das Obras, deverá contar com a estrutura da Ouvidoria Geral, em apoio à ouvidoria Setorial, disponibilizando os canais e os relatórios necessários para implementação do Programa.

Desta feita, o canal telefônico (156), que tem 35 pontos de atendimento pela manhã/tarde e 15 pontos de atendimento pela noite e funciona 24 horas por dia, sete dias na semana, conta com um ramal específico para atendimento das demandas do PRODETUR.

Ademais, na unidade da Prefeitura Centro é disponibilizado, atualmente, guichê exclusivo para atendimento presencial das demandas relacionadas ao Programa, de segunda a sexta, das 8h00min às 17h00min.

O PRODETUR ainda conta com as plataformas virtuais (portal e aplicativo móvel) nas quais são disponibilizados acesso específico, cujos encaminhamentos são monitorados pelas equipes das ouvidorias geral e setorial.

Comissão de Acompanhamento de Obra

A Comissão de acompanhamento de obras, será formada por representantes dos segmentos afetados, a partir da indicação de seus pares, por ocasião das reuniões específicas de cada segmento;

Cada segmento indicará um representante titular e um representante como suplente;

As secretarias/órgãos municipais com interface no projeto de requalificação, construtora, supervisora deverão indicar os seus representantes.

A CAO é um dos instrumentos de escuta dos afetados, ao acompanhar o andamento do projeto de requalificação, e de modo participativo e transparente, contribui para maior aproximação do poder público com a comunidade, fortalecendo a participação cidadã

Será eleita uma comissão de acompanhamento de obra com participantes/representantes da comunidade. Tal comissão participará de atividades de verificação das obras, discussão de cronograma entre outros assuntos relacionados.

A CAO deve ter caráter consultivo e propositivo e se constituir em um canal de participação da comunidade.

Plantão Social

Plantão Social, consiste em atendimento individual, realizado diariamente, para prestar informações e orientações referentes ao projeto de requalificação, servindo ainda como espaço de escuta, apoio e encaminhamentos as demandas sociais apresentadas.

Haverá um plantão social próximo ao local da obra com equipe social para atender às demandas do projeto. O endereço do escritório deve ser divulgado ao público.

Campanha de divulgação prévia à entrega das obras

Na fase final de obras financiadas, dar-se-á ampla divulgação aos benefícios esperados com entrada em operação.

6.3.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa deverá ser iniciado antes das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção. Ao final, deverão ser reafirmados os canais já utilizados para comunicação junto à UCP/PRODETUR.

6.3.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

AUCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações de informação durante o planejamento e construção, em articulação com as áreas de comunicação das empresas construtoras responsáveis pela obra.

6.4 PCPC – Programa de Consulta Pública Comunitária

Consultas à comunidade deverão ser realizadas sempre que houver questões que influenciem os modos de vida e incômodos relativos às atividades de obras, alterações de cronograma, horário de execução, intervenções e interrupções de serviços essenciais, com antecedência às atividades. Deverão ser programadas reuniões com os afetados e beneficiários para socialização de informações, consulta e, quando for o caso, formalização dos acordos apresentados.

A seguir, é apresentada uma descrição das orientações, planejamento e recursos necessários para realização de pleitos com comunidades:

- Definição do Local a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da reunião; Data e Horário a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da reunião e disponibilidade dos convidados com contingente mínimo;
- Tempo previsto: a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da reunião;
- Definição de Recursos e Sistemas audiovisuais;
- Equipe definida para realização, considerando representantes da empresa construtora, supervisora contratadas e representantes da UCP/Prodetur e demais órgão da administração pública municipal envolvidos no Programa;
- Sistema de registro e relatoria dos eventos.

As reuniões serão realizadas sob responsabilidade da UCP/PRODETUR, porém, com a participação da empreiteira contratada e supervisora, quando necessário.

6.4.1 Chamamento e Mobilização Social

A rede de contatos é ampla, porém, conta-se com a contribuição da equipe social da UCP/PRODETUR e outras entidades para o refinamento do *mailing list*. A princípio, deverão estar previstas participação das principais lideranças comunitárias, órgãos ou entidades locais, público diretamente afetado e representantes comunitários, de acordo com o escopo e conveniência de cada reunião. A divulgação deve ser reforçada através de convites impressos, convites eletrônicos, ofícios, carro de som, a depender da escolha da melhor alternativa de divulgação para alcance do público alvo.

Os moradores da região afetada pelas obras devem ser acionados e mobilizados através de distribuição de contato com representantes ou pessoalmente, através de convocação porta a porta das pessoas diretamente afetadas.

Entidades governamentais e organizações sociais, bem como representantes da sociedade civil serão convidados através de ofícios e/ou e-mail sempre que o assunto for pertinente à tratativa com os mesmos.

6.4.2 Roteiro das Consultas e Reuniões

Parte 1: Recepção dos participantes, boas vindas e assinatura da lista de presença.

Parte 2: A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre a programação do evento. Nesse momento, também pode ser realizada a apresentação da entidade promotora da Consulta e, quando possível, uma breve apresentação dos participantes.

Parte 3: Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto e do escopo da reunião, em linguagem corrente e acessível ao público e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes.

Parte 4: Após a apresentação, será aberto um espaço para manifestação do público presente. Este é o momento para as pessoas exporem sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas. É uma oportunidade para a UCP/PRODETUR esclarecer as questões que surgirem, ao mesmo tempo que procura captar a realidade local do ponto de vista dos participantes. As questões serão anotadas para posterior avaliação e análise de sua pertinência e direcionamento no projeto. Neste momento, serão sanadas as questões possíveis de serem respondidas aos participantes, e para as não respondidas será dada uma previsão de encaminhamento e resposta.

Parte 5: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento.

Obs.: A consulta será registrada com ata, fotografias para documentação e lista de presença e acordos firmados.

6.4.2.1 Relatório de Consulta / Reunião

O Relatório das Consultas ou Reuniões deve apresentar os objetivos do pleito, evidenciando seus êxitos e falhas, com o intuito de colher questões e anseios da comunidade. Seu conteúdo deve apresentar:

- A data, local e hora da realização da mesma.
- Descrever as atividades envolvidas na elaboração da reunião abrangendo: a divulgação; organização; o registro e a disponibilidade de material e documentos para o pleito.
- Deve-se fazer uma descrição sumária da realização da Consulta Pública, incluindo tempo de duração e sequência de apresentação.
- Descrever como foi realizada a divulgação e o chamamento público.

Além dessas informações, serão necessários os seguintes conteúdos:

Relato das Atividades, Comentários, Perguntas e Respostas

Deve-se fazer um relato de todos os questionamentos feitos pela comunidade durante o processo de Consulta. Na sequência, devem ser apresentadas as questões e a solução dada ao questionamento. Durante o processo todas as questões deverão ser respondidas, porém, caso haja alguma questão não respondida no momento do pleito, os dados do demandante deverão ser colhidos para que seja dada a resposta futuramente.

Registro Fotográfico

Apresentar registro fotográfico durante o evento.

Participantes

Contabilizar o total de participantes na Consulta Pública, caracterizando, se possível. Anexar a lista de presença.

Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas

Nas práticas envolvendo consulta às partes interessadas, deverá ser utilizado como instrumento norteador o Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas. O Manual foi produzido pela Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESG) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é integrante de uma série de boas práticas em avaliação e gestão de riscos e oportunidades ambientais e sociais. O objetivo da série é oferecer orientação para profissionais e autoridades econômicas sobre os requisitos de políticas e boas práticas internacionais, além de incentivar a aplicação sistemática e mais bem coordenada dos princípios de sustentabilidade ambiental e social.

O Manual aborda os princípios e conteúdo que devem ser adotados para que um processo de consulta possa ser considerado “significativo”, sendo compatível com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do BID, refletindo seus requisitos explícitos e implícitos sobre os procedimentos a elas associados. Em linhas gerais, ele também é compatível com os requisitos das políticas de outras IFI’s e com a legislação nacional de vários países. O conteúdo da publicação também foi embasado por práticas internacionalmente reconhecidas criadas não apenas pelas IFI’s, mas também por organismos das Nações Unidas como o PNUD, pelo mundo acadêmico, sociedade civil e outros, tanto por meio da redação de políticas formais como de orientação e, de maneira mais informal, mediante experiência dinâmica com a prática de casos. Com o tempo, essa prática de casos pode vir a se formalizar ou se tornar mais explícita à medida que as políticas e procedimentos forem passando por atualizações.

6.4.3 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A UCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações de Consulta/Reunião com a comunidade.

6.5 PEA - Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental é um conjunto integrado de proposições, ações e metodologias para uma educação ambiental local e de uso dos recursos instalados. Está voltado para a população diretamente afetada, comerciantes e demais usuários da Orla de Stella Maris, tendo como objetivo maior transformar a preocupação ambiental em prática.

6.5.1 Objetivos

Possibilitar o conhecimento pela população da importância da implantação do Prodetur Salvador, conscientizando a comunidade e objetivando torná-la parceira na recuperação de áreas degradadas e na manutenção de um meio ecologicamente equilibrado, bem como cuidar das estruturas instaladas.

6.5.2 Atividades Propostas / Abordagens

O Programa de Educação Ambiental deve ser estruturado em ações interdependentes e complementares, definidas a seguir.

PRIMEIRA FASE

- Capacitar todos os funcionários contratados para execução dos trabalhos de requalificação das Praias Stella Maris, Flamengo e Ipitanga;

- Formar e sensibiliza a população presente na área diretamente afetada com destaque, os vendedores ambulantes e outros comércios;
- Realizar 4 (quatro) exposições interativas com a temática ambiental ao logo das Praias Stella Maris, Flamengo e Ipitanga;
- Distribuição de cartazes com temas socioambiental no canteiro de obras e outros locais estratégicos das Praias objeto dessas obras;
- Avaliação do trabalho executado nesta Primeira Fase;

SEGUNDA FASE

- Realizar a Primeira Semana Mundial de Meio Ambiente das Praias Stella Maris, Flamengo e Ipitanga, em parceria com as entidades públicas e privadas da região;
- Realizar o Primeiro Concurso de Fotografia Ambiental nas Praias das Obras com os colaboradores da obra e população comercial e outros usuários das Praias Stella Maris, Flamengo e Ipitanga;
- Realização de capacitações da população afetada e contratados pela construtora para execução das de Requalificação Urbano Ambiental da Orla Marítima do trecho Stella Maris, Praia do Flamengo e Praia de Ipitanga;
- Realização do dois Mutirões de Coleta dos Resíduos Sólidos das Praias Stella Maris, Flamengo e Ipitanga, em comemoração do dia Mundial da Praia Limpa e Proteção do Oceano;
- Segunda Avaliação das atividades executadas.

O público-alvo deste programa pode compreender a população moradora no entorno das áreas de obras, bem como corpo docente e funcionários das unidades de ensino do entorno, comércios, serviços e demais usuários.

6.5.3 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Supervisora será responsável pela implementação das ações de previstas no PEA, sobre a supervisão da UCP/PRODETUR.

6.6 PGV - Programa de Gênero e Vulnerabilidade

O Programa de Gênero e Vulnerabilidade – PGV com o foco nas mulheres contempla ações que colaboram com a redução da pobreza e o favorecimento de níveis mais altos de capital humano para as gerações futuras. Através de ações de promoção e proteção às mulheres e pessoas em razão da vulnerabilidade, a igualdade na família, no mercado de trabalho, no acesso à tecnologia e serviços financeiros e na participação cívica e política, contribui para a eficácia dos esforços de desenvolvimento.

A igualdade entre homens e mulheres também tem valor intrínseco nas políticas públicas implementadas pela Prefeitura de Salvador e devem ser incorporadas no âmbito do Prodetur.

6.6.1 Objetivos

O objetivo do PGV é fortalecer as metas e compromissos de promoção da igualdade e empoderamento das mulheres. As ações previstas ajudarão a promover as políticas públicas locais e o cumprimento das salvaguardas do BID, atendendo sua missão de acelerar o desenvolvimento econômico e social no Prodetur Salvador.

6.6.2 Atividades Propostas / Abordagens

Deverão ser planejadas atividades que envolvam os seguintes parâmetros e diretrizes na área de atuação/inserção do empreendimento:

- Atividades e ações que combatam casos de violência, inclusive o seu atendimento em situação identificada;
- Ações de promoção à cultura afro-brasileira;
- Ações de combate ao turismo sexual e violência sexual, incluindo jovens;
- Atendimento e direcionamento a ações de contingenciamento e condições de vida de pessoas em situação de rua;

As ações deverão ser implantadas em concordância com programas de governo já em execução, buscando criar sinergia com outras ações implementadas no município. Dentre os programas identificados que podem ser incorporados na agenda de ações, citam-se:

- Centro de Referência de Atenção a Mulher Loreta Valadares;
- Envolvimento da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Desigualdade Social e programas associados;
- Envolvimento da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humano e Desenvolvimento Social e programas associados;
- Programa Estadual Corra para o Abraço – programa definido para atendimento a pessoas em situação de rua.
- Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua (NUAR).

6.6.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante e logo após a finalização das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

6.6.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A UCP/PRODETUR será responsável pela implementação das ações previstas neste Programa, em articulação com outras Secretarias e instituições que apresentam programas voltados ao tema.

6.7 PCIE - Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços

De acordo com o padrão de obras e os diagnósticos elaborados, não se prevê impactos econômicos significativos no entorno e, caso ocorram, tendem a ser temporários e bastante localizados, apenas enquanto ocorrerem as atividades de implantação do trecho da obra no local em questão.

De qualquer forma, é necessário prever ações de controle desses impactos. Previamente, deve-se analisar os locais por onde serão realizadas as melhorias, verificando-se as atividades

comerciais e de serviços, principalmente serviços públicos essenciais, e os dias/horários mais adequados para a realização das obras.

6.7.1 Objetivos

Este programa visa reduzir ao máximo a possibilidade de afetações negativas que possam impactar comércios e serviços eventualmente localizados muito próximos à área de obras. Assim são propostas soluções simples que visam possibilitar a redução ou mitigação da afetação, evitando passivos sociais e econômicos por conta das obras.

6.7.2 Atividades Propostas / Abordagens

A definição dos cronogramas de frentes de obras e localização de estruturas de apoio devem considerar a menor afetação a comércios/serviços e residências, de forma a não inviabilizar o acesso da população, carros e fluxo de pedestres.

Caso seja inevitável alguma afetação, deve-se primeiramente seguir as atividades previstas no Programa de Comunicação Social, entrando em contato com os eventualmente afetados para se construir uma solução em comum, devendo esta solução ser documentada. Deve-se seguir as seguintes ações alternativas:

- Pesquisar alternativas de implantação para evitar ou minimizar o impacto;
- Executar as atividades relacionadas em horários e dias alternativos ou que ofereçam menor influência no acesso às edificações, previamente acordado com a comunidade lindeira;
- Disponibilizar infraestrutura equivalente em local próximo (máximo 100 metros) do local afetado (garagem, por exemplo) e devidamente sinalizado; ou
- Tornar possível a transposição do local impactado (por exemplo, através de chapeamento) diariamente ou em horários de maior circulação de forma a não gerar impactos significativos;

Se ainda assim, em casos extremados, não houver alternativa e o comércio impactado sofrer perda econômica, este deverá receber compensação do impacto causado de forma equivalente, assegurado pela Diretriz B.5 da OP 703.

Alguns procedimentos específicos devem ser adotados para o caso de afetação em atividades econômicas em que não haja alternativa que evite o impacto econômico direto ao afetado, comprometendo seu modo/padrão de vida. Todos os casos deverão receber tratamento, independentemente de sua condição de ocupação do imóvel.

- Relocalização Rotativa – Consiste em retirar provisoriamente a atividade do local, proceder a construção da obra e retornar à atividade para o local de origem. A modalidade é indicada em especial para atividades que tenham a possibilidade de serem remanejadas temporariamente para imóveis próximos (menos de 1 km).
- Donos proprietários e/ou inquilinos (locatários ou em imóveis cedidos) dos imóveis usados exclusivamente para desenvolvimento de atividades de comércio e serviços poderão ser atendidos através de três alternativas excludentes: (i) Compensação adequada por perda de benfeitoria comercial temporária, como mecanismo de apoio à reinstalação física em outro imóvel comercial; (ii) reinstalação em outro imóvel comercial com apoio para desenvolvimento e formalização da atividade.

A implantação desse Programa deve garantir:

- Evitar risco de passivo social.

- Manifesto na perda de fontes de sobrevivência e desaparecimento de postos de trabalho vinculados aos estabelecimentos comerciais, mesmo que temporário, e às atividades econômicas desenvolvidas na própria moradia.
- Evitar a dificuldade no acesso aos serviços públicos essenciais

6.7.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários e Serviços deverá ser acionado imediatamente na ocorrência ou previsão de ocorrência durante toda a fase de construção.

6.7.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade do UCP/PRODETUR.

6.8 PDETCO - Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra

O Programa de Deslocamento Econômico Temporário e Convivência com a Obra - PDETCO trata especificamente dos impactos e transtornos potenciais a serem ocasionadas pelas obras de requalificação da Orla de Stella Maris que implicará no deslocamento do comércio ambulante e poderá impactar o comércio / serviços existentes ao longo da orla.

O BID determina que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação de imóveis, deslocamento de população e atividades econômicas deve contar com um plano para tratamento do tema.

A necessidade de deslocamento de comerciantes informais da Orla de Stella Maris durante a implantação das obras tem caráter temporário, tendo em vista a necessidade de intervenção nos espaços hoje ocupados e a segurança durante as atividades previstas. Portanto, faz-se necessário o manejo das atividades de forma temporária para que após a realização das obras possam retornar a ocupar os espaços da via revitalizada.

6.8.1 Objetivos

O PDETCO visa analisar os riscos potenciais sobre o comércio ambulante e formal ocasionados pelo Programa além de estabelecer mecanismos que possibilitem:

- Minimizar os efeitos socioeconômicos adversos pela fase de implantação da obra
- Potencializar oportunidades favoráveis geradas pela implantação da obra
- Evitar a geração de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho e geração de renda em conformidade com a Política de Salvaguardas do BID

6.8.2 Atividades Propostas / Abordagens

O trabalho a ser realizado deverá obedecer às seguintes diretrizes gerais:

- a) Assegurar aos permissionários e permissionárias licenciados/licenciadas pela SEMOP, que atuam nas orlas das praias pertencentes a poligonal de obras, as condições compatíveis para a manutenção da geração de trabalho e renda, com a distribuição de equipamentos (Kit praias);
- b) Pluralidade de alternativas de tratamento: a todos os grupos de famílias afetadas, de acordo com os respectivos padrões de afetações, serão apresentadas alternativas de remanejamento;

- c) Participação nas decisões: as alternativas de tratamento apresentadas pelo empreendedor serão discutidas e negociadas com as famílias / comerciantes envolvidos, em fóruns especialmente montados para esse fim, considerando-se que o envolvimento das comunidades afetadas na definição das ações e mitigatórias constitui a melhor garantia de obtenção de soluções satisfatórias para as partes envolvidas;
- d) Sinergia com os efeitos positivos do empreendimento: todas as ações a serem desenvolvidas no âmbito deste programa deverão acoplar-se com os efeitos sinérgicos resultantes da implantação da nova infraestrutura urbana, das melhorias no sistema viário e demais benefícios;
- e) Isonomia de tratamento: todos os comerciantes, permissionários, baianas e baianos de acarajé e mingau e diretamente afetados, serão objeto de atenção do empreendedor no âmbito do presente programa;
- f) Padrões de afetação: tendo em vista qualificar a diretriz de isonomia de tratamento, serão definidos padrões de afetação, aos quais deverão corresponder modos específicos de tratamento.
- g) Tratativas à população afetada e beneficiada, no tocante à priorização da mulher nas mitigações, a proteção aos direitos e reinserção social.

No âmbito deste PDETCO foi desenvolvido um Plano de Ação Socioambiental para a realização do deslocamento temporário das atividades. O Plano encontra-se anexo e é parte integrante deste PGAS.

6.8.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle de Impactos Econômicos Temporários deverá ser acionado imediatamente na ocorrência ou previsão de ocorrência durante toda a fase de construção.

6.8.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da Secretaria Municipal de Ordem Pública- SEMOP em articulação sistemática e acompanhamento do UCP/PRODETUR.

6.9 PCPE–Programa de Controle de Processos Erosivos

A erosão é um processo natural que tem como agentes principais a água (precipitações pluviométricas, runoff em talvegues etc.) e o vento, este especialmente nas áreas onde ocorrem solos francamente arenosos. Os processos erosivos podem ser favorecidos em razão do comprimento e forma dos gradientes, a movimentação do relevo, as características e a composição dos solos e o tipo de uso e cota do lençol freático. A erosão acontece, principalmente, através de escoamento superficial concentrado, provocando o aparecimento de sulcos e ravinas nas encostas mais inclinadas,

Os processos erosivos também são frequentemente acelerados pelas ações humanas, tanto nos casos em que eles suprimem, ou tornam mais ralas, as coberturas dos terrenos pela vegetação, como nas alterações que introduz na topografia, seja pela construção de obras e benfeitorias, seja pela extração de materiais de construção. Estas modificações alteram as características da formação dos caudais e provocam impactos que podem ser agravados em determinados locais, dependendo da conjunção do trio: drenagem – declividade e composição do solo - cobertura pela vegetação, e a resistência que apresentam contra a chuva e o fluxo da água em superfície.

Estes fatores estão geralmente presentes em todas as obras humanas e empreendimentos a céu aberto, exigindo que se realizem medidas de controle e ações de proteção da estrada,

diuturnamente, como caminho para evitar não só a degradação ambiental, mas, muitas vezes, garantir a operação do próprio empreendimento.

6.9.1 Objetivos

Este programa tem o objetivo de evitar, conter e remediar processo erosivos instalados na área de obra e entorno imediato, contribuindo para a proteção dos ecossistemas praianos, do empreendimento e de outras infraestruturas próximas que podem ser afetadas pelo impacto da implantação da obra.

6.9.2 Atividades Propostas / Abordagens

Os procedimentos de controle ambiental dos serviços que envolvem movimentação de terra e drenagem deverão considerar medidas preventivas, mitigadoras e corretivas para controle da erosão e consequente assoreamento de cursos d'água e redes de águas pluviais. Tais medidas deverão ser aplicadas nas frentes de obras, nas áreas de empréstimo, nos bota-foras e nos acessos provisórios, de acordo com as seguintes diretrizes:

- redução ao mínimo necessário as áreas com solo em exposição e, quando necessário, prever medidas de proteção do solo exposto e retenção de sedimentos;
- implantação de dispositivos de drenagem provisória de forma a permitir que as águas escoem sem promover processos erosivos e assoreamento;
- correção e estabilização, com brevidade, de qualquer processo erosivo surgido durante a movimentação de terra (terraplenagem, escavação etc.) ou qualquer outra alteração no terreno causado pelas obras;
- limpeza e manutenção dos dispositivos de retenção de sedimentos;
- vistoria na obra e entorno imediato para identificação de processos erosivos

6.9.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante e logo após a finalização das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

6.9.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da construtora, sendo responsabilidade do UCP/PRODETUR a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.

6.10 PQA – Programa de Qualidade da Água

Carreamento de material particular e contaminantes são efeitos que alteram a qualidade da água de balneários e corpos hídricos quando ocorrem, trazendo riscos à vida dos ecossistemas e também à saúde humana. Verificar os efeitos do Programa sobre a qualidade ambiental dos rios, córregos e praias das áreas de intervenção, busca monitorar a qualidade das águas superficiais.

Além dos efeitos da obra, que podem proporcionar impactos no meio ambiente, há também que se considerar os impactos positivos no pós-obra, tendo em vista que a implantação deverá favorecer ambiente com menos processos erosivos pela operação de sistemas de drenagem e conformação dos terrenos que deverão trabalhar em favor da manutenção das áreas.

6.10.1 Objetivos

Este Programa visa verificar os efeitos das obras sobre a qualidade ambiental dos rios e córregos das áreas de intervenção, que busca, por sua vez, a manutenção dos da qualidade em ambiente costeiro.

Tem como objetivo avaliar os impactos decorrentes das obras do projeto sobre a qualidade da água nos balneários e as variações na qualidade da água.

6.10.2 Atividades Propostas / Abordagens

A medição dos parâmetros físico-químico-bacteriológicos da água superficial deverá ser realizada por laboratório analítico especializado que possua todos os equipamentos necessários à realização dos ensaios, devidamente certificados pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial). A responsabilidade e custos associados à contratação caberá à Prefeitura Municipal.

As coletas, preservação e análise das amostras deverão ser efetuadas de acordo com as normas técnicas determinadas pela ABNT NBR 9898/1987 e pelo Standard Methods For The Examination Of Waterand Wastewater (APHA, 1995). Os boletins expedidos pelo laboratório deverão conter análise técnica dos resultados, evidenciando o comportamento dos parâmetros medidos e suas implicações na qualidade do ambiente, sempre os comparando aos resultados de base (primeiras análises), que serão determinados anteriormente ao início das intervenções e minimamente nos períodos recomendados.

Caberá ao setor competente elaborar e dar publicidade a Relatório da Qualidade da Água do Programa, que indique claramente a evolução dos indicadores mensurados ao longo da execução do Subprograma, correlacionando suas variações positivas e negativas a causas constatadas ou prováveis, com origem associada ou não as obras e serviços. O Relatório deve conter recomendações/ conclusões que permitam aos atores envolvidos com a gestão ambiental, planejar ações direcionadas à minimização dos impactos adversos.

Como referência para o padrão de qualidade adotar-se-ão os níveis máximos definidos pela Resolução CONAMA 357/2005, para águas doces da classe 2 para água doce, ou seja, as que podem ser destinadas:

- ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional;
- à proteção das comunidades aquáticas;
- à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA nº 274, de 2000;
- à irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e
- à aquicultura e à atividade de pesca.;

No caso de águas salinas, segundo a seção II do capítulo II, a região de inserção das praias e estuários da área de inserção do empreendimento pode ser classificada como Classe 1, no qual as águas podem ser destinadas a:

- Recreação de contato primário, conforme Resolução CONAMA 274/2000;
- Proteção das comunidades aquáticas;
- Aquicultura e atividades de pesca.

Como forma de cobrir de maneira satisfatória a área a ser monitorada, recomenda-se utilizar o índice de Qualidade das Águas – IQA e o índice de Estados Trófico – IET do Inema– Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia.

O Inema utiliza o índice de Qualidade das Águas – IQA e o índice de Estados Trófico – IET para a avaliação dos recursos hídricos do Estado. O IQA - Índice de Qualidade das Águas foi desenvolvido pela CETESB a partir do "National Sanitation Foundation" dos Estados Unidos, e incorpora 9 parâmetros considerados relevantes para a avaliação da qualidade das águas, sendo eles: temperatura, pH, oxigênio dissolvido, DBO 5 dias, 20°C, coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e turbidez (CETESB).

Para o cálculo do IET - Índice do Estado Trófico foram utilizados os valores de clorofila A e fósforo total com a finalidade de avaliar o grau de trofia da água, já que o fósforo atua como agente causador do processo de eutrofização e a clorofila A como a resposta a esse agente causador, indicando o nível de crescimento de algas (CETESB).

6.10.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante e logo após a finalização das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

6.10.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da construtora, sendo responsabilidade do UCP/PRODETUR a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.

6.11 PRCC - Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

O maior volume de resíduos gerados nas obras provém de demolições e da construção das novas infraestruturas e de manejo de solo nas atividades de escavação e terraplanagem.

Devido a elevada geração de resíduos, a construção civil configura-se como uma atividade potencialmente degradante ao ambiente. A Gestão de Resíduos da Construção Civil torna-se indispensável para garantir a correta destinação destes resíduos, visando a utilização dos recursos empregados nas construções com adoção de práticas mais sustentáveis.

As obras de escavação e terraplanagem irão gerar quantidade expressiva de resíduos sólidos de diversas classificações. As atividades de demolição das estruturas presentes também irão produzir volume relevante de resíduos da construção e que devem ter uma planejada destinação.

Torna-se necessário, portanto, a implantação de um programa que possa gestionar tais resíduos, evitando-se altos impactos ambientais pelo descarte indevido desses materiais.

A caracterização é particularmente importante no sentido de identificar e quantificar os resíduos e, desta forma, propor o planejamento adequado, visando a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

6.11.1 Objetivo

O objetivo do presente Programa é de definir critérios e estabelecer diretrizes mínimas orientativas para as atividades de gestão dos resíduos da construção civil e que formam o grande volume de material excedente e descartáveis.

Como objetivo específico, cita-se definir critérios para a otimização, redução, reutilização, armazenamento, manejo, transporte, tratamento e destinação dos resíduos, visando a melhor gestão e menor impacto deste material.

6.11.2 Atividades Propostas / Abordagem

Com o objetivo de reduzir a geração dos resíduos da construção civil, a Resolução CONAMA nº 307 de 2002 indica que os geradores devem visar em primeiro lugar a não geração de RCC e, na ordem de prioridade, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Sendo assim, os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de vazadouros, em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei.

O gerenciamento de resíduos da construção civil deve abranger, ainda, o conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Seguir o recomendado pela ABNT NBRs:

- 10.004 – Classificação de Resíduos Sólidos
- 10.005 – Procedimentos para lixiviação de resíduos
- 10.006 – Procedimentos de solubilização de resíduos
- 10.007 – Procedimentos para amostragem de resíduos

Deverá ser elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme exigência da licença ambiental, incluindo:

- a) Disposição de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente;
- b) Instalação de baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens etc.);
- c) Manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD);
- d) Documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas;

As atividades previstas ainda deverão contemplar:

- Identificação, Segregação e Caracterização do Resíduo
- Quantificação/Inventário Resíduos;
- Amostragem;
- Classificação
- Determinação da alternativa de destinação, tratamento, reutilização, reprocessamento, reciclagem e disposição;
- Valoração dos Resíduos;
- Avaliação de Fornecedores;
- Manejo e Transporte

Os resíduos gerados deverão ser classificados em uma das categorias descritas a seguir:

Classe A:

São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, entre outros.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Classe B:

São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;

Classe C:

São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

Classe D:

São resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Segregação/Triagem

Dentre as atividades deve-se prever a triagem dos resíduos entre as diferentes classes, e, ainda, quais resíduos demandam uma separação exclusiva. A segregação é indispensável, pois, facilita as etapas subsequentes, considerando que este trabalho é realizado diretamente na fonte de geração, retirando a necessidade de uma segregação posterior, possivelmente mais onerosa. Além disso, há um ganho de tempo no envio dos resíduos aos seus tratamentos e destinação final dos rejeitos.

Resíduos Classe A devem ser segregados dos demais. Já para os pertencentes à Classe B, sugere-se que sejam separados pelo tipo de resíduo, haja vista a possível necessidade de empresas diferentes responsáveis pelo tratamento e destinação final, principalmente o gesso, resíduo inicialmente categorizado na Classe C, mas dada a publicação da Resolução nº 431 de 2011 do CONAMA, passou a integrar a Classe B.

Infelizmente, a Resolução nº 307 de 2002 do CONAMA não dá exemplos de resíduos Classe C, mas subentende-se que sejam pincéis, lixas sem condições de uso e resíduo de lã de vidro enquadrados na descrição. Portanto, sugere-se que tais resíduos sejam segregados dos demais.

Os resíduos perigosos da Classe D, em razão das suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, conforme Lei N. 12.305 de 2 agosto de 2010 e ABNT NBR 10004:2004 (ABNT,2004). Devido a essas características, estes resíduos devem ser separados dos resíduos não perigosos de modo a evitar a contaminação, bem como para que não haja o comprometimento de processos como a reciclagem e eventuais reutilizações.

Acondicionamento

O acondicionamento deve garantir, conforme planejado na etapa de segregação, a separação dos resíduos, bem como facilitar o transporte do canteiro de obras para encaminhamento ao tratamento e destinação final. Os dispositivos definidos para o acondicionamento devem ser compatíveis com o tipo e quantidade de resíduos, com o objetivo de evitar acidentes, a proliferação de vetores, minimizar odores, carreamento.

Sacarias confeccionadas em material plástico, de tamanho variado, devem ser utilizados em lixeiras diferenciadas para cada tipo de resíduo. Estes dispositivos devem ser utilizados para acondicionamento de resíduos Classe B (papéis, plásticos e materiais leves como fardamentos, luvas, botas). O local de armazenamento deve ser coberto.

Baias móveis ou fixas com divisórias para o acondicionamento temporário deverão ser utilizadas para resíduos Classe B, C e D.

Caçambas estacionárias com capacidade para cerca de 5 m³ são indicadas ao acondicionamento de resíduos como os pertencentes à Classe A, além das madeiras, classificadas como Classe B. Sua retirada do local deve ser realizada por caminhões-caçamba.

Nas áreas onde são gerados resíduos com características domésticas, (Classe B), indica-se a utilização de lixeiras comuns.

Transporte

A etapa do transporte define-se pela remoção dos resíduos dos locais de origem para estações de transferências, centros de tratamento ou, então, diretamente para o destino final. É importante implantar uma logística para o transporte, provendo acessos adequados, horários e controle de entrada e saída dos veículos que irão retirar os resíduos devidamente acondicionados, de modo a combater o acúmulo excessivo de resíduos, melhorando a organização local. As empresas transportadoras devem possuir licença ambiental para esta atividade específica.

Tratamento e destinação final

A etapa de tratamento dos resíduos envolve as ações destinadas a reduzir a quantidade ou o potencial poluidor dos resíduos sólidos, seja impedindo descarte de rejeito em local inadequado, seja transformando-o em material inerte ou biologicamente estável.

Dadas as prioridades, quando verificadas as alternativas de tratamento para a reutilização e reciclagem, e por fim resultar nos rejeitos, estes devem ser dispostos.

Os resíduos devem ser tratados de acordo com a classificação:

Classe A

Resíduos de cimento, argamassas e de componentes cerâmicos, para que possam ser reaproveitados, devem ser enviados até áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Nestes locais ocorre a triagem, o armazenamento temporário dos materiais segregados, a transformação ou remoção para destinação adequada. Também podem ser enviados a aterros de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros.

No caso de remoção de solos, deve-se dar preferência à utilização na própria obra. Não sendo possível, pode-se reutilizar na recuperação de solos contaminados, aterros e terraplanagem de jazidas abandonadas, utilizar em obras que necessitem de material para aterro, ou, ainda, encaminhar o solo para aterros de resíduos Classe A.

Classe B

Resíduos como metal, plástico, papel, papelão e vidro devem ser encaminhados a usinas de reciclagem. Quanto às madeiras, deve-se verificar a possibilidade da reutilização das peças mesmo que tenham sido danificadas, recortando-as adequadamente de modo a utilizá-las em outros locais. Caso não seja possível a utilização na própria obra, as madeiras, sem contaminantes como tintas e vernizes, podem ser destinadas para cogeração de energia ou matéria-prima para outras obras civis.

Classe C

Os resíduos da Classe C não podem ser reciclados ou recuperados. Devem ser, portanto, encaminhados a aterros industriais para resíduos não perigosos e não inertes.

Classe D

Os resíduos perigosos devem ser encaminhados para aterros industriais, que têm tecnologia para minimizar os danos ambientais do passivo.

Amostragem

A amostragem de resíduos sólidos constitui uma operação de fundamental importância, pois, o resultado de uma análise efetuada na amostra somente tem valor se aquela porção do resíduo tomada para análise representar o mais fielmente possível a composição e as propriedades do todo que ela representa.

A amostragem é importante para se ter uma classificação precisa e adequada do resíduo, principalmente para se ter certeza daqueles definidos como classe III pela NBR 10.004.

A amostragem deve ser realizada logo após a geração do resíduo, sendo que para resíduos estocados ao ar livre a coleta deve ser feita a uma profundidade superior a 15 cm.

6.11.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante as obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

6.11.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da construtora, sendo responsabilidade do UCP/PRODETUR a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.